

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

RAFAEL JÚNIO RODRIGUES DO NASCIMENTO

Caim e Abel, Jacó e Esaú:

Análise da disputa entre conservadores e progressistas no protestantismo brasileiro

Uberlândia
2025

RAFAEL JÚNIO RODRIGUES DO NASCIMENTO

Caim e Abel, Jacó e Esaú:

Análise da disputa entre conservadores e progressistas no protestantismo brasileiro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Instituto de Ciências Sociais da Universidade
Federal de Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciatura e bacharel, em
Ciências Sociais

Área de concentração: Sociologia da religião

Orientador: Gustavo de Souza Oliveira

Uberlândia
2025

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

N244 2025	<p>Nascimento, Rafael Júnio Rodrigues do, 2001- Caim e Abel, Jacó e Esaú: [recurso eletrônico] : Análise da disputa entre conservadores e progressistas no protestantismo brasileiro / Rafael Júnio Rodrigues do Nascimento. - 2025.</p> <p>Orientador: Gustavo de Souza Oliveira . Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em Ciências Sociais. Modo de acesso: Internet. Inclui bibliografia.</p> <p>1. Sociologia. I. , Gustavo de Souza Oliveira ,1985-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.</p> <p>CDU: 316</p>
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2: Gizele
Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

RAFAEL JÚNIO RODRIGUES DO NASCIMENTO

Caim e Abel, Jacó e Esaú:

Análise da disputa entre conservadores e progressistas no protestantismo brasileiro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Instituto de Ciências Sociais da Universidade
Federal de Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciatura e bacharel, em
Ciências Sociais

Área de concentração: Sociologia da religião

Orientador: Gustavo de Souza Oliveira

Uberlândia, 2025

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gustavo de Souza Oliveira – Orientador (UFU)

Profª. Dra. Mariana Magalhães Pinto Cortês (UFU)

Prof. Dr. Moacir de Freitas Junior (UFU)

Dedico este trabalho à minha tia Wilma que com
força, garra e fé, ensinou-me que quando
estamos juntos, não há muro que nos pare, pois
somos ubuntu. Este trabalho é em sua memória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder essa riquíssima oportunidade, sem seu cuidado, amor e bençãos, não teria chegado até aqui. Sucessivamente agradeço aos meus ancestrais que guiaram, abriram caminhos, apresentaram pessoas, e fizeram a roda girar para que eu pudesse chegar até a este momento, sem a ajuda e força de cada um, não teria chegado neste momento tão valioso na minha vida.

Agradeço à minha mãe Eliane e ao meu Pai Júnio. Nada disso seria possível sem o apoio incondicional e infinito de vocês dois. Lembro-me de quando eu compartilhei a novidade de que havia passado na Universidade e da alegria que vocês ficaram. Mãe, com você eu aprendi que no pior dos cenários, ainda temos um ao outro como amigos, você me ensinou a ser o homem que sou, a amar, a persistir e nunca ter medo, obrigado por todas as campanhas no círculo de oração que você levantou por mim, sei no fundo, que quando não havia como ajudar com outros recursos, sua oração era o que me mantinha de pé. Pai, agradeço o exemplo de homem que o sr é e que me ensinou a ser. Eu nunca dei muita atenção para as coisas que me ensinava, mas ainda assim as fazia, e quando fui morar sozinho, ali, na caixinha de memórias, quando eu precisei, eu lembrava de como trocar um chuveiro, furar uma parede e milhões de outras coisas que me ensina. Nesses longos anos longe, se vendo poucas vezes ao ano, eu repetia a famosa frase “carne de homem não dá churrasco” e levantava para vencer mais um dia. Vocês são os melhores pais que eu poderia ter. Juntamente aos meus pais, agradeço aos meus avós Custódio e Maria Aparecida, que sempre me ligavam para perguntar como eu estava, se precisava de alguma coisa, e dizer o quão difícil estava a saudade. Sei que nos momentos em que pensei em desistir a oração de vocês me alcançou fortemente, vocês são a minha maior riqueza, por quem eu daria minha vida. Sempre foi difícil vim embora após passar as férias com vocês, doía ficar longe de vocês, mas esse trabalho é fruto de toda experiência, crítica e conhecimento que adquiri graças ao exemplo de vida que vocês são. Amo vocês.

Aos meus amigos de Belo Horizonte, Ribeirão das Neves, os poucos que ficaram após minha mudança, Fabiola, Vinicius, Ryan, Marcella, Ariel, Anne Rafaelle, Beatriz Ascari, Tallyson e Maurício, obrigado por existirem na minha vida, vocês podem não saber, mas eu sou muito feliz por ter cultivado a nossa amizade e por ocupar um espaço no coração de vocês. Sinto saudades das nossas fofocas, saídas, cultos, e risadas sem limites. A felicidade de vocês é a minha.

Aos meus amigos que a vida se encarregou de tornar irmãos e irmãs, Jean, Bruno, Leonor, Mara, Neusa, Nayade, Thainá, Mariana Arantes, Isabela Cristina, Maria Rita, Alan

Silva e Karine Beatriz, agradeço por toda ajuda e incentivo que me forneceram por meio de palavras, gestos e intenções, Uberlândia ficou mais habitável graças a vida de vocês. Ao Bruno que assim como o Jean esteve ao meu lado desde o primeiro dia de UFU, que já viveram comigo inúmeras situações, e que sempre forneceram ombro amigo para desabafar (e Deus sabe como eu desabafei). Eu amo cada um de vocês, imensamente (todos que citei nesse parágrafo kkkkkkk).

Aos (a) amigos (a) que Uberlândia me proporcionou, não quero correr o risco de mencioná-los aqui e esquecer de alguns de vocês, mas a experiência universitária foi mais leve graças aos nossos encontros e trocas afetivas. Ser estudante de universidade pública para pessoas como a maioria de nós que veio de uma realidade diferente, é desafiante, mas olhando para vocês, vejo que, de modo subjetivo, cada um conseguiu vencer esse obstáculo de forma exímia. Obrigado por tudo e que possamos continuar tendo encontros.

Agradeço também ao meu amigo Benjamim, que nos últimos meses têm sido meu porto seguro, minha âncora, quem não me deixou desanimar nos dias difíceis. Amigo, a nossa amizade é algo inexplicável, e graças aos nossos orixás, Deus e nossos ancestrais a gente se encontrou nesta cidade onde o clima mais agradável é 30 graus celsius. Obrigado por me ensinar sobre paciência, amor, axé, por me fazer encontrar o sagrado, por suportar minhas loucuras epistemológicas no meio da noite, por se importar tanto comigo que chegou a chorar por medo de que eu fosse magoado por alguém. Eu te amo amigo, e independente da distância, você terá sempre seu espaço no meu coração.

Ao Erik, que nesses longos três anos de universidade, esteve ao meu lado todos os dias, seja direta ou indiretamente. Você que sempre soube quais palavras usar para me acalmar, para me fazer descansar em meio ao caos da vida adulta, que me acolheu nos piores e melhores momentos durante esses longos anos, até quando estava estressado comigo, eu te agradeço profundamente. Grande parte das minhas memórias felizes de Uberlândia possuem você como ponto central. Saiba que te amo, e embora sejamos dois adultos que não fazem a mínima ideia de como ser adulto, a única certeza que sei é que amar você foi como escutar Roselyn do Bon Iver num dia chuvoso. Vou me ater a escrever somente isso, pois creio que você saberá compreender a profundidade desse parágrafo.

Ao meu orientador Gustavo que topou embarcar nesse trabalho que trocou de tema inúmeras vezes até chegar neste resultado final. Obrigado pelas reuniões e por todo esforço para possibilitar que eu conseguisse alcançar o tão temido e sonhado TCC.

Por fim, gostaria de reconhecer o meu esforço nessa caminhada acadêmica. Enquanto jovem negro, baixa renda, LGBTQ+, nenhuma possibilidade foi me dada ou ofertada de mão

beijada, precisei abrir caminhos e quebrar muitos muros na mãozada e pontapé, as vezes até pulando-os, sabendo que se não fosse por meio do esforço homérico, nada aconteceria. Hoje, vejo que todas as condições de cerceamento que me foram colocadas desde a minha concepção de corpo politizado no mundo, falharam no seu objetivo, pois não conseguiram me parar, mas foram meu combustível para vencer. Este trabalho nasceu da inquietação constante de um jovem negro e gay ao perceber a falência do evangelho enquanto ferramenta de emancipação dos oprimidos, e que também se cansou de ver os seus - negros e gays - serem condenados por características tão banais, seja a cor da pele, seja pela performance sexual. Assim, agradeço a mim por não desistir dos meus sonhos e saber que, quando um dos nossos avança, toda nossa ancestralidade avança junto, abrindo caminho para outros que virão. Sejamos UBUNTU.

Quando sabemos onde estamos, o mundo fica limitado como um mapa. Quando não sabemos, o mundo parece infinito.

Cixin Liu

RESUMO

Este trabalho realiza uma análise aprofundada do cenário religioso cristão brasileiro, com foco central na fragmentação e polarização dentro do segmento evangélico. O estudo investiga o reaparecimento em larga escala do pentecostalismo, contextualizado historicamente a partir da Reforma Protestante do século XVI e dos avivamentos estadunidenses do século XX, e sua expressão contemporânea no Brasil. O objetivo principal é examinar as disputas em torno do significado de "ser evangélico", que colocam em posições antagônicas as correntes conservadora e progressista. A elaboração do projeto consiste na revisão bibliográfica de trabalhos já desenvolvidos sobre o tema, no entanto, expressa sua originalidade na construção comparativa entre os agentes conservadores e progressistas. Estruturado em seis capítulos, que percorrem do início do cenário religioso brasileiro até suas visões escatológicas, este trabalho expressa sua relevância na contribuição para o debate sociológico da religião, ao mapear categoricamente as características estabelecidas por esses novos modelos de configuração religiosa no Brasil e apresentar as teias sociais nas quais os indivíduos, enquanto agentes transformadores, estão inseridos.

Palavras-chave: Conservadores; Progressistas; Protestantismo brasileiro; Disputa religiosa; Religião.

ABSTRACT

This work carries out an in-depth analysis of the Brazilian Christian religious landscape, with a central focus on fragmentation and polarization within the evangelical segment. The study investigates the large-scale resurgence of Pentecostalism, historically contextualized from the 16th-century Protestant Reformation and the 20th-century American revivals, and its contemporary expression in Brazil. The main objective is to examine the disputes surrounding the meaning of 'being evangelical,' which place conservative and progressive currents in opposing positions. The development of the project consists of a literature review of previously conducted studies on the subject; however, it expresses its originality in the comparative construction between conservative and progressive agents. Structured in six chapters, which span from the beginning of the Brazilian religious landscape to its eschatological visions, this work demonstrates its relevance by contributing to the sociological debate on religion, by categorically mapping the characteristics established by these new models of religious configuration in Brazil and presenting the social networks in which individuals, as transformative agents, are embedded.

Keywords: Conservatives; Progressives; Brazilian Protestantism; Religious dispute; Religion.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	3
AGRADECIMENTOS	4
EPIGRÁFE	7
RESUMO	8
ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO	12
Capítulo I - Gênese: As origens do Protestantismo e Pentecostalismo	
1.1 Do Reformismo ao Avivamento: Protestantismo e Pentecostalismo	13
Capítulo 2 - Êxodo: A Trajetória do Movimento Evangélico no Brasil	
2.1 Origem: A semente que germinou em solo brasileiro	16
2.2 As três ondas: maré cheia de avivamento protestante	18
2.3 Particularidades: o protestantismo com sabor de Brasil	19
2.4 A batalha pelo nome: quem pode ser chamado de “evangélico”?	20
2.5 CEBs e a voz profética: o protestantismo que caminha com o povo	21
Capítulo 3 - Doutrina ou Graça? A formação da identidade evangélica	
3.1 Ética ou Moral: a lei e o espírito	23
3.2 Literalidade ou Contexto: a Bíblia sob lupa	26
3.3 Domínio ou Amor incondicional: duas éticas em confronto	28
Capítulo 4 - Nós e Eles: Guerra Santa ou Guerra Fraterna?	
4.1 Conservadores vs. Progressistas: os fariseus e os publicanos de hoje	32
4.2 Teologias em Campo: da libertação ao reino agora	44
4.3 Teologia do Terceiro Mundo	49
4.4 Teologia Negra	51
4.5 Teologia Feminista	52
4.6 Teologia Queer	55
Capítulo 5 - No Mundo, mas não do Mundo? Engajamento ou fuga	
5.1 Campos de batalha: onde a fé encontra a vida	59
5.2 Gênero: Além de Adão e Eva	60
5.3 Aborto: vozes proféticas ou julgamento alheio?	62
5.4 Sexualidade: entre a pureza e pluralidade	65
5.5 Racismo: o pecado que não confessamos	70
5.6 Escatologia: esperança ou alienação?	72

Capítulo 6 - Um corpo, muitos membros: União ou Fragmentação?	
6.1 Amar o próximo ou só o meu próximo? A parábola do bom samaritano revisitada	78
7.0 Considerações Finais.....	80
8.0 Referências bibliográficas.....	83

Introdução

O presente trabalho tem como intuito analisar os conflitos existentes dentro do segmento religioso cristão brasileiro. Especificamente as manifestações da vertente pentecostal que ganhou força com os movimentos históricos da reforma protestante do século XVI e dos movimentos de avivamento estadunidenses do século XX. Por meio de revisão bibliográfica este trabalho pretende realizar uma análise das dimensões concernentes ao fenômeno religioso brasileiro, perpassando pelo crescimento pentecostal dentro das comunidades evangélicas e sua disputa pelo significado de “ser evangélico”, colocando o espaço cristão que já é fragmentado em posições antagônicas, sendo essas posições conhecidas como “conservadores e progressistas”. Como meio de melhor compreensão deste trabalho irei descrever o que este projeto adota como classificação para conservadores e progressistas. No entanto, na realidade, tais características podem sofrer mudanças ao longo do tempo ou até mesmo serem insuficientes para expressar fidedignamente o significado de ser conservador ou progressista, pois estamos lidando com uma instituição composta por indivíduos que possuem a liberdade de escolha independente do credo religioso. Logo, para este trabalho, toda vez que for mencionado o termo conservador, fazer-se-a referência às instituições religiosas e grupos de pessoas que compartilham ideias como: Defesa da família tradicional, posição contrária ao aborto, moralidade sexual, rejeição ao relativismo moral, papéis de gênero tradicionais, oposição ao progressismo e resistência a secularização. Assim como, ao referenciar os progressistas, estarei descrevendo instituições e grupo de pessoas que: Adotam a interpretação contextual da bíblia, luta por justiça social, inclusão e diversidade, apoio ao feminismo e equidade de gênero, diálogo inter-religioso e posição pró escolha em relação ao aborto. Estes agentes do cenário religioso brasileiro que outrora não exerciam influência nas camadas sociais e políticas da sociedade, viram a partir do golpe de 2016, sua força enquanto movimento religioso sócio-político e partidário crescer consideravelmente, tanto os conservadores que se tornaram políticos, quanto os progressistas que também ocupam cargos políticos, viram a força que o discurso religioso, manobrado por interesses e figuras políticas pode contribuir significativamente para alcançar interesses individuais de uma parcela específica da sociedade. Diante disso, ambas as percepções religiosas, por meio dos seus agentes, têm disputado nos espaços que ocupam o significado do que é e como deve ser uma pessoa cristã/evangélica. Para melhor explicar as dimensões dessa disputa, este trabalho encontra-se dividido em 6 capítulos que pretendem realizar um traçado histórico dos agenciamentos produzidos ao longo dos anos

no cenário religioso até culminar na polarização contemporânea e analisar as aproximações e distanciamentos presentes dentro dessas duas cosmovisões sobre os evangelhos.

Dessa forma, o primeiro capítulo concentra-se na explicação do surgimento dos segmentos pentecostais e protestantes e como eles moldaram historicamente os acontecimentos que os sucederam. O segundo capítulo é composto pela apresentação do movimento religioso no Brasil e suas particularidades, como: as disputas pelo significado de ser evangélico, as três ondas do pentecostalismo, a participação crescente dos evangélicos na política e outros fatores que tornam o cotidiano brasileiro totalmente imbricado pela vida religiosa e política. Mais adiante no terceiro capítulo, busca-se compreender a formação evangélica, ou seja, como e porque os evangélicos, possuem cosmovisões diferentes sobre o mundo e como essas cosmovisões alteram suas atuações nele. O quarto capítulo introduz os agentes “conservadores e progressistas” como os atores centrais que encabeçam essa disputa contemporânea do social, religioso e teológico. Assim como pretende explorar quais as bases teóricas e teológicas que esses agentes religiosos utilizam-se como apoio para suas reivindicações enquanto figuras evangélicas no campo político e social, bem como analisar a construção imaginária do bode expiatório, símbolo bastante conhecido no campo religioso como figura usada para redimir os pecados do povo. O penúltimo capítulo deste projeto, irá apresentar como as cosmovisões de cada espectro religioso interfere nas relações sociais e políticas da sociedade. Por meio de categorias sociais que constantemente são mobilizadas pelos agentes religiosos, como: aborto, gênero, racismo, teologia e outros, para manobrar os ouvintes a escolherem um lado, agora elas fornecerão os dados que apontarão as diferenças entre conservadores e progressistas, possibilitando assim uma visão mais clara do que cada lado defende. Por último, o sexto capítulo pretende elaborar uma provocação de como operar essas diferenças dentro de um mesmo contexto social, é possível fazer com que essas duas cosmovisões coexistam? Realmente há uma mais correta do que a outra? Se sim, quais os impactos simbólicos que essa cosmovisão causaria na sociedade? Diante disto, este trabalho pretende contribuir com o debate sociológico da religião na medida em que apresenta categoricamente as características que vêm sendo estabelecidas por esses novos modelos de configuração religiosa no Brasil e busca somar com o debate social com o objetivo de apresentar as teias sociais nas quais os indivíduos enquanto agentes transformadores estão inseridos.

Capítulo I - Gênesis: As origens do Protestantismo e Pentecostalismo

1.1 Do Reformismo ao Avivamento: Protestantismo e Pentecostalismo

O Protestantismo e o Pentecostalismo são frequentemente confundidos como movimentos paralelos, de origem simultânea. No entanto, são movimentos distintos, separados

por um significativo hiato histórico, cronológico e teológico. É crucial reconhecer que, apesar de ambos serem vertentes do Cristianismo e compartilharem raízes na Reforma Protestante, o pentecostalismo surge primeiro como base do próprio cristianismo. Para entender melhor essa afirmação, iremos analisar os conceitos de origem e início que são cotidianamente associados. O conceito de origem possui um significado permanente, onde há um fundamento que sustenta sua existência, nos apresentando assim, a oportunidade de compreensão de suas fundamentações, rituais e símbolos. Já o conceito de início, está relacionado ao tempo cronológico, o momento em que algo começou, o seu início marcado na história¹.

Diante disto, pode-se ressaltar que: O movimento de Pentecostes, relatado no livro bíblico de Atos dos apóstolos, datado em 33 d.C., funcionou a posteriori como mito fundador do pentecostalismo que se organizou nas primeiras décadas do século XX. Este acontecimento histórico do cristianismo é marcado pela esperança em uma profecia deixada pelo Messias de que subindo aos céus lhes enviaria o consolador para lhes auxiliar. Esse evento é descrito no livro de Atos 2: 1- 47, e utilizado até hoje por muitas igrejas evangélicas que se intitulam como pentecostais, pois o nome do evento descrito na passagem é o dia de Pentecostes. Esta origem nos possibilita analisar como esse evento de séculos atrás tem construído e ressignificado a identidade das igrejas evangélicas da atualidade. Contudo, esse evento denominado dia de Pentecostes, não marca somente a origem do pentecostalismo, mas também a origem da própria igreja Cristã. Os acontecimentos que se sucederam depois desse “considerado” marco inaugural da igreja cristã primitiva, como: os avivamentos, realização de sinais e maravilhas, foram peças fundamentais para a propagação e manutenção do crescimento do cristianismo. Dumard² afirma que: O pentecostalismo, tal qual conhecemos hoje, seria uma tentativa de atualização da vivência de significados referentes à experiência originária entre toda a comunidade, especialmente a partir da chamada “comunhão com os irmãos”. Deste modo, pode-se entender que o pentecostalismo desponta juntamente com o surgimento da igreja cristã, fazendo-se então, parte constituinte do que se entende como cristianismo hoje, e que todo o entendimento dos símbolos e rituais atrelados ao pentecostalismo de hoje, está intimamente ligado à sua origem, ou seja, anterior ao pentecostalismo estadunidense do século XX.

Posto isto, o início do pentecostalismo ao qual estamos familiarizados - estadunidense - está interconectado ao movimento da rua *Azusa* em 1916. Liderada por William Seymour, pregador afro-americano, o acontecimento da rua *azusa* é considerado como o propulsor da

¹ Dumard. 2024, p. 55.

² Ibid., 2024, p.60

corrente pentecostal do século XX em diante. Enfrentando diversos obstáculos daquele tempo, como a segregação racial, Seymour não parou com sua voraz vontade de receber o batismo no espírito a qual tanto ouvira falar. Isso, juntamente com sua vontade, humildade e grande dependência divina, a qual ele mesmo se referia, deu início ao avivamento da rua azusa. Iniciando em uma casa pequena com a chegada de uma amiga que fora trazida com a ajuda de irmãos da fé de Seymour, não cabiam mais no espaço da casa devido ao grande número de pessoas que chegavam sedentas pelo movimento marginal e periférico. Logo, o culto foi realocado para a rua azusa, onde milhares de pessoas testemunharam o que acontecia naquele espaço. O movimento foi duramente criticado por algumas pessoas, pois, não havia distinção naquele ambiente tomado pela graça divina, logo, brancos e negros, ricos e pobres se encontravam em comum igualdade e desejo, talvez essa seja umas das características mais emblemáticas do pentecostalismo, que mais adiante será explicada.

Navegando para o outro movimento do cristianismo, no início do século XVI, iniciava-se levantando a bandeira do cristianismo, o protestantismo. Encabeçado por Martinho Lutero, monge agostiniano e professor de teologia na Alemanha, o protestantismo nasceu como resultado da reforma protestante³. Inconformado com os dogmas pregados pela igreja católica, Lutero, publica as suas 95 teses, rompe com as indulgências e monopolização das escrituras pregada pela igreja católica e dá início a uma reforma que historicamente foi responsável por mudar o contexto da Europa na época, marcando também historicamente a passagem europeia da idade média para a moderna.

Embora já estivesse a plenos pulmões, o recém movimento criado por Lutero, precisaria de bases morais e éticas para se manter ao longo do tempo. Criadas na mesma época da reforma, mas consolidadas somente em 1965 por um padre católico, as 5 solas são a consolidação dos princípios encabeçados por Lutero. São elas: *sola fide* (somente a fé) onde, somente a justificação por meio da fé em Jesus Cristo que poderia levar o homem a salvação, e não o mérito de suas obras. *Sola scriptura* (somente a escritura) informando que somente as escrituras da Bíblia são a única fonte para a doutrina cristã, sendo ela a única palavra autorizada e inspirada por Deus para ser manifestada ao seu povo. *Solus christus* (somente cristo) é o ensinamento de que somente Jesus Cristo é o mediador entre os homens e Deus e de que não há nenhuma salvação por outro meio a não ser por ele. *Sola gratia* (somente a graça) ensina que só há salvação por meio da graça “favor imerecido” na figura de Jesus, ou seja, a salvação

³ A reforma protestante foi um movimento religioso que aconteceu na Europa do século XVI, resultando na divisão do cristianismo ocidental. As críticas direcionadas à igreja católica e seu modelo eclesástico de acúmulo de riquezas e as corrupções do clero, foram o estopim para o surgimento da reforma encabeçada por Lutero.

é um dom imerecido de Deus para com a humanidade por meio da morte de seu filho. E por último, *solí deo glória* (glória somente a Deus) explica que toda a glória deve ser dada somente a Deus, pois ele é unicamente através dele e pela expiação de Jesus que a salvação é concedida aos homens.

A construção da reforma como uma oposição aos dogmas existentes da Igreja Católica, foi um grande passo para a consolidação do cristianismo em outras partes da Europa e do mundo. Não se atendo somente a este acontecimento histórico, a reforma foi a responsável pela popularização da Bíblia em todo o mundo, bem como suas inúmeras interpretações que posteriormente iriam surgir. De todo modo, pode-se apontar algumas considerações sobre o surgimento do pentecostalismo e do protestantismo.

Ao pentecostalismo fica expresso a sua indispensável participação no que se diz respeito ao surgimento da igreja primitiva que agraciada por uma demonstração de poder divino onde os apóstolos começaram a falar línguas de outras nacionalidades que não as suas, possibilitou e encorajou a eles que fossem por todas as partes levando seus testemunhos e dando início a evangelização de outros povos. Ao protestantismo pode-se atribuir a ruptura com os dogmas que separavam e distanciavam o homem do seu criador, ao mesmo tempo que não podia sequer ter acesso às suas palavras materializadas em uma Bíblia.

Por fim, destaca-se duas colocações: a primeira é referente ao protestantismo ser uma entre as três correntes da fé cristã, sendo elas o catolicismo, o protestantismo e pentecostalismo. Esses três movimentos do cristianismo, ainda que não representem a totalidade daquilo que ele é, são em sua maioria, a base para os outros movimentos ou denominações que surgiram a posteriori. O segundo ponto é sobre o pentecostalismo, costurando-se ao que foi dito e analisando seu contexto de origem, é importante dizer que o movimento pentecostal é, simplesmente, o fundador da igreja cristã primitiva e que após alguns séculos ressurgiu como difusor do pentecostalismo no mundo por meio dos resultados da reforma protestante.

Capítulo 2 - Êxodo: A Trajetória do Movimento Evangélico no Brasil

2.1 Origem: A semente que germinou em solo brasileiro

Historicamente, em terras brasileiras, a primeira religião ou crença existente foi o animismo⁴ praticada pelos povos originários que habitavam aqui antes do início da colonização. Após o início do período colonial, as religiões originárias do Brasil foram perdendo espaço e até mesmo fiéis, esse acontecimento se deu por dois fatores: o primeiro se configura pela catequização dos povos originários, o colono, via a religião destes povos como

⁴ Religião que coloca como seres sobrenaturais e divinos, elementos da natureza, como o sol, a lua e as florestas.

incivilizada e inferior a sua, logo, eles necessitavam de serem agraciados com a verdadeira religião. Segundo Galeano⁵, “aos conquistadores e colonizadores eram encomendados indígenas para serem catequizados”. Dessa forma, os indígenas, mesmo exercendo resistência a essa brutalidade ideológica, acabavam sendo vencidos e obrigados a cederem a essa nova religião que lhes era imposta, pois, a não aceitação a este novo modelo religioso resultaria em morte, sendo esse o segundo fator pela diminuição da religião originária. Aqueles que negavam esse novo deus que os colonizadores traziam, eram duramente castigados e em última instância mortos, ou seja, não havia meio termo para barganhar, ou aceitavam essa nova liturgia religiosa que destruía toda sua cultura e conexão com os ancestrais e a natureza, ou eram mortos. Deste modo, o genocídio indígena causado pelo colonizador, que resultou na redução drástica dos povos originários da América, ocasionou também a redução de fiéis na religião que outrora era tudo que estes povos tinham de conexão divina. Neste período colonial a igreja católica detinha grande influência econômica e intelectual, o que facilitava a propagação do catolicismo em todo território nacional, contudo, ao longo dos séculos esse poder foi diminuindo e perdendo influência até chegar na reforma que fora um grande divisor de águas. A partir dos séculos XVI e XVII o Brasil recebeu missionários holandeses e franceses que advinham de nações influenciadas pelo protestantismo Europeu. Ao chegarem em solo dominado por portugueses da contrarreforma⁶, os missionários tiveram bastante dificuldade em propagar a nova fé cristã reformada, porém, permaneceram fiéis ao seu objetivo. No dia 10 de março de 1577, apenas 7 décadas após o descobrimento do Brasil, aconteceu numa ilha que hoje é conhecida como Villegaignon, o primeiro culto protestante na história do Brasil e da América.

De lá pra cá, quatro séculos e meio se passaram, e de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo de 2010, os católicos que até o século XX possuíam quase que 95% de adeptos, no século XXI presenciaram uma queda brusca de sua membresia, o que por outro lado para os evangélicos apresentou acentuado crescimento, saindo de 5,2% no fim do século XX e indo para expressivos 31% no século XXI. Por um lado, esse acentuado crescimento expressou o sucesso da propagação da nova fé reformada em solo brasileiro. Por outro, não se deve esquecer que, o período colonial, a escravidão e a abolição, foram responsáveis por mesclar diversas etnias e religiosidades em um território nacional, o que ocasionou diversas disputas pela legitimidade da cultura e da fé de cada um desses povos. Entretanto, o que se deseja observar aqui é como uma corrente religiosa que obteve grande

⁵ Galeano. 2010, p. 40.

⁶ Movimento de resposta da igreja católica em detrimento do avanço do protestantismo na Europa.

sucesso em solo brasileiro, produziu dentro de si mesma lacunas que possibilitaram sua ramificação, chegando ao ponto de haver disputas sobre o que é ser evangélico no Brasil.

2.2 As três ondas: maré cheia de avivamento protestante

Segundo a revista Cult⁷, apoiando-se em dados do IBGE, o movimento pentecostal no Brasil cresceu numerosamente, assim como seu progenitor - cristianismo - Atualmente no Brasil, protestantismo e pentecostalismo se fundiram de tal maneira que é difícil conceber um sem relacioná-lo ao outro. Deste modo, ao citarmos a corrente pentecostal/protestante, estaremos neste artigo associando diretamente as instituições evangélicas, devido às características singulares adotadas em território brasileiro. Freston⁸ (1993) foi o primeiro a dividir o movimento pentecostal brasileiro em ondas, especificamente em três. Desse modo:

“O pentecostalismo brasileiro pode ser compreendido como a história de três ondas de implantação de igrejas. A primeira onda é da década de 1910, com a chegada da Congregação Cristã (1910) e da Assembleia de Deus (1911) (...) A segunda onda pentecostal é dos anos 50 e início de 60, na qual o campo pentecostal se fragmenta, a relação com a sociedade se dinamiza e três grandes grupos (em meio a dezenas de menores) surgem: a Quadrangular (1951), Brasil para Cristo (1955), e Deus é amor (1962). O contexto dessa pulverização é paulista. A terceira onda começa no final dos anos 70 e ganha força nos anos 80. Suas principais representantes são a Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980)⁹.

Algo interessante a destacar é as particularidades de cada onda do pentecostalismo. Mesmo originando-se do mesmo movimento religioso, cada onda possui características que possibilitaram suas classificações em tempos diferentes. A primeira onda é marcada fortemente pela sua composição majoritária por pessoas pobres e de pouca escolaridade e sua ênfase no dom de línguas, a crença iminente da volta de Cristo, na salvação paradisíaca e no comportamento radical de ascetismo e rejeição ao mundo exterior. A segunda onda teve como características marcantes: o evangelismo em massa com foco na cura divina - fator crucial para a expansão do pentecostalismo brasileiro - onde pela primeira vez utilizaram meios de comunicação em massa como rádio para levar o evangelho. O êxito nesta missão ocasionou na fragmentação do pentecostalismo brasileiro que outrora se concentrava em apenas duas denominações: Assembleia de Deus e Congregação Cristã. Em suma, a primeira e segunda onda ainda possuem similaridades bastantes próximas no que se refere a teologia e aos núcleos doutrinários. A única diferença existente entre elas é a ênfase que cada uma decidiu dar aos dons do Espírito Santo, a primeira enfatiza o dom de línguas, a segunda a cura divina.

⁷ Cunha, Magali. 2019.

⁸ Freston, 1993 apud Mariano, 1999, p. 28.

⁹ Ibid. 1993, p. 28.

A terceira onda, denominada como neopentecostal classifica as igrejas que surgiram após a segunda onda, essa corrente pentecostal possui inúmeros críticos devido a suas liturgias e configurações denominacionais. As características do neopentecostalismo incluem: igrejas autônomas e autossustentadas, evangelização de massa por meio dos canais de comunicação, foco na parcela menos favorecida da sociedade, pregam a cura divina, prosperidade financeira (sendo essa uma característica bastante forte da igreja que para alguns críticos funda a terceira onda - Universal do reino de Deus - ocasionando no uso do termo “teologia da prosperidade” para explicar a forte ênfase na vida financeira) e por último o poder sobrenatural da fé. Esta terceira onda tem sido campo de debate de diversos estudiosos da religião, Mariano em seu livro “Neopentecostais sociologia do novo pentecostalismo no Brasil” explica precisamente as características desse novo movimento religioso. Aqui para este artigo é importante salientar que, essas três ondas constituíram o tecido social religioso em solo brasileiro e que ambas coexistem entre si cotidianamente, ora harmonicamente, ora conflituosamente.

2.3 Particularidades: o protestantismo com sabor de Brasil

Para entender as particularidades do protestantismo brasileiro, é necessário antes entender uma singela diferença que vem ocorrendo dentro deste segmento religioso. Segundo o IBGE, há um aumento exponencial da diversidade religiosa no Brasil, contudo, diversidade religiosa não é sinônimo de pluralismo religioso, e a essa diferença que devemos nos atentar. Em suma, a diversidade religiosa segundo Adriano¹⁰ “é o fato de que existem um conjunto de credos, que produzem benefícios aos indivíduos e a sociedade, é isso é um fato incontroverso”. Já o pluralismo religioso¹¹ “caracteriza-se como uma filosofia de que todas as religiões são iguais, boas, com os mesmos fins e que na essência possuem o mesmo sistema de crenças, levando por consequência ao mesmo fim”. Para este fim, importa-nos a diversidade religiosa. Resultado da reforma e presente dentro do cristianismo, a diversidade religiosa se apresenta na fragmentação denominacional das igrejas evangélicas no Brasil. De acordo com a pesquisa do Jornal opção¹², 17 igrejas são abertas diariamente no Brasil, sendo elas de maioria evangélicas. Isto configura um processo de divisão interno dentro das igrejas, que pode ser relacionado à reforma, pois ela foi a precursora da liberdade de interpretação das escrituras, ocasionando dentro do cristianismo, cosmovisões divergentes. Essa fragmentação no meio religioso pode ser observada nos slogans das igrejas que são abertas cotidianamente, com nomes cada vez mais chamativos e diferentes, estas igrejas buscam sua consolidação nos espaços a qual fazem

¹⁰ Adriano. 2017, p. 4.

¹¹ Ibid. 2017, p. 4.

¹² Campos. 2023.

parte. Não se pode perder de vista que: mesmo que não sejam igrejas do movimento histórico ou das três ondas do pentecostalismo estes locais de culto ainda corroboram com o aumento do número de evangélicos pentecostais na sociedade, dando uma particularidade única do contexto brasileiro. Neste sentido, é possível observar que mesmo havendo um número considerável de segmentos denominacionais dentro do cristianismo no Brasil, com práticas litúrgicas e dogmáticas diferentes entre si, o objetivo principal ainda é mantido entre elas, que é o crescimento religioso.

2.4 A batalha pelo nome: quem pode ser chamado de “evangélico”?

Atualmente, há diversas nomenclaturas para designar os praticantes do protestantismo: históricos, evangélicos, pentecostais e neopentecostais, cada um ao seu significado, liturgia e simbologia, caracterizam de forma generalizada o protestante. A nomenclatura “evangélico” tem sido utilizada pelo IBGE como sinônimo de protestante, ou seja, todas as raízes que se originaram do protestantismo, como ondas após reforma, são englobadas em um único termo que é o evangélico. Mendonça declara que:

Atualmente generalizou-se o uso do nome “evangélico” para todos os protestantes, o que eles próprios aceitam. Embora no Brasil e na Europa “evangélico” seja conceito unívoco, em alguns lugares, como nos Estados Unidos, o termo é equivocado porque designa a ala conservadora e às vezes até mesmo fundamentalista do protestantismo. Aos poucos, em todas as áreas, “evangélico” vai substituindo “protestante”, exceto nas acadêmicas, cuja permanência deste se dá pelo seu peso histórico. Enfim, para tentar simplificar, no Brasil todo protestante é evangélico¹³.

Contudo, há nas relações religiosas protestantes constituídas no Brasil, peculiaridades que a fazem bastante intrigante. O cenário social e político, tomado em grande parte por líderes que se denominam religiosos cristãos, operam mecanismo de atuação que: contrapõe a laicidade do estado e que constroem no imaginário social e religioso que ser cristão é ser de determinada vertente política e agir de determinada forma. Deste modo, a realidade social brasileira se parece com a segunda parte da citação de Mendonça, onde ele explica que em países como os EUA o termo evangélico não é unívoco, mas designa uma parcela conservadora e fundamentalista. Não ironicamente, a construção política, ideológica, social e religiosa brasileira foi e é ainda hoje, porém em escala menor, construída partindo de um referencial norte americano, sendo assim, parece que os cristãos brasileiros da atualidade, têm reivindicado o termo evangélico não como plural, mas como singular, engessado, que há somente uma maneira de ser evangélico, o que concomitante resulta numa disputa pelo termo.

¹³ Mendonça, 2008 apud Adriano, 2017, p. 4.

Logo, o significado de qualquer conceito que estrutura a vida dos sujeitos sociais está em constante disputa, e o termo "evangélico" não foge a essa regra. Sua definição e reivindicação estão longe de ser um consenso. Esse intenso movimento de disputa que se desenrola no cenário evangélico é, portanto, originado pelas próprias particularidades do protestantismo brasileiro, que fomentam o surgimento de novos atores com visões e agendas profundamente divergentes.

2.5 CEBs e a voz profética: o protestantismo que caminha com o povo

Para uma melhor interpretação dessa disputa pelo significado de ser evangélico, é necessário adotar uma perspectiva histórica que abrange o catolicismo como um dos precursores dessa fragmentação religiosa. As CEB's (Comunidade Eclesiais de Base) como são popularmente conhecidas, foram fundadas pela igreja católica com forte influência da Teologia da Libertação¹⁴ do século XX, essa perspectiva religiosa adotada pela igreja católica propunha uma forte intervenção religiosa nas situações de miséria e carências na qual os cidadãos das classes mais desafortunadas viviam. Utilizando de métodos de articulação entre a leitura bíblica e a realidade social, as CEB's realizam a ponte entre a fé e a vida cotidiana, não abrindo mão da conscientização da realidade social. Uma das características marcantes das CEB's é a sua formação, nascendo no período de bipolarização mundial, no contexto da guerra fria, onde o mundo estava dividido entre capitalistas e comunistas, o grupo religioso optava pela caridade e assistência aos mais necessitados. Os núcleos das comunidades eram compostos de 20 a 80 pessoas sem distinção de raça, gênero, credo ou orientação sexual, o que para aquela época fora lido como inovador, talvez, essa sua característica tenha feito com que a santa Sé nunca tenha incorporado as ideias das CEB's, pois rompiam com valores milenares da igreja católica.

Como outro lado da moeda e também impulsionado pela Teologia da Libertação, os evangélicos progressistas surgem no século XX, especificamente durante o período do regime militar no Brasil. Como resposta à adesão por parte dos evangélicos "conservadores" à ditadura militar brasileira, os evangélicos progressistas nasceram como uma contrarresposta à hegemonia evangélica existente, que se pautava como a única existente. Indo pelo caminho contrário de seus "irmãos de fé", os progressistas eram contra toda forma de opressão e políticas totalitárias, e se levantavam para mostrar que a verdadeira face do cristianismo se mostrava quando havia justiça social e enfrentamento de opressões, e não omissão frente a realidade

¹⁴A teologia da libertação é uma corrente teológica que considera os ensinamentos cristãos com base na libertação das injustiças sociais, de gênero, raça, econômicas e políticas. A perspectiva da Tdl é a emancipação social e a construção de um evangelho pela ótica do oprimido, não do opressor.

social. Diante disto, imperava sobre as ações dos evangélicos progressistas a luta contra as desigualdades sociais que se apresentavam na sociedade, e utilizavam a leitura bíblica para denunciar tanto aqueles que se faziam omissos à realidade desigual quanto as instituições que corroboravam com essas desigualdades. Faço esse levantamento histórico sobre as CEBs, protestantismo progressista e teologia da libertação pois há certa familiaridade entre elas. Surgindo basicamente no mesmo período histórico, ambas as expressões religiosas emergem na América-latina e com forte influência em questões sociais, lutas por justiça e atuação religiosa na sociedade. A Teologia da libertação surge em 1960, de onde se extrai uma teologia criada nas margens e pelas margens, logo em 1962, surgem as CEBs que dão avanço em propostas de cunho religiosa-social, partindo de pontos elaborados pela Teologia da Libertação, por último, como resultado mais atual dessas propostas de intervenção religiosa na vida social, aparece o movimento progressista, que conversa com as bases que o antecederam. A Teologia da Libertação é mais teórica e acadêmica, enquanto as CEBs são práticas e comunitárias. O Protestantismo Progressista, por sua vez, muitas vezes combina ambas as dimensões.

Explicado isto, é possível analisar que movimentos contra a hegemonia religiosa “conservadora” seja ela católica ou evangélica, vem acontecendo desde metade do século XX em diante. Em ambas as correntes, o foco principal é o combate às injustiças e desigualdades que afetam os mais carentes e necessitados. Atualmente as CEB’s não são muito reconhecidas e lembradas como fundadoras do movimento que relacionavam a fé e contexto social, talvez essa realidade seja resultado do avanço do protestantismo e a grande adesão por parte dos cidadãos brasileiros. Neste sentido, os evangélicos progressistas, se inserem como agentes contra hegemônicos da fé e do conceito de ser evangélico. A “batalha” como alguns evangélicos conservadores pontuam, tomam contornos inimagináveis, no sentido de que, os progressistas se tornam os impostores, aqueles que não decidem se “servem a deus ou ao diabo”, e lutam para acabar com a insurgência desse evangelho “popular”, ao passo que, os progressistas estão buscando emancipação e leitura bíblica consciente para a transformação social por meio da fé. Em suma, é importante pensar que a disputa pelo termo evangélico, é bastante capilarizada na sociedade, no sentido de que, até mesmo os fiéis adotam perspectivas de combate a essa nova configuração religiosa, o que talvez possa se assemelhar com o conceito de campo de Bourdieu. Segundo o autor:

Dito de outro modo, o trabalho simbólico de constituição ou de consagração necessário para criar um grupo unido (imposição de nomes, de siglas, de signos de adesão, manifestações públicas etc.) tem tanto mais oportunidades de ser bem sucedido quanto mais os agentes sociais sobre os quais ele se exerce estejam inclinados - por sua proximidade no espaço das relações sociais e também graças às

disposições e interesses associados a essas posições - a se reconhecerem mutuamente e a se reconhecerem em um mesmo projeto (político ou outro)¹⁵.

A este modo, utilizando de Bourdieu para entender a construção desse “combate” entre os evangélicos, o termo “evangélico” é um campo em disputa, no qual por longos anos somente uma vertente religiosa detinha seu significado. Contudo, a insurgência de novas possibilidades e leituras do evangelho originou essa disputa interna, que tem tomado novas circunferências dentro da “essência” do ser evangélico.

Capítulo 3 - Doutrina ou Graça? A formação da identidade evangélica

3.1 Ética ou Moral: a lei e o espírito

Para uma melhor compreensão do ponto que este artigo se propõe, é necessário pensar o campo ético e moral da formação evangélica no sentido de que, as ações realizadas por qualquer comunidade ou grupo, seja ele religioso ou não, possuem essas orientações como base. No livro, *Cristianismo e política: teoria bíblica e prática histórica*¹⁶, o autor detalha em um capítulo intitulado “A ética social de Jesus” um modelo ético a ser seguido pelas denominações que se pleiteiam no cristianismo. A base do capítulo se encontra nos versículos do livro de Mateus, capítulos 5, 6 e 7, mais conhecidos como sermão do monte. Desse modo, a Ética se caracteriza como um campo de conhecimento da filosofia no qual são estudados os princípios das ações e comportamentos humanos. Já a moral relaciona-se à construção social de comportamentos através do entendimento de quais são bons e quais são maus, visando a construção de normas que orientem indivíduos de um determinado grupo.

Etimologicamente, ambas as palavras se originam da mesma ideia: Ética vem do grego *ethos* que significa “hábitos”, “costumes”. A Moral origina-se do termo “*mores*” que também significa “hábitos”, “costumes”. Contudo, para realizar a diferenciação necessária para análise da formação evangélica, é necessário adotar o caráter “universal” para a ética, pois ela estuda o comportamento humano em sua vasta dimensão, e “cultural” para a moral, no sentido de que, diferentes povos e momentos históricos podem adotar morais que redijam suas condutas de formas variadas.

Ocupando-se de investigar os princípios das ações humanas e desenvolvendo teorias a respeito do desenvolvimento humano e a construção de valores compartilhados socialmente que orientam as ações, a ética pode ser resumida numa espécie de ato e potência, onde o ato é a própria ética e a potência, a moral, nisto, a ética se constitui como o estudo sobre as bases da moral. Do outro lado, a moral propriamente dita, distingue-se da ética pois não objetiva a

¹⁵ Bourdieu, 1996 apud Gomes, 2017, p. 59.

¹⁶ Cavalcanti, 2002.

análise do comportamento universal, mas particular, cultural, estabelecendo com o indivíduo e com sua consciência a ideia do dever, criando normas que condicionam o comportamento humano e os submete. Nisto, enquanto a ética propõe questões como: "O que é o bem?", "O que é a justiça?", "O que é a virtude?"; a moral se constitui a partir da aprovação ou reprovação de uma conduta. "Esta ação é justa?", "É correto agir de determinada maneira?"

Posto isto, a explicação acima sobre as diferenças e aproximações da ética e da moral, serão importantes para o próximo passo da análise. Dentro das escrituras, pode-se encontrar diversas referências de condutas orientadas tanto pela ética quanto pela moral, ou ambas ao mesmo tempo. Não só passagens como livros inteiros, a exemplo disso temos os livros de: êxodo; levítico; deuteronômio; juízes. Alguns destes livros fazem parte do pentateuco cristão, que são os cinco primeiros livros da Bíblia, outros, são exclusivamente destinados a construção de normas e leis para o povo de Israel, o que configura-se numa conduta moral, pois, o objetivo do livro e das leis instituídas naquele período era a construção de normas que orienta-se a conduta de todo um povo. De certo modo, a conduta bíblica do antigo testamento é inteiramente baseada na moral, onde as leis e normas redigiram as ações e comportamentos humanos. As leis de Moisés¹⁷ são um claro exemplo dessas condutas morais, onde aquilo que era visto como mau, imoral e injusto recebia o pleno castigo. Até a guinada revolucionária do "cristianismo" - nascimento de Cristo - a moral como modelo de conduta prevaleceu. Contudo, o ministério de Cristo inverte em grande escala, mas sem apagá-la a prevalência da moral como modelo de conduta, agora a ética toma um espaço significativo. Segundo Edileuza Barros:

Pelos relatos bíblicos, constata-se que a ética de Jesus se pautava na defesa da dignidade de todos os seres humanos. Jesus não inaugurou um código moral para condenar os impuros e pecadores. A ética de Cristo tem seu fundamento no cuidado com a vida, com a humanização. Encontraremos na bíblia princípios teóricos que regem diferentes áreas da vida humana. É na interação com esses princípios e com os problemas de cada geração, que a ética cristã se contextualiza e atualiza, sem jamais abandonar os valores permanentes e transcendentais revelados nas Escrituras¹⁸.

O princípio ordenador da conduta de Cristo segundo a autora, se pautava na ética, e não na moral. Neste sentido, a ética vinha em primeiro lugar, o que desestrutura a conduta moral do antigo testamento. Edileuza argumenta que, "A ética do novo testamento é diferente do antigo testamento, mas tem ele como base. [...] A ética de Jesus está existente em seus ensinamentos

¹⁷A lei mosaica, mais conhecida como as leis de Moisés, foram as condutas ordenadas por Deus a Moisés no monte Sinai, para que o povo de Israel, recém liberto, pudesse diferenciar-se dos demais povos que habitam naquelas províncias e seguissem em comunhão com Deus. Ao todo, as leis somam-se em 613 ordenanças que variam entre graus de punição caso haja o descumprimento delas.

¹⁸ Barros, et al., 2022, p.115.

e é mostrada pela sua vida”¹⁹. Desta forma, não são mais as leis e normas que orientam a observação sobre a conduta humana, mas o contrário, as bases da ética, e suas formulações sobre aquilo que se coloca como bem e mal que orientam as condutas morais. Tomemos por observação dois momentos históricos da bíblia, onde um se encontra no antigo testamento e o outro no velho. Uma das leis instituídas por Moisés era a lei que proibia o adultério, caso este ato fosse cometido e seus realizadores pegos, ambos deveriam ser sentenciados imediatamente à morte. Contudo, uma mesma situação dessa ocorre nos tempos de Cristo, onde uma mulher foi colocada em praça pública acusada de adultério e estava prestes a ser morta apedrejada pelos seus acusadores que seguiam as leis mosaicas. Entretanto, há a interferência de Jesus ao perguntar para os acusadores se nenhum deles havia pecado algum para que pudesse condenar aquela mulher, logo, frente a frente com seus pecados, todos vão embora. Essa história serve para relatar a experiência ética e moral de uma mesma lei, mas que agora não usa a segunda em detrimento da primeira como ordenadora das ações humanas.

Posto isto, é necessário observar a seguinte questão: os evangélicos de hoje, pautam suas ações pela moral ou pela ética? Se pela moral, há uma grande ruptura com o ícone da religiosa que eles professam, pois Jesus, mesmo não abdicando das leis, mas vindo para cumpri-las, ordenou suas condutas por meio da ética, ao entender que, a moral, como construção de condutas para um povo em determinado momento histórico, não poderia ser levada ao pé da letra ou transportá-la de um tempo longínquo para outro. Se pela ética, há uma subversão do significado de ética nos dias de hoje, pois, como mostrado nos outros capítulos deste artigo, a colonização das mentes, dos espaços e das atitudes por meio dos evangélicos e a formação de um bloco hegemônico, tem visado a construção de condutas morais pelo qual o estatuto de regimento seriam novamente as leis mosaicas. Isto, configura não só uma ética de domínio, como uma ruptura democrática e religiosa com o próprio cerne do cristianismo e do protestantismo. Por fim, essa movimentação tem origem na interpretação bíblica que cada grupo ou igreja decidem realizar a partir das escrituras, ou seja, igrejas com uma percepção social, tendem a serem mais propensas a analisar de forma ética o comportamento e ações humanas, igrejas mais conservadoras, pautam suas noções partindo da moral.

3.2 Literalidade ou Contexto: a Bíblia sob lupa

Uma ferramenta importante - além da fragmentação religiosa derivada da reforma - para entender como e porque essas distintas cosmovisões religiosas existem, é a hermenêutica bíblica, mais precisamente uma hermenêutica literal e uma histórico crítica. A literalidade e a

¹⁹ Ibid., p.116

análise histórico crítica são duas formas de interpretação bíblica e de construção de doutrinas para círculos religiosos. Desse modo, os líderes religiosos de determinadas comunidades, escolhem qual a melhor forma de interpretar e comunicar as escrituras, bem como, fazer com que seus fiéis incorporem o mesmo modelo de interpretação que o seu. Dito isto, cada forma de interpretação possui pontos positivos e negativos, o qual as tornam mais acessíveis a depender do intuito que se procura.

A análise literal se pauta no entendimento da escrita da forma como ela está “literalmente” escrita. Esta é a abordagem fundamentalista. Essa abordagem afirma não interpretar o texto, mas lê-lo da forma como ele é. “Entretanto, é claro que até mesmo o fundamentalismo segue uma regra de interpretação. Esta regra, simples e fácil, diz que a significação do texto é dada no presente por quem a lê”²⁰. Embora de alguma forma haja uma certa familiarização da abordagem literal, até mesmo por ser a mais difundida dentro das igrejas e nos meios de comunicação, a maioria das principais igrejas adotaram em partes o método histórico crítico.

A Análise Histórico crítica trabalha por meio de contextualização histórica, espacial e social do período no qual o texto foi escrito. Dessa forma, há grande relutância por parte dos segmentos religiosos em adotá-lo pois o estudo histórico-crítico coloca em xeque algumas concepções tradicionais, e coloca questões sérias sobre a relação sociedade e igreja. é importante analisar o quão delicado é o campo de interpretação bíblica, mas sem perder de vista os fatos atuais. Segundo Helminiak:

Esta abordagem é considerada “histórica” porque requer que coloquemos o texto de volta em seu contexto histórico e cultural para que possamos decidir sobre seu significado. Esta abordagem é chamada de “crítica” porque requer um pensamento cuidadoso e uma análise detalhada da Bíblia. A palavra “crítica” não é usada aqui no sentido mais comum de “tentar encontrar um erro em algo”²¹.

Posto isto, é necessário aprofundar na relação existente entre as duas abordagens e o meio social para explicar a incorporação de uma e o exílio da outra. Mesmo possuindo diferenças, ambas as abordagens concluem e aceitam que a Bíblia é a palavra de Deus e inspirada por ele. Contudo, a explicação para se chegar a essa conclusão e outras que cercam a escritura sagrada é feita de forma diferente em cada uma. Para a literalidade as escrituras foram escritas por meio de transe, ou seja, o poder divino se apossou dos autores e a partir daquele momento já não eram mais eles que estavam escrevendo, mas as palavras jorravam conforme o poder divino. A abordagem histórico-crítica pauta a racionalidade dos autores enquanto

²⁰ Helminiak. 1988, p. 27.

²¹ Ibid., p. 28

escreviam. Em certo sentido simbiótico, a análise histórico-crítica argumenta a interação divino-humano, no sentido de não haver transe, mas o mútuo respeito do divino com o homem, frente a cultura e sua humanidade, e se fazendo valer dessa interação, o divino utilizou dessas características para transcrever sua palavra. Logo, se quisermos entender aquilo que está escrito é necessário entender o que os autores buscavam descrever.

Posto isto, quais seriam as vantagens e desvantagens da adoção de cada modo de interpretação? Para isso, Helminiak elaborou a seguinte observação:

Consideramos primeira a abordagem literal: ela é fácil. Não tem diretrizes complicadas. Apela para o senso comum e não requer estudos detalhados. Tudo isso é uma vantagem Clara, pelo menos a curto prazo, porque simplifica a religião. Mas a interpretação literal também tem suas desvantagens. Uma vez que ela é desprovida de diretrizes mais elaboradas, pessoas diferentes podem ler o mesmo texto e chegar a conclusões diferentes. E cada uma destas pessoas poderá afirmar que o significado do texto é aquele atribuído por ela²².

Acaba que, neste modo de interpretação, impera a consideração que um grupo determinado de pessoas - em muitas vezes as comunidades religiosas - concorde que o texto signifique. Neste sentido, a popularidade acaba decidindo o significado do texto bíblico, assim como um líder religioso ou pregador influente pode impor sua interpretação a uma determinada comunidade religiosa (HELMINIAK, 1988). Diante disto, surgem as desvantagens da interpretação literal, sendo elas: a crença naquilo que as fazem se sentir mais seguras e confortáveis e não naquilo que Deus determina na palavra, a utilização seletiva da Bíblia, no sentido de enfatizar um texto específico e relegar outro, por última, há a desvantagem de que a interpretação literal não possa abordar temas cotidianos e atuais, pois sua forma de interpretação não permite a flexibilidade necessária.

Partindo para a análise histórico-crítica, temos a seguinte afirmação do autor:

O lado positivo dessa abordagem é que ela pode determinar o significado de um texto de maneira objetiva, seguindo uma orientação clara. Todos aqueles que aceitam este método podem concordar sobre a interpretação. Atualmente não há diferenças significativas entre os estudiosos católicos e protestantes da Bíblia graças a esta abordagem. [...] Quando surgem diferenças, elas não dependem de filiação católica ou protestante de quem quer que seja. As diferenças dependem exclusivamente das provas históricas citadas pelos estudiosos e dos argumentos propostos por eles. A linha que separa as igrejas cristãs não mais divide o campo entre católicos e protestantes. Esta linha separa aqueles que seguem a leitura fundamentalista da Bíblia e os adeptos da leitura histórico-crítica, e com frequência divide os membros de uma única igreja ou denominação²³.

Outro aspecto positivo desta abordagem é a sua concepção da relação homem-divino, para a abordagem histórico-crítica, Deus age através da história humana e não somente a

²² Ibid., p. 31

²³ Ibid., p. 33

observar, sendo esse um pilar da fé judaico-cristã. Essa abordagem trabalha na observação da história, da ação de Deus na história e no desenvolvimento humano que por consequência resulta na atualização da forma religiosa ao longo dos séculos. Os pontos negativos da abordagem histórico-crítica são resultados do esforço teórico e metodológico que é necessário para realizá-lo, sendo assim, ela não é fácil, pois requer estudos longos e difíceis, tornando essa análise uma espécie de técnica científica.

Diante disto, a dificuldade de aceitação de uma em detrimento da outra se expressa pela facilidade de chegar ao seu significado e de aplicação na vida prática. Contudo, outra maneira de olhar para essa dificuldade pode ser analisada partindo de um tema espinhoso como a homossexualidade. Supondo que o dia amanheça e magicamente adote-se a abordagem histórico-crítica e a incorporem no lugar da literal, de certo modo, irá ocorrer que: textos e passagens bíblicas que a séculos são lidos de determinada maneira serão lidos e interpretados de outra forma, a qual colocaria em questão diversos assuntos que a literalidade trata com imenso desprezo e discriminação, a homossexualidade assim como outros campos sociais sofreriam uma dessas ressignificações.

3.3 Domínio ou Amor incondicional: duas éticas em confronto

No amor não há medo; ao contrário, o perfeito amor expulsa o medo, porque o medo supõe castigo. Aquele que tem medo não está aperfeiçoado no amor²⁴.

Até onde o amor cristão é capaz de ir? quais os limiares da intervenção humana no sofrimento do outro? do próximo? Existe uma régua ou código moral que diga aos cristãos até onde podem amar o próximo e onde começa a lei e a punição pelos pecados e maldizeres da vida? Para todas essas perguntas, as respostas são múltiplas e podem incorporar significados e ações diferentes, dependendo de quem as responde. Uma resposta literal, como o sim ou depende, pode variar de acordo com quem seja o alvo das alegações ou das situações impostas. Logo, isso apresenta a constante desunião do cristianismo, seja por parte de sua membresia, seja pelas diversas denominações.

Se usarmos o maior símbolo cristão - Jesus - como referência para responder às perguntas colocadas, as respostas seriam: não há limites para o amor cristão e nem para a intervenção nos sofrimentos. Como o próprio Cristo disse nas escrituras, ele veio para os feridos e os necessitados, trazendo paz, cura e esperança. A mensagem de Cristo nos quatro

²⁴ Sagrada, Bíblia. 2003.

evangelhos que podem ser lidos como suas memórias, é pautada pelo amor incondicional pela vida dos necessitados. Embora, muitos possam dizer que para além do amor, a plano de Cristo era dominar sobre esta terra, ao percorrer todo o caminho para a crucificação e em seus últimos suspiros, o amor e o perdão fizeram parte da sua história, o domínio, como plano do cristianismo só surge com estratégia de poder da igreja católica e posteriormente com os protestantes pentecostais.

É importante salientar, mesmo que pareça óbvio, qual era a missão de Jesus na terra, pois, a partir das décadas de 1970 e 1980, nos Estados Unidos, surge a teologia do domínio, ou dominionismo, que posteriormente na década de 1990, chega ao Brasil. Esse projeto teológico, embora se baseie em algumas passagens bíblicas do antigo testamento e do novo, distancia-se fortemente dos princípios apontados por Cristo.

A teologia do domínio nada mais é que a reconstrução de uma nação, no caso, dos EUA e do Brasil por meio das leis mosaicas do antigo testamento, assim como a interpenetração dos cristãos em todos os espaços sociais da sociedade. Encorajados pela doutrina filosófica dos 7 montes, os adeptos da teologia do domínio entendem que os cristãos devem ocupar áreas estratégicas da sociedade e por meio delas, dominar a comunidade que faz parte. Logo, estas 7 áreas estratégicas são: a política, cultura, educação, mídia, economia, família e religião, todas estas áreas são conectadas entre si e entres os cidadãos de uma sociedade, por isso os adeptos da doutrina dos 7 montes almeja dominá-las, pois, ao conseguirem, poderão assim perpetuar suas intenções na sociedade.

Logo, a teologia do domínio, carrega já em seu próprio nome o seu objetivo primeiro e último que é dominar a sociedade por meio de uma cosmovisão religiosa. A construção de uma sociedade derivada por meio da teologia do domínio ou do dominionismo é totalmente contrária aos modelos de democracia vigente na maioria dos países, uma vez que, a secularização do estado foi a chave crucial para se construir uma democracia que fosse apartada de qualquer viés moral ou religioso, que possa ter ficado no momento de ruptura da igreja católica com o estado. No Brasil, a separação entre estado-igreja de seu na década de 90, com o decreto nº 119-A e revigorado no decreto nº 4496/2002, portanto, ainda vigente.

Teologia do domínio e democracia não coexistem de forma harmônica em uma sociedade, enquanto uma baseia-se num messianismo político, autoritarismo, intolerância religiosa e o uso da religião para fins políticos, outro trabalha literalmente ao contrário, dando ênfase no direito de equidade a todos os cidadão e credos religiosos. Logo, se uma sociedade é tomada por características dominionistas, a democracia dessa sociedade se encontra em perigo.

Como apontado pelo autor, as características que descrevem a teologia do domínio se apartam do amor incondicional deixado como ordenança pela figura de maior importância do cristianismo, o próprio Cristo. Desse modo, como pode haver uma aliança entre o cristianismo e a teologia do domínio, se filosoficamente, suas crenças e ideias são antagonicamente opostas? De certo modo, há uma relação comensal entre a teologia do domínio e o próprio cristianismo, de modo que, alguns indivíduos que se denominam cristãos, usam desse aporte para legitimar suas ações dominionistas e antidemocráticas. De acordo com a elaboração feita por Dumard acerca de uma análise realizada por Brown, a autora descreve que

[...] “Em uma população religiosamente interpelada, uma linha cada vez mais tênue entre cultura religiosa e política, e entre discurso teológico e político, facilita a recepção das forças desdemocratizantes do neoconservadorismo e do neoliberalismo” (Brown, 2009, p. 706) Um modelo de governança neoconservadora, que modela a autoridade do Estado tendo por base a autoridade da Igreja, a partir da relação pastoral do Estado com seu rebanho, também auxilia no enfraquecimento da soberania do Estado. À medida que essas forças voltam à vida pública/política, elas minam os vários séculos de esforços que promoveram, ainda que não completamente, a separação entre o discurso religioso e o político. Segundo Brown (2006, p. 707), isso acarreta uma “desprivatização das reivindicações religiosas em geral” (p. 707), isto é, as reivindicações religiosas movem-se da esfera privada para a esfera pública. Há, a partir daí, uma mistura cada vez mais aceita do cristianismo no discurso e no debate político. Como consequência, há um acréscimo nas forças desdemocratizantes perante a existência de um já conhecido cenário nos EUA: o fundamentalismo cristão²⁵.

Posto isto, é possível analisar quais as dimensões são afetadas diretamente pela interpenetração do espaço religioso privado na vida pública da sociedade. Desse mesmo modo, a teologia do domínio se beneficia dessas oportunidades de fusão entre Estado e igreja, visando posteriormente acabar com a laicidade do estado e implantar uma teocracia social. Neste espaço, no qual a teologia do domínio tem lutado diariamente para construir, não há espaço para discordância ou manifestação contrária à sua cosmovisão de mundo, logo, não há democracia. Neste lugar, inevitavelmente, não há espaço para o amor incondicional descrito pelo Cristo ao qual eles dizem lutar. Desse modo, não é simplesmente uma visão de transformação social que irá levar a sociedade para um paraíso na terra, mas uma forma de dominar ou outros, utilizando o nome de Deus como escudo, assim como feito pela santa inquisição.

Diante das elaborações realizadas, é possível traçar um panorama abrangente sobre a construção do campo religioso pentecostal e protestante no Brasil. Esta contextualização serve como alicerce fundamental para as análises que se seguirão. No capítulo 1, dedica-se a descrever as origens e o surgimento histórico do protestantismo e do pentecostalismo,

²⁵ Dumard, Graziela apud Brown. W.2024, p. 32.

apresentando essas duas grandes vertentes como bases fundantes e distintas do cristianismo brasileiro, cada uma com sua própria trajetória e características doutrinárias iniciais. O capítulo 2 percorreu a trajetória histórica desse movimento religioso em solo nacional. Partindo do primeiro culto protestante, passando pela consolidação das chamadas "ondas" pentecostais que reconfiguraram o cenário religioso, abordou a dificuldade estrutural de se estabelecer uma união nominal entre os diversos grupos protestantes e, por fim, explorou o surgimento de novas formas de compreender e atuar no mundo, exemplificadas pela atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que introduziram uma leitura sociotransformadora da fé. Avançando para o capítulo 3, a investigação voltou-se para os alicerces éticos e morais que orientam os evangélicos. Tomando a figura de Jesus Cristo como referencial central, buscou-se compreender a origem das orientações que fundamentam suas ações e posicionamentos na sociedade. Um eixo de análise crucial foi a identificação das lentes hermenêuticas utilizadas para a leitura bíblica – seja uma interpretação mais literalista ou uma abordagem contextualizada –, pois é através delas que os segmentos interpretam o mundo e definem seu engajamento público. Este levantamento contextual da construção religiosa no Brasil não é um fim em si mesmo. Sua função primordial é pavimentar o terreno para as análises dos três próximos capítulos. Ao estabelecer este pano de fundo histórico e doutrinário, torna-se possível construir uma visão mais nítida dos conteúdos, símbolos, discursos, personagens e agentes que povoam este cenário. Esse arcabouço, por sua vez, facilita a correta alocação das posições que já foram e que serão apresentadas dentro do espectro dicotômico “conservadores x progressistas”. São precisamente estes atores os principais responsáveis por encabeçar, na contemporaneidade, os conflitos que caracterizam este contexto religioso. É importante notar que a disputa, outrora circunscrita a um segmento religioso restrito, expandiu-se significativamente. Ela agora avança para outras esferas, ocupando um espaço central e influente no cenário do debate público brasileiro, impactando discussões sobre política, costumes e direitos. Dessa forma, a contextualização do movimento como um “todo” coeso, embora internamente diverso, torna-se uma premissa metodológica indispensável. É ela que garante que a interpretação das ações e dos discursos dos agentes religiosos não seja estabelecida no vácuo, mas, sim, sustentada por um suporte teórico e histórico robusto, permitindo uma análise crítica e fundamentada dos complexos fenômenos em questão e que serão explorados a seguir.

Capítulo 4 - Nós e Eles: Guerra Santa ou Guerra Fraterna?

4.1 Conservadores vs. Progressistas: os fariseus e os publicanos de hoje

Atualmente, as políticas de identidade cerceiam os indivíduos sociais na busca por territorializar suas multiplicidades em normas rígidas e inflexíveis. As políticas de identidade podem se ramificar em múltiplas representações, para que possam maximizar o seu processo de territorialização²⁶ dos indivíduos. Logo, essa classificação se torna possível por meio de status econômico: entre burgueses e proletários; pela identidade de gênero: pessoas cis e transgêneras; pela raça: brancos, pretos, pardos, amarelos ou indígenas e pela sexualidade: heterossexuais ou pertencentes a comunidade LGBTQIAPN+, sendo essas identidades políticas, as mais conhecidas.

Contudo, o cenário político polarizado e densamento moralizado, cria um espaço para novas territorializações, colocando as “antigas” classificações como insuficientes para dar significado e sensação de pertencimento à uma comunidade para os indivíduos sociais. Dentro deste cenário, é possível identificar duas novas classificações que estão intimamente ligadas ao cenário político nacional e moral. Denominar-se como hetero, branco, rico ou pobre, já não é mais suficiente para conhecer alguém em seus aspectos mais subjetivos. Embora a raça, sexualidade, e status econômico sejam marcadores que dizem muito sobre onde e como determinada pessoa vive em sociedade, o cenário político-social polarizado da atualidade, requer dos indivíduos outras “identidades” que digam o que e quem são. Os marcadores que mais se aproximam dessa realidade, são: conservadores e progressistas.

Afinal de contas, o que é conservadorismo? O conservadorismo é uma filosofia política e social que defende a preservação dos valores tradicionais, instituições e práticas culturais. Ele valoriza a estabilidade social, a ordem e a continuidade histórica, frequentemente resistindo a mudanças rápidas ou radicais. No contexto político, os conservadores geralmente apoiam políticas que promovem a economia de mercado, a propriedade privada, e a segurança nacional. As ideias conservadoras podem variar, mas tendem a priorizar a tradição, a hierarquia e a autoridade.

Para entendermos o conservadorismo enquanto corrente ideológica que tem tomada proporções gigantescas dentro das políticas de estado de países como EUA, Brasil, França e outros, é preciso retornar ao início do pensamento conservador, e entender qual situação histórica motivou o surgimento deste pensamento é porque as políticas conservadoras são

²⁶ Territorialização é um conceito polimorfo utilizado por Deleuze e Guattari em *O Anti-Édipo* e mil platôs para conceituar o processo de criação e destruição de territórios humanos. Esses territórios podem ser compreendidos como áreas físicas, sociais, morais, estéticas e sexuais organizadas por um conjunto determinado de normas, regras e condutas. Esse processo, em suma, serve como ferramenta de “controle” criando uma sensação de pertencimento e segurança no indivíduo, dependendo de qual território o seu corpo esteja ocupando.

frequentemente mais utilizadas por partidos e agentes políticos que se encontram no espectro político da direita, colocando historicamente o progressismo no espaço político da esquerda.

A fim de compreender a gênese do conservadorismo que hoje cerca as democracias mundiais e tenta romper com todo avanço revolucionário e progressista, voltaremos para aquele que historicamente é lido como o patrono do conservadorismo clássico, Edmund Burke. O livro *Reflexões sobre a revolução na França* é o ponto de partida para analisar toda a construção ideológica do conservadorismo clássico e do moderno, já que ambos bebem da mesma fonte conceitual. No livro, Burke analisa o conservadorismo a partir dos acontecimentos do regime feudal e sua decadência e o conceitua como um agente antirrevolucionário que rejeita os ideais modernos de democracia e justiça social, por entendê-los como anacronismo e utópicos.

No entanto, embora historicamente distante do período feudal, pouco se modificou o significado moral e social do que é ser conservador, autores como (Bobbio 1998) e (Silva 2010) descrevem categoricamente como Burke o que é ser conservador. Para Bobbio²⁷, “Conservadorismo designa ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras”. Desse modo, percebe-se que a noção estabelecida por Burke naquele período, estende-se à contemporaneidade e demonstra que sua origem histórica remete diretamente a uma alternativa ao movimento progressista.

Segundo Jemerson:

É possível dizer, desde logo, que há um tema central que atravessa o conservadorismo clássico e contemporâneo, estando presente medularmente nas reflexões. Trata-se do tema da revolução. O conservadorismo foi construído, desde sua gênese, como uma ideologia antirrevolucionária, em sentido jacobino, muito embora não hesite em estabelecer sua própria concepção de revolução²⁸.

A concepção de revolução que os conservadores estabelecem como possibilidade é aquela que preserva as ideias, instituições e privilégios já estabelecidos, isto é, no contexto de Burke, manter a aristocracia feudal e a classe média nos seus lugares de destaque perpetuando suas ideias para toda uma sociedade. Para exemplificar isto, o sociólogo Bourdieu elaborou dois conceitos que auxiliam na interpretação deste problema, o conceito de *habitus* e da violência simbólica, que descreve o processo de construção subjetiva dos sujeitos da sociedade moderna. Enquanto violência simbólica, Bourdieu descreve que as classes mais favorecidas, detentoras de capital, operam por meio de imposições culturais que são exercidas de forma “legítima” que quase sempre são invisíveis e dissimuladas, levando os indivíduos de classes

²⁷ Bobbio, 1998. p, 256.

²⁸ Jamerson, 2016. p, 115.

mais pobres a acreditarem em crenças e preconceitos elaborados sobre eles mesmo de forma que contribui para o permanecimento da estrutura social da forma que ela está. Logo, como resultado da violência simbólica que este grupo sofre, está o processo de legitimação e incorporação de discursos como marginalizados, burros e incompetentes, levando-os a acomodarem-se à realidade social imposta.

Já o conceito de *habitus* em Pierre Bourdieu refere-se a um sistema de disposições duradouras e transponíveis que indivíduos internalizam ao longo de suas vidas, resultante da socialização em um determinado contexto social. O *habitus* engloba modos de pensar, sentir e agir que são adquiridos através da prática e da experiência social, influenciando a percepção e a ação dos indivíduos de maneira inconsciente. O *habitus* opera como uma matriz de percepções, apreciações e ações que orienta o comportamento dos indivíduos sem a necessidade de regras explícitas. Ele está enraizado nas condições sociais de existência e varia de acordo com a classe social, o gênero, a etnia, entre outros fatores. Bourdieu enfatiza que o *habitus* não é algo fixo ou imutável; ele pode se transformar à medida que as condições sociais e as experiências dos indivíduos mudam. No entanto, essas transformações geralmente são lentas e graduais, dado que o *habitus* tende a reproduzir as estruturas sociais existentes. Em resumo, o *habitus* é uma ferramenta teórica que Bourdieu utiliza para explicar como as práticas sociais são geradas e como elas contribuem para a reprodução das estruturas sociais, ao mesmo tempo que permite à agência individual dentro dessas estruturas.

Diante disso, ao analisar o contexto social da modernidade, pode-se perceber quais são os agentes operadores dessas estruturas de opressão, que por meio do conservadorismo, das estruturas estabelecidas e dos ideais disseminados, tentam manter seus locais de privilégios e destaques. Hoje, a classe dominante pode ser entendida como a classe média alta, os empresários, pastores e líderes religiosos fundamentalistas e políticos corruptos. Estes agentes, são na maioria das vezes, ou quase sempre, os indivíduos que estão por trás da disseminação do conservadorismo, logo, para estas pessoas, revolução significa “[...] apenas e tão somente, a melhoria com a permanência perene das instituições consolidadas”²⁹.

Como apresentado, embora sejam contra o avanço de pautas revolucionárias e progressistas na sociedade, os conservadores da contemporaneidade, assim como os de Burke, defendem a ordem existente, qualquer que seja sua natureza política, colocando-se contra o caos e a reforma. Contudo, ao se defrontarem com atores progressistas que lutam pela revolução do trabalho, pelo direitos reprodutivos das mulheres, a legalização do aborto, os

²⁹ Ibid., 2016. p. 114

direitos da comunidade LGBTQIAPN+ e outros direitos que são retirados das minorias sociais, esse grupo de agentes conservadores tende a manobrar um certo discurso de outridade³⁰, que embora possa ser utilizado como fonte de diferenciação de um indivíduo para outro e assim entender a multiplicidade da espécie humana, esse discurso mobilizado pelos conservadores se inclina para o lado de ver o outro como diferente de si e possivelmente como uma ameaça para si e para a sociedade, pois ele é diferente.

Os defensores dessa corrente, na contemporaneidade, procuram, tal como Burke, acusar aqueles que lutam por avanços civilizatórios de serem "inimigos da sociedade", de suas instituições e tradições — algo típico das ideologias conservadoras de uma maneira geral. Os conservadores da atualidade estendem o leque de acusações, empregando termos tais como: fanáticos, despóticos, egoístas, dogmáticos, tirânicos, irracionais, para qualificar aqueles que se posicionam criticamente em relação ao funcionamento da sociedade burguesa³¹.

Dessa forma, nota-se que as bases ideológicas do conservadorismo clássico não se perderam com o tempo, mas foram readaptadas para a contemporaneidade na medida que novas concepções são necessárias para combater os avanços progressistas. Um outro fator muito importante é a negação da justiça social e o desprezo pela democracia atual que o conservadorismo ataca. Recentemente, no dia 8 de janeiro, o Brasil foi palco de um dos maiores atentados à democracia pós constituição. Inflamada por um discurso de inúmeros governadores, senadores e até mesmo o ex-presidente da república do país, uma quantidade considerável de criminosos, invadiram a praça dos três poderes em Brasília no intuito de mostrar força e intimidar as entidades políticas do país. A tentativa de golpe de estado que havia começado a alguns meses quando o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, no segundo turno das eleições presidenciais de 2022, perdeu para o então candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, não obteve êxito, pois grande parte dos criminosos aguardavam a movimentação do exército ao seu favor, buscando assim uma proteção das forças armadas.

Para os envolvidos na tentativa do golpe de estado, a possibilidade de um terceiro mandato do então candidato Luís Inácio Lula da Silva, representava a chegada do fantasma do comunismo e o fim da liberdade de expressão. Importante lembrar que a aparição do comunismo como um dos principais argumentos inventados para dificultar a campanha do candidato pelo PT, não foi algo novo, mas vinha sendo manobrado pelos agentes conservadores a alguns anos. De certa forma, essa ala conservadora conseguiu realizar um feito surpreendente,

³⁰ De acordo com Paulo Leminski, outridade é termo usado para caracterizar o “outro” no ser humano, ou seja, ele mesmo; esse “outro” que causa estranheza a si mesmo e que questiona a própria identidade, primeiro pela repulsa, em seguida pela fascinação e por último pela vertigem.

³¹ Ibid., 2016. p, 115

que intriga as ciências sociais da atualidade, eles conseguiram espiritualizar o comunismo e o socialismo, colocando esses dois modelos econômicos de sociedade no roll de movimentos anticristãos e antissociais. Logo, em muitos segmentos da classe trabalhadora, onde canais de forte influência e apelo popular (como grupos de mensagens, mídias de televisão abertas e certos espaços religiosos) funcionam como os principais vetores de informação, é frequentemente disseminada pela classe dominante a narrativa de que o comunismo é uma ameaça existencial. Essa narrativa, que o acusa de desejar o fim da família, do trabalho e das instituições religiosas, tem sido assimilada por parcelas significativas dessa população, o que serve para neutralizar o debate sobre alternativas econômicas e políticas.

Desse modo, como o PT, foi construído por base de trabalhadores, sendo o maior partido de esquerda da América Latina, todos os ideais de transformação social e revolução - embora ele não seja mais o partido que era na sua formação - foram e são relegados a ele, tornando o candidato que se filia a ele, um inimigo da sociedade, pois ele quer implantar o comunismo no país.

O conservadorismo, tanto clássico, quanto contemporâneo, renúncia aos modernos ideais de democracia e justiça social, tomando-os como anacronismos niveladores sociais, isto é, utópicos desejos de igualdade, inaceitáveis no ponto de vista da desigualdade social natural e positivamente constituída. Por derivação, a pauta socialista e o projeto comunista, em quaisquer gradações, são rechaçados à priori³².

Diante disto, fica claro que o desejo do conservadorismo enquanto corrente ideológica é manter as estruturas de opressão da sociedade moderna como ela está, e para isso, Burke, na sua crítica à revolução francesa, descreve as táticas necessárias e utilizadas para realizar a disseminação das ideias conservadoras para outras pessoas. A primeira tática consiste na “batalha de ideais”, que basicamente constitui-se de criticar os valores e ideais de transformação e revolução apresentados pela sociedade ou por agentes progressistas. Essa tática, muito utilizada na modernidade, pode ser compreendida se analisarmos as contra investidas que os conservadores, principalmente os que ocupam cargos de liderança, realizam. A exemplo disso, temos a fala do então deputado Marcos Feliciano (PL) no vídeo disponibilizado pelo canal da Câmara da sessão de discussão dos Direitos Humanos na Câmara dos deputados no dia 05 de junho de 2024, sobre a iniciativa de diminuição da escala de trabalho 6x1, apresentada pela deputada Erika Hilton (PSOL). A fala do deputado reduzia e criticava a proposta da deputada pois, para ele, e seus companheiros de partido e ideias, o homem é digno de seu trabalho e que em democracias sólidas como EUA e Japão, os trabalhadores trabalham até a exaustão, fazendo com que a economia cresça e gire, e que o

³² Ibid., 2016. p, 115

Brasil precisa seguir as mesmas formas de trabalho. No entanto, a realidade da sociedade, é totalmente oposta, pois uma petição online criada para saber da vontade do povo, consta com mais de 1 milhão de assinaturas, comprovando que os trabalhadores estão sim interessados na redução da sua jornada de trabalho semanal.

Nas Reflexões, o autor faz a crítica aos valores, ideais e princípios que orientaram a Revolução Francesa — aqueles construídos pelo Iluminismo moderno. Eles são pejorativamente apresentados como meras "abstrações", destituídas de significado objetivo. É assim que as concepções de igualdade, direitos do homem, razão, antropocentrismo, liberdade individual, soberania popular, são identificadas como ideias perigosas à ordem estabelecida, corrosivas de toda a herança cultural e patrimonial das tradições europeias³³.

Outra tática utilizada pelos conservadores é a do irracionalismo, que consiste basicamente em negar a racionalidade das ações e fatos já estabelecidos. Desse modo, os conservadores tendem a manobrar os discursos para desvalorizar a razão enquanto instrumento para conhecimento da realidade. Para exemplificar uma forma de irracionalismo da modernidade, utilizada pelos conservadores, tomaremos como objeto de análise um dos discursos de Olavo de Carvalho, um dos maiores nomes do conservadorismo brasileiro. Manobrando o irracionalismo, Olavo de Carvalho, no auge da pandemia da COVID19, publicou em seu canal do Youtube um vídeo intitulado “Coronavírus: confusões de adultinhos” onde, negava a existência da pandemia, pontuando que a pandemia de COVID seria uma epidemia política. Mesmo o número de mortos superando-se dia após dia e os hospitais em capacidade máxima de ocupação, Olavo afirmava que tudo não passava da maior manipulação de opinião pública que já aconteceu na história da humanidade. Talvez seja importante ressaltar que oito dias antes da sua morte, Olavo se encontrava internado em decorrência de infecção pela COVID19, que segundo sua filha Heloísa, foi a causa da morte de seu pai. Talvez o irracionalismo de Olavo de Carvalho o tenha levado a óbito, pois ele mantinha um comportamento negacionista diante dos estudos científicos, principalmente em relação a vacinação da COVID19, levantando possibilidades irracionais sobre os efeitos colaterais. Um ponto muito importante que não pode ser esquecido é que o irracionalismo, enquanto ferramenta do conservadorismo é uma ótima tática para levar multidões desesperadas por um sentimento de pertencimento a acreditar em discursos anti científicos e negacionistas, levando não só quem os dissemina como quem os aceita para uma posição de agente passivo.

Com essa operação reificada, o conservador elabora mais um pilar duradouro do conservadorismo: a negação da razão e a entronização de uma concepção pragmática, imediatista, de ação e pensamento. A ciência, entificada, para ele, deveria ter “[...] ficado satisfeita em continuar como instrutora e não aspirasse a ser senhora [...] pois

³³ Ibid., 2016. p, 119-120

agora [...] a ciência será atirada ao lodo e pisoteada pelos cascos de uma suína multidão"³⁴.

Uma terceira tática e esta é muito importante é a naturalização da diferença social por meio da espiritualização da realidade. Isto é, dimensionar os problemas de pobreza, hierarquia social, fome, desemprego, exploração e todos os outros, por meio da religião.

Nós sabemos e, o que é melhor, sentimos interiormente que a religião é a base da sociedade civil e a fonte de todo bem de toda a felicidade. Na Inglaterra, estamos tão convencidos disso que não há nenhuma superstição com a qual absurda acumulada da mente humana poderia ter degenerado a religião no curso dos séculos, que 99 ingleses em cem não a prefeririam à impiedade [...] sabemos, e é nosso orgulho, que o homem é, pela sua natureza, um animal religioso; que o ateísmo é não somente contra nossa razão, mas também contra nossos instintos, e não pode prevalecer por muito tempo³⁵.

O processo de espiritualizar as dinâmicas sociais para conseguir legitimá-las de forma que a sociedade civil as aceite, é além de tudo uma tática política. Segundo Dumard, o Instituto Datafolha realizou uma pesquisa durante o segundo turno das eleições presidenciais de 2022, e constatou que 49% dos eleitores deram muita relevância à religião do candidato. Tornando a religião um suplemento da política³⁶. O objetivo por trás da junção entre conservadorismo e religião está ligada pela facilidade de disseminação de informações por meio das comunidades religiosas. A exemplo disso vemos Burke se apegando ao monoteísmo cristão e usando a ideia de irrefutabilidade cristã como forma de propagar os ideais conservadores. Burke descreve que as sociedades constituem uma ordem natural e eterna, que vem do seio religioso, ou seja, divinamente estabelecida. Essa constatação feita por Burke, é utilizada pelos conservadores da modernidade à medida que eles estabelecem ações e discursos que contribuem para a manutenção das hierarquias sociais. Por isso o papel da religião é tão importante dentro do conservadorismo, pois, a instituição religiosa consegue criar identidades que agregam ao ideal conservador, visto que, numa lógica de ato de fé, os fiéis acreditam fielmente na ordem estabelecida por essa estrutura. Logo, é possível perceber certa proximidade entre os valores religiosos e conservadores, pois, o conservadorismo apropriou-se dessas “características” religiosas, fundindo-se aos seus ideais na busca por expansão ideológica.

Abraçando o monoteísmo cristão, Burke projeta sobre o ser social suas concepções teológicas, defendendo que o Estado e a sociedade constituem uma ordem natural eterna e divinamente estabelecida. A desigualdade social e a propriedade privada estariam incluídas nessa ordem. Com essa operação ideológica antromorfizadora, o fundador do conservadorismo repousa suas ideias sobre o idealismo. Tal concepção de mundo redundante na naturalização das relações sociais — redundância frequente entre as ideologias conservadoras. A divisão da sociedade em classes e a desigualdade

³⁴ Burke, 2014. p, 98 apud Jamerson, 2016. p, 121.

³⁵ Burke, 1982. p, 112.

³⁶ Dumard, 2024. p, 80.

social, portanto, compõem, na visão burkeana, um quadro de hierarquia e ordenamento correspondentes à natureza. [...] Nesse contexto, seria como um atentado contra a natureza a defesa de um princípio como o da igualdade social. A luta por ela, um atentado contra a ordem divina³⁷.

Diante disto, pode-se tirar algumas considerações importantes sobre os conservadores e suas maneiras de agir na sociedade. A primeira é a importância do conservadorismo se atrelar a religião predominante de seu tempo, possibilitando que suas ideias sejam propagadas e aceitas de forma pacíficas e sem questionamentos, pois elas seriam legitimadas por uma ordem divina imutável. O segundo ponto é a luta contra todo tipo de transformação social que beneficie os trabalhadores e mais pobres, essa transformação, na visão conservadora tenderia ao declínio da sociedade como conhecemos, mas na verdade, a única coisa que seria derrubada seriam as estruturas de opressão. O terceiro ponto é a negação científica e racional, por meio do irracionalismo e do negacionismo. Essas duas ferramentas são bastantes importantes pois na medida em que são elaboradas pelos agentes conservadores, elas lançam dúvidas e críticas a conceitos já estabelecidos cientificamente e socialmente. Por fim, pode-se compreender na visão de Burke que:

É possível concluir que ele anseia por uma "revolução sem revolução", ou seja, mudanças localizadas e específicas, que sirvam para preservar as tradições já estabelecidas e sejam pensadas e conduzidas por uma distinta parcela da sociedade: os proprietários. Essas mudanças deveriam ser realizadas com absoluto distanciamento dos componentes insurrecional e popular, o que exclui também os anseios por democracia e a noção de luta por direitos³⁸.

Explicado o conservadorismo e suas características principais, bem como suas formas de atuação, delineando suas atividades na modernidade e estreitando interpretações incongruentes com o espectro do conservadorismo, é importante neste segundo momento apresentar as características do progressismo, este outro agente que representa um papel fundamental nesta dicotomia atual das sociedades democráticas que se veem frente ao dilema de avanço social ou permanência das estruturas já consolidadas.

Para compreender a formação do progressismo como conhecemos hoje, é necessário retornarmos ao século XVIII, no período conhecido como século das luzes, ou iluminismo. Os filósofos Voltaire, Rousseau e John Locke, conhecidos como iluministas, promoveram por meio de seus pensamentos os ideais de igualdade, direitos humanos e liberdade, acreditando que o uso da razão poderia levar ao progresso social e à melhoria das condições humanas. Esse período da história, marcado pela ascensão do conhecimento científico e da razão, se deu pelo

³⁷ Jamerson, 2016. p, 121-122 .

³⁸ Ibid., 2016. p, 123

declínio da igreja católica e na sua incapacidade de dar respostas a acontecimentos que tangiam a vida humana. Segundo Hobsbawm

Pois, de fato, o "iluminismo", a convicção no progresso do conhecimento humano, na racionalidade, na riqueza e no controle sobre a natureza - de que estava profundamente imbuído o século XVIII - derivou sua força primordialmente do evidente progresso da produção, do comércio e da racionalidade econômica e científica que se acreditava estar associada a ambos. E seus maiores campeões eram as classes economicamente mais progressistas, as que mais diretamente se envolviam nos avanços tangíveis da época: os círculos mercantis e os financistas e proprietários economicamente iluminados, os administradores sociais e econômicos de espírito científico, a classe média instruída, os fabricantes e os empresários³⁹.

Assim, pode-se apontar que a gênese do progressismo enquanto movimento de luta pela liberdade de direitos, nasce com o iluminismo do século XVIII. Como todo movimento, o iluminismo também teve suas ideias fundadoras, que sustentaram suas expectativas de uma sociedade reformada com base naquilo que acreditavam. As principais ideias do iluminismo incluem: a razão, pois entende que a razão humana é capaz de compreender e melhorar o mundo, a ciência, por ser uma forma válida de adquirir conhecimento verdadeiro, os direitos naturais que se caracterizam como os direitos à vida, à liberdade e a propriedade, sendo eles direitos inalienáveis, o progresso como motor que impulsiona a sociedade sempre em direção ao avanço e melhoria da condição humana e social e por último tolerância e liberdade, que pregam a liberdade de expressão, religiosa e de pensamento, lançando fora toda forma de intolerância e dogmatismo.

Certamente, o progressismo não parou no iluminismo, mas foi palco para o surgimento de diversos outros movimentos que viriam depois do século XVIII. Já no final do século XVIII, imbuídos pelas ideias iluministas de transformação, acontecem as revoluções Americana e Francesa. A revolução Americana se deu pelo conflito entre colônia e metrópole. A colônia - Estados Unidos da América - estava insatisfeita com o aumento da exploração das treze colônias realizado pela metrópole - Inglaterra - que vinha sofrendo com o endividamento pós-guerra e começou a exercer uma pressão financeira maior sobre suas colônias, ocasionando a revolta americana. A esses acontecimentos Hobsbawm descreve a conexão do pensamento iluminista de progresso e suas consequências:

É significativo que os dois principais centros dessa ideologia fossem também os da dupla revolução, a França e a Inglaterra; embora de fato as ideias iluministas ganhassem uma voz corrente internacional mais ampla em suas formulações francesas (até mesmo quando fossem simplesmente versões galicistas de formulações britânicas), um individualismo secular, racionalista e progressista dominava o pensamento "esclarecido". Libertar o indivíduo das algemas que o agridavam era o seu principal objetivo: do tradicionalismo ignorante da Idade Média, que ainda lançava sua sombra pelo mundo, da superstição das igrejas (distintas da religião

³⁹ Hobsbawm, 2015. p, 29.

"racional" ou "natural"), da irracionalidade que dividia os homens em uma hierarquia de patentes mais baixas e mais altas de acordo com o nascimento ou algum outro critério irrelevante⁴⁰.

Como movimento de transformação social, muitas nações adotaram ações baseadas nas ideias iluministas. Embora a revolução americana tivesse como plano de fundo essas ideias, quem encabeçou o movimento de independência americana foram as elites coloniais. Isso mostra, de certa forma, a mentalidade conservadora descrita por Burke, os conservadores também desejam uma revolução, mas apenas aquela que mantém suas estruturas de poder intactas, deixando que eles ainda as dominem de forma inteligível

A revolução Francesa, importante ressaltar, foi profundamente influenciada e propulsionada pelo Iluminismo, visto que o movimento nasce em solo francês. Seus autores mais conhecidos, Voltaire, Montesquieu e Rousseau, exerciam duras críticas ao regime absolutista e privilégios concedidos ao clero e à nobreza, sendo esses privilégios um dos motivos principais do despotar da revolução francesa.

Na maioria dos países da Europa Ocidental, a ordem feudal implícita nessa maneira de pensar estava ainda muito viva politicamente, embora fosse cada vez mais obsoleta em termos econômicos. De fato, sua própria obsolescência econômica, que fazia com que os rendimentos dos nobres e cavaleiros fossem ficando cada vez mais para trás em relação ao aumento dos preços e dos gastos, levava a aristocracia a explorar com intensidade cada vez maior seu único bem econômico inalienável, os privilégios de status e de nascimento. Em toda a Europa continental- os nobres expulsavam seus rivais mal-nascidos de todos os cargos rendosos no serviço da coroa: desde a Suécia, onde a proporção de funcionários plebeus caiu de 66% em 1719 (42% em 1700) para 23% em 1780', até a França, onde esta "reação feudal" precipitou a Revolução Francesa⁴¹.

A revolução francesa foi marcada por três fases, sendo elas: a primeira de 1789-1792, conhecida como Assembleia Nacional Constituinte, onde foi anunciada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. A segunda, chamada de convenção, que estendeu-se de 1792-1795, onde foi instaurada uma república por meio dos jacobinos, tendo como líder Maximilien Robespierre, conhecida como período de terror. E por último o diretório que durou de 1795 a 1799, marcada pela retomada dos girondinos ao poder, e a reestruturação de uma constituição Francesa. Como consequência da revolução Francesa, pode ser listado o fim dos privilégios do clero e nobreza, fim das estruturas feudais e consolidação do modelo capitalista econômico, imposição das liberdades individuais, graças a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a separação entre os poderes e por último, a popularização da república como forma de governo para as sociedades.

⁴⁰ Ibid., 2015. p, 15.

⁴¹ Ibid., 2015. p, 11-112.

Apesar da ênfase nas liberdades, direitos e progresso que o racionalismo iluminista prometeu, o advento do século XX trouxe consigo uma profunda crise em torno desses ideais. A capacidade da razão humana de conduzir a sociedade a um avanço linear foi tragicamente desmentida pela irrupção de duas Guerras Mundiais. Em vez da utopia de paz e progresso, assistiu-se à ascensão de ideologias totalitárias, como o fascismo e as políticas eugenistas, que utilizaram métodos científicos e burocráticos (muitas vezes herdeiros da própria lógica racionalista) para justificar a exclusão, a opressão e o extermínio. Essa contradição histórica — o século que celebrava a razão sendo o mesmo que engendrou os maiores horrores — exige uma análise mais matizada do legado iluminista, reconhecendo suas falhas e a fragilidade do projeto progressista em face das forças irracionais e destrutivas que moldaram a modernidade.

Avançado mais adiante no tempo, pode-se enxergar no século XIX, movimentos sociais que são encabeçados pelas ideais de progresso e transformação da sociedade. O abolicionismo, que lutava pelo fim da escravidão e o sufrágio feminino, que buscava o direito das mulheres de poderem votar nas eleições. Não se pode esquecer das revoluções industriais que de certa maneira trouxeram à tona a necessidade e demanda dos trabalhadores que se encontravam em situações de trabalho insustentáveis, levando assim, as necessidades por justiça social e direitos trabalhistas. Já no século XX, nos EUA, o movimento progressista emerge como resposta às desigualdades e abusos da era industrial. Agentes como Roosevelt e Woodrow promoveram políticas que regulamentavam as empresas, buscando proteger os trabalhadores de mais abusos e de certa forma ampliando a democracia Americana. Na metade do século XX em diante, outras formas de progressismo e transformação surgem à medida que a sociedade vai avançando e construindo novas barreiras morais, étnicas, sexuais e econômicas, que acabam afastando os dissidentes do espectro humano. A exemplo disto, tem-se no pós-guerra o movimento pelos direitos civis, a segunda onda do feminismo, a luta pelos direitos da comunidade LGBTQIA+ que estava em plena caça às bruxas com o boom da epidemia da aids e a luta ambiental, que já apontava os resultados nocivos da poluição ambiental. Não diferente, no Brasil do século XX, movimentos de transformação social ocorriam diretamente de dentro do regime militar que se instaurou de 1964 a 1985. Os artistas que produziam músicas contendo críticas ao regime de tortura e opressão, a situação da comunidade negra que já era marginalizada se acentuou com o regime militar e muitas outras minorias étnicas, raciais e sexuais que já ocupavam a posição de desvantagem na sociedade, aumentaram com o regime militar. Contudo, os processos de transformação foram surgindo à medida que o povo brasileiro já não mais aguentava o modelo de sociedade que viviam. Logo, as diretas já foram o primeiro passo para a transformação da sociedade brasileira, acabando com o regime militar e

reestruturando sua democracia, o Brasil conseguiu de certo modo colocar o país dentro do lema de sua própria bandeira, estabelecendo assim a ordem e o progresso.

Chegando no século XXI, na contemporaneidade, o progressismo se expande de maneira exponencial na tentativa de abraçar as múltiplas formas de transformações sociais. Como dito anteriormente, à medida que a sociedade avança, barreiras são construídas nas tentativas de minar o surgimento de multiplicidades que fazem parte da experiência humana. As pautas ditas como identitárias, são hoje grande parte dos movimentos progressistas, a luta pela construção e permanência dos direitos das pessoas transexuais e travestis, bem como o acesso a saúde, qualidade e dignidade a vida, o rompimento com as estruturas heteronormativas e monogâmicas, possibilitando novas formas de constituição familiar e outros modelos românticos e afetivos de relação, tais como: relacionamento aberto, poli amor, trisal e outros. A luta pelos direitos da comunidade LGBTQIA+ e das mulheres, a luta contra o racismo estrutural, institucional e social, a luta pelo fim do racismo religioso e a construção de uma sociedade multicultural, onde as diversas culturas que formam o povo brasileiro possam coexistir de maneira orgânica, sem que uma invalide ou demonize a outra, o fim dos privilégios de classe e da exploração do trabalho e muitas outras pautas que olhando de maneira geral, são pautas que buscam o progresso e a transformação social, objetivando a melhoria de uma certa classe de pessoas que são desfavorecidas e jogadas para as margens da sociedade.

Diante disto, é perceptível que enquanto o progressismo clássico se concentrava em reformas políticas e sociais por meio das instituições existentes e se baseava nas ideias defendidas pelo iluminismo do século XVIII da confiança na razão e na ciência como principais fatores para o progresso humano, o progressismo da contemporaneidade se baseia nas ideias do pós-modernismo. A desconstrução e críticas as narrativas dominantes, as estruturas de opressão patriarcal e capitalistas, o progressismo pós-moderno amplia sua área de atuação para incluir as pautas de identidade, pluralismo, sexualidade, gênero e destruição das hierarquias sociais, e para romper com essas estruturas, diferentemente do progressismo clássico, o contemporâneo tem adotado abordagens mais radicais, isto é, confrontar diretamente as estruturas de poder dominante na sociedade. Tais diferenças entre clássico e contemporâneo, servem para expressar a evolução do pensamento progressista ao longo dos anos, bem como demonstrar as diferentes demandas sociais de cada período histórico da sociedade.

Logo, o conservadorismo e o progressismo, enquanto marcadores políticos e morais centrais na sociedade contemporânea, encontram no cenário religioso brasileiro, especialmente no segmento evangélico, um campo fértil para a territorialização de suas ideias. O panorama estabelecido até aqui considera que: na modernidade, os agentes conservadores utilizam-se de

táticas como a "batalha de ideais", o irracionalismo (negando a razão e a ciência) e a naturalização da diferença social por meio da espiritualização da realidade como forma de alcançar um objetivo. Além de utilizarem a “espiritualização” do social como ferramenta de contato fundamental com o sistema religioso, apropriando-se do monoteísmo cristão e da ideia de ordem divina irrefutável para propagar seus ideais. Isso permite que a desigualdade social e a propriedade privada sejam vistas não como problemas a serem resolvidos, mas como um ordenamento divinamente estabelecido, garantindo a manutenção das estruturas de opressão e dos privilégios. Já o progressismo contemporâneo, influenciado pelo pós-modernismo, foca na desconstrução das narrativas dominantes e das estruturas de opressão (patriarcal e capitalista), abrangendo pautas de identidade, sexualidade e gênero. No contexto religioso, o progressismo se manifesta quando entidades religiosas realizam intervenções em favor dos direitos das minorias, utilizando a fé como instrumento de denúncia contra as formas de opressão e dominação exercidas pelo conservadorismo.

Desse modo, considera-se que as correntes ideológicas acima, estão intrinsecamente ligadas ao sistema religioso brasileiro, atuando como forças opostas que moldam o debate moral e político dentro e fora das igrejas, configurando uma verdadeira guerra santa ou fraterna que antropomorfizar-se em duas categorias que foram sendo constituídas ao longo do percurso histórico da religiosidade brasileira.

4.2 Teologia em Campo: da libertação ao reino agora

Do grego *Theología*, a palavra possui dois termos que juntos formam o significado (Theos, Deus + logia, estudo ou discurso). Logo, teologia de modo geral pode significar “estudo sobre Deus”. De forma singular, a teologia busca analisar os aspectos do divino, das crenças religiosas, das doutrinas e da natureza de Deus, ao mesmo tempo que busca responder às perguntas sobre a existência de Deus, qual o propósito da vida humana e de onde vem a espiritualidade. Temas como a moralidade, a origem do mal e até mesmo o fim do mundo, são temas atrelados ao estudo da teologia, pois dão sentido ao exercício da análise. Pode-se encontrar a teologia em diversas religiões que assim como o cristianismo, possuem uma história linear, com início, meio e fim.

A teologia está em cena e é uma arena em disputa[...] não colocar a teologia em pauta é perder de vista o poder existente em sua utilização política pela via do fundamentalismo cristão das grandes corporações. [...]Assim, se alienar das pautas teológicas é não entrar na disputa pelos termos e semânticas que envolvem a fatia fundamental da população brasileira. Esse é o problema chave dos setores progressistas hoje: não se atentam que as periferias suspiram teologias⁴².

⁴² Almeida, 2020. p, 5-7.

Não se pode mais ignorar a força da teologia no cotidiano, principalmente a teologia cristã. De acordo com a SECOM⁴³ (secretaria de comunicação) por meio dos dados do censo do IBGE no ano de 2010, as religiões no Brasil se dividiam da seguinte forma: católicos somando 64,6% da população, seguida dos evangélicos com 22,2%, sem religião com 8%, restando 5,2% que são divididos entre a Umbanda, candomblé e espiritismo. Ressalto esta provocação como forma de reviver um cenário não tão longe em sentido cronológico, mas em 2018, foi possível enxergar o poder da teologia cristã se voltarmos os olhos para a eleição do candidato que usava como bordão um discurso teológico cristão, Deus acima de tudo e Brasil acima de todos, foi a forma discursiva encontrada pelo candidato para mobilizar teologicamente uma base eleitoral religiosa, que não ironicamente resultou em sua eleição. Tal movimento, expressa a “supremacia” em sentido expansionista, da teologia cristã e sua normatização na sociedade.

Contudo, ao mesmo tempo, devo ressaltar que essa expressão teológica, sustentáculo do atual governo é apenas uma fração do imenso ramo das teologias, atualizadas continuamente no cotidiano. De fato, a atual teologia governamental, ao apropriar-se das teologias populares, opera uma simplificação das questões e problemas da fé[...] É filha do fundamentalismo evangélico que se monetariza em prol das grandes corporações, como a Igreja Mundial do Poder de Deus, a Igreja Universal do Reino de Deus, a Assembleia de Deus Vitória em Cristo e tantas outras em moldes próximos. Portanto, a governabilidade de Bolsonaro se estrutura prioritariamente a partir das pautas cristãs presentes no cotidiano dos contextos populares, mas moldada por um corte fundamentalista, alimentada pelas grandes corporações evangélicas e suas influências orgânicas no atual governo⁴⁴.

Diante disto, é perceptível a influência que a teologia cristã tem exercido no cotidiano da vida dos brasileiros, mas não só. Vista como universal, essa teologia tem sustentado discursos mundo afora e contribuído para a promoção de políticas e ações que vão de encontro ao retrocesso em direitos sociais. Mas afinal, o que é essa teologia cristã hegemônica e de onde ela veio? O primeiro ponto a ser entendido aqui é que toda teologia é situacional, ou seja, ela não se dá no vácuo, mas se forma a partir dos símbolos, ritos e dogmas de uma determinada cultura. Desse modo, a teologia hegemônica que conhecemos e que está entranhada nas relações cotidianas do brasileiro, se deu por volta do século IV, na Grécia, com a patrística⁴⁵.

O trabalho realizado pelos Padres da igreja, resultou nos séculos seguintes na disseminação em larga escala do pensamento teológico por eles produzido. É o rizoma destes pensamentos as seguintes características da teologia cristã hegemônica: 1) O conceito da Trindade, onde Deus sendo um só, se manifesta em três entidades distintas, sendo elas as

⁴³ Secom, 2010.

⁴⁴ Almeida 2020. p, 6.

⁴⁵ Segundo Marilena Chauí, patrística é a filosofia dos Padres da Igreja, que se expressa na defesa do cristianismo contra judeus, pagãos e dissidentes religiosos e na criação de um pensamento que construiria os alicerces da doutrina cristã.

figuras do Pai, Filho (Jesus Cristo) e Espírito Santo. 2) O Deus encarnado na figura de Jesus Cristo, que é completamente divino e completamente humano. 3) A salvação por meio da graça de Jesus Cristo, sendo ela um dom de Deus, mas que só é possível graças a outra característica dessa teologia que é a expiação de Jesus Cristo por meio de sua morte na cruz. 4) A ressurreição de Cristo como forma de demonstrar sua divindade imaculada de pecados e sua segunda vinda (arrebatamento) para levar os seus fiéis para o céu. Contudo, as características dessa teologia não se atêm somente ao discurso metafísico, mas tem como um dos pontos principais, as escrituras sagradas, como um guia para aqueles que desejam seguir a Jesus da maneira correta, sendo elas a própria palavra de Deus na terra. Os sacramentos também possuem um lugar nessa religião, o batismo para a remissão dos pecados e a santa ceia para se tornar parte do corpo de Cristo, são os maiores rituais simbólicos do cristianismo, e por último, temos duas características conectadas uma à outra: O pecado original que distanciou homem de Deus e o fez ser expulso do jardim, condicionando toda a raça humana ao agouros de uma vida de tristeza e sofrimento e a reconexão do divino e humano em partes pela morte de Cristo, mas que só serão lapidadas por completo com a sua segunda vinda e os homens vivos e mortos forem transformados para assim poderem entrar em seu reino celestial.

Como explicado, a teologia é situacional, pois a seu modo, procura estudar a relação do divino com o humano e com a cultura e sua sociedade. Não à toa que diversos estudiosos já apontaram, embora anacronicamente, para o caráter racista, escravocrata ou misógino da teologia hegemônica. O contexto social do surgimento dessa teologia se encontra na necessidade de popularização e evangelização em massa do cristianismo, fazer Deus conhecido era mais importante do que se atentar para os problemas daquela época, erro esse, que configura a diferença primordial de teologias dissidentes contemporâneas. Por não ser estática, a teologia foi ganhando novos contornos à medida que o cristianismo foi capilarizando nas relações do dia a dia. Importante salientar que a teologia também é um campo em disputa, até mesmo dentro do próprio cristianismo. As novas teologias que surgiram no final do século XX e início do século XXI, são constantemente atacadas até mesmo pelas comunidades cristãs. Contudo, para material de análise, tanto as antigas quantos as que surgiram com o pentecostalismo e neopentecostalismo, irão ser colocadas dentro do espectro hegemônico, pois essa separação só ocorre dentro do próprio movimento religioso por questões interpretativas e doutrinárias, a diferença que será utilizada aqui para separar as teologias é o seu engajamento político social.

A teologia pentecostal e a neopentecostal que surgiram no final do século XX e início do XXI, fazem parte da teologia hegemônica pois compartilham dos mesmos princípios, apenas acrescentam dogmas próprios do seu período situacional. A crença no batismo com espírito

santo e o dom de línguas, conhecido como glossolalia, a busca pelos dons espirituais e suas manifestações milagrosas, a santificação progressiva, o evangelismo e missões em massa. Isso corresponde ao período de expansão do cristianismo protestante dos anos 60 a 80 e as três ondas do pentecostalismo no Brasil, que enfatizaram crenças como cura, o dom de línguas e como última onda, o surgimento do neopentecostalismo. Como teologia, o neopentecostalismo se encarregou de adicionar ao rol de crenças teológicas do cristianismo, a teologia da prosperidade, onde Deus é encarregado de fazer com que seus seguidores sejam prósperos em todas as áreas da vida, inclusive a financeira. A respeito disso, podemos observar o exercício da teologia da prosperidade por meio da Igreja Universal do Reino de Deus, a maior defensora dessa ideologia.

De fato, ao longo das duas horas de duração desses cultos, a prédica do bispo (ou do pastor) é explicitamente dedicada ao tema do dinheiro. Nessas ocasiões, não se fala apenas do dinheiro a ser doado à Igreja pelos fiéis, mas também do dinheiro que se pode conquistar através da fé, como aconteceu com aqueles fiéis que sobem ao altar e dão seu “testemunho”. Para tratar desse assunto, são empregados termos e conteúdos extraídos do campo semântico da economia, tais como “empresa”, “negócio”, “lucro”, “contrato”, “aumento da produção”, “máquinas”, “diferencial do produto no mercado”, “desemprego”, além da menção a grandes quantias que “você vai ganhar”, “que você vai poder dar de dízimo quando Deus te abençoar”. Nessas reuniões, além do dízimo, obrigatório, muitas vezes os crentes são enfaticamente estimulados a se aproximar do altar e contribuir para a “Obra de Deus” também através da doação de “ofertas”. Pois – como é explicado –, ao ajudarem a Igreja Universal do Reino de Deus na divulgação da “mensagem viva e poderosa do Evangelho do Senhor Jesus Cristo”, os fiéis firmam um “compromisso com Deus” e têm, portanto, o direito de se sentirem “sócios de Deus”. Quando pagamos o dízimo a Deus, Ele fica na obrigação (porque prometeu) de cumprir a Sua Palavra, repreendendo os espíritos devoradores que desgraçam a vida do ser humano e atuam nas doenças, acidentes, vícios, degradação social e em todos os setores da atividade humana que fazem sofrer⁴⁶.

Assim como a ênfase na batalha espiritual, criando um campo de disputas imaginárias na sociedade, onde as forças malignas estariam atuando para dominar e caberia ao cristão combater isso, retornando a uma vida quase ascética, que pode ser compreendida à luz da teologia do domínio. Em seu artigo sobre a origem da Teologia do Domínio, Eliseu Pereira descreve a importância da mentalidade de guerra espiritual na consolidação da TD.

[...] A essas, acrescento a doutrina dos sete montes, segundo a qual os cristãos devem assumir o domínio das áreas estratégicas da sociedade: família, religião, educação, mídia, lazer, negócios e governo.[...] Embora, ao longo da primeira metade do século XX, as igrejas brasileiras tenham assumido progressiva autonomia administrativa em relação a suas matrizes, o neopentecostalismo, surgido nos anos 1970, de forte inspiração estadunidense, se tornou veículo de novas doutrinas, como a da prosperidade, da batalha espiritual e do domínio. Esse vínculo entre neopentecostalismo e TD é reconhecido por Mariano (2003, apud DIP, 2018, p. 67): “A Dominion Theology, assim conhecida por lá [EUA], foi rapidamente proliferada

⁴⁶ Lima, 2007. p. 5.

nos segmentos evangélicos brasileiros, em especial no neopentecostal. Tudo que se refere à luta do cristão contra o Diabo pode ser chamada de Teologia do Domínio”⁴⁷.

Essas crenças e características contribuem para a construção de uma teologia hegemônica, cujo foco se alterna. Ora, ela se preocupa com a vida espiritual dos fiéis, enfatizando a necessidade de dons espirituais como o dom de línguas e a cura, ou na consolidação da figura messiânica de Cristo. Ora, a atenção se volta inteiramente para a necessidade de uma vida próspera, isenta de percalços, sugerindo que Deus se preocupa não com o coração, mas sim com a manifestação externa de sucesso material e sinais milagrosos.

No entanto, a análise da divindade nessa teologia revela um paradoxo: a figura que emerge é a de um Deus egoísta, supérfluo, mesquinho e alheio aos seus próprios filhos na Terra. Se a Teologia da Prosperidade ou do Domínio fossem o reflexo fiel da divindade a que dizem servir, a visão desse Deus seria a da completa ausência e conivência com as mazelas sociais. Essa divindade pregada pela teologia hegemônica não se solidariza com os oprimidos, mas se ausenta, tornando-se cúmplice das instituições que oprimem. O Deus que se fez homem para entender as dores humanas, parece ter se esquecido de como é ser humano.

Se a Teologia é, por definição, o estudo de Deus e do contato do divino com o humano, a questão central que permanece é: qual imagem da divindade é transmitida por meio dessa abordagem? É em resposta a essas falhas éticas e teológicas — que denunciam o caráter faltoso e cúmplice da teologia hegemônica — que surgiram as Teologias Negra, Feminista, Queer, da Libertação e outras. Elas rompem com o estereótipo de uma divindade alheia, buscando resgatar um Deus engajado na luta e no sofrimento dos oprimidos.

4.3 Teologia do Terceiro Mundo

Para combater o caráter universalizante da teologia hegemônica, onde enxergava-se uma teologia favorável à exploração e submissão dos mais vulneráveis, surgiu na década de 60 a Teologia da Libertação (Tdl). Gerada nas margens do sistema econômico capitalista, A Teologia da Libertação nasce na América Latina como resposta ao cenário histórico-social de inúmeros anos de dominação, exploração e servidão dos povos Latino-americanos. Este novo pensamento teológico era composto por protestantes ecumênicos e representantes do catolicismo. Se a Teologia dominante era a voz do opressor, a Teologia da Libertação se tornará o grito do oprimido.

A Teologia da Libertação Latino Americana é teologia nativa, pois nasceu como resposta da fé ao contexto sócio-histórico específico da América Latina. Porém, ela também serve ao mundo e se universaliza em seu conteúdo profético contra toda forma de dominação e opressão que empobrece e compromete a vida humana na

⁴⁷ Pereira, 2023. p, 152, 161-162.

sociedade. Sua voz denunciadora não é solitária no universo teológico em geral, a TdL se localiza no conjunto das Teologias do Terceiro Mundo, composta por outras teologias que se originaram em contextos sócio-históricos e culturais tão sofridos quanto o da América Latina⁴⁸.

Para entender a formação da Teologia da Libertação, é importante passar pelo conceito de Teologia do Terceiro Mundo⁴⁹. De acordo com a citação acima, a TdL se localiza no conjunto das Teologias do Terceiro Mundo, mas afinal, o que seria esse conjunto? O nome “Terceiro mundo” já é sugestivo, ressoa noção de outridade. “Ser Terceiro Mundo tornou-se sinônimo de “ser atrasado”, portanto, sujeito àqueles que são primeiro mundo⁵⁰”(SANCHES, 2008). Importante entender que a relação de Terceiro Mundo só é construída pois existe o Primeiro e o Segundo Mundo que enxergam as demais regiões geográficas como inferiores e por isso realizam nestes lugares a exploração de seus recursos financeiros, culturais e sociais. Logo, ser Terceiro Mundo é estar às margens da centralidade do sistema econômico, cultural e social, isto é, pelas óticas do Primeiro e Segundo Mundo.

Contudo, com os inúmeros eventos históricos do final do século XIX e início do XX, uma nova maneira de repensar a realidade social foi sendo construída. Um dos fatores foi o surgimento do marxismo e sua nova maneira metodológica de entender a realidade sócio-histórica. Desse modo, o século XX foi o propulsor para a formulação de uma nova consciência crítica dos terceiro mundistas. Segundo Sanches:

Vozes da juventude, dos trabalhadores, dos artistas, dos religiosos. Cansados da subserviência por razões como a cor da pele, a raça diferente, o sexo ou a própria cultura e compreensão de mundo. Protagonizaram movimentos de resistência diversos. Eram povos empobrecidos econômica e socialmente, mas essencialmente ricos em cultura⁵¹.

A tomada de consciência desses povos que outrora estavam alocados em espaços de subalternidade frente aos seus “senhores do primeiro mundo”, possibilitou que inúmeros grupos sociais também tomassem maior clareza sobre a realidade Ocidental, especialmente a Latino-americana.

Neste novo cenário de tomada de consciência, era necessário entender onde a fé que chegara aos países do Terceiro Mundo sobre a égide do colonialismo se enquadraria nesta nova realidade social transformada. Sanches afirma que:

⁴⁸ Gómez, 2008. p, 11.

⁴⁹ Gibellini explica que a expressão “Terceiro Mundo” foi utilizada pela primeira vez pelo demógrafo francês Alfred Sauvy, em referência aos países considerados subdesenvolvidos, países “em desenvolvimento” e aos países pobres. Ele esclarece que diz respeito à “América Latina, o Caribe, a África, a Ásia e a Oceania Meridional”, em relação muito mais à realidade social do que a delimitação geográfica.

⁵⁰ Ibid., 2008. p, 12.

⁵¹ Ibid., 2008. p, 13.

Estes povos acolheram a fé cristã, mesmo tendo ela chegado originalmente a eles sob a égide do sistema colonial. Porém, a nova maneira de perceber a realidade histórica trouxe consigo a suspeita sobre os sistemas ideológicos que alimentavam os empreendimentos do Primeiro Mundo em relação ao Terceiro Mundo, inclusive aqueles relacionados à fé. A própria presença missionária estrangeira passou a ser questionada e restrita em vários países do Terceiro Mundo. O desafio era como a fé cristã poderia não somente servir a essa nova mentalidade, mas ser relevante a partir da situação destes povos, para sua libertação da dominação e condição de dependência que se encontravam⁵².

Logo, passou a ser de extrema importância no atual cenário Latino-Americano, compreender a religião cristã pelas óticas do povo do Terceiro Mundo. Era necessário que a teologia cristã assumisse um caráter objetivo em detrimento da realidade sócio-histórica dos países do Terceiro Mundo. Países estes que só se tornaram de Terceiro Mundo graças aos países que deles se nutriram por meio da opressão e exploração. Desse modo, era necessária uma teologia não para o Terceiro Mundo, mas do Terceiro Mundo, situacional, contextualizada aquela realidade.

Diferenciando-se das demais teologias, é perceptível como uma das suas características fundamentais: o engajamento social. Situa-se sobre os sistemas de organização social, a realidade histórica e as ferramentas que afetam a dignidade humana, buscando formas de responder a esses problemas por meio da fé. Desse modo:

É em razão disso que a teologia do Terceiro Mundo possui como tema comum que perpassa todas as suas vertentes, o preocupar-se com a transformação da realidade concreta. Para isto, ela se propôs ser palavra do agir solidário da fé, ao desejo de libertação daqueles que sofriam com a opressão. Revelou ser teologia recalcitrante e evangelicamente disposta a indignar-se frente à toda forma de desumanização⁵³.

O fato de nenhuma Teologia ser feita no vazio, e especialmente a Teologia do Terceiro Mundo ser concebida dentro de um contexto sócio-histórico, isso a torna uma Teologia situacional. Por ser um conjunto de Teologias situacionais e contextualizadas, ela é composta por diversas teologias que emergem dela como raízes de uma árvore que vão se espalhando e multiplicando em favor do momento histórico e social. “[...] ela é composta por várias teologias que correspondem a situações sociopolíticas e culturais, de certa forma, distintas, mas que se identificam na experiência da dominação e opressão”⁵⁴. Diante disto, pode-se elencar algumas teologias derivadas do movimento da Teologia do Terceiro Mundo, sendo elas: Teologia Negra, Teologia Asiática, Teologia Africana e Teologia Latino Americana. Por ser situacional e contextualizada, é perceptível a falta de algumas teologias existentes da

⁵² Ibid., 2008. p, 13.

⁵³ Ibid., 2008. p, 17.

⁵⁴ Ibid., 2008. p, 17.

atualidade que no período de formulação das Teologias do Terceiro Mundo, estas ainda poderiam não terem emergido ou estarem em processo de construção. No entanto, por serem Teologias que foram construídas no Sul Global e comungarem com as características da Teologia de Terceiro Mundo na tentativa de dar voz aos oprimidos, é importante acrescentar ao rol de teologias do terceiro mundo, as teologias: queer e feminista. Desse modo, analisaremos mais à frente como as Teologias: Negra, Feministas e Queer construíram suas lutas pelo reconhecimento da alteridade, diferenças e pela manifestação plural da fé.

4.4 Teologia Negra

Se toda teologia é situacional, qual outra forma de expressar o sofrimento das comunidades negras senão por via divina? A teologia negra surgiu na década de 60 com os movimentos de luta pela dignidade e direitos civis do movimento Black Power. O objetivo central da teologia negra é reinterpretar o evangelho de Jesus Cristo por uma visão racializada e oprimida das comunidades negras das Américas. Segundo Filipe Dunaway:

A teologia negra pode ser classificada como um tipo de teologia de libertação, pois ela se preocupa basicamente com a libertação de um grupo de oprimidos. Contudo, ela se distingue da teologia da libertação latino-americana e da teologia feminista ao evitar o uso da análise social-econômica marxista e ao concentrar-se na libertação de uma raça oprimida ao invés de uma classe social-econômica ou de um grupo oprimido por causa de seu sexo⁵⁵.

Embora, possuam bases contextuais semelhantes - opressão de um grupo - a teologia negra objetiva sua construção teológica e teórica sobre um sistema de opressão exercido sobre os indivíduos melanodérmicos das Américas. Antes de adentrarmos na relação propriamente dita da construção da teologia negra é importante ressaltar suas similitudes à história da figura central da própria teologia - Deus - e para isso iremos utilizar a figura do deus encarnado, Jesus Cristo.

Jesus nasceu na cidade de Belém da Judeia por volta do século 6 a.C, onde hoje é conhecido como Palestina. O povo Judeu vivia numa intensa atmosfera de opressão empregada pelo império romano e seu imperador Herodes I. Roma no século I havia adotado fortes políticas de taxação, impostos e leis sobre o povo judeu, o que tornava a situação humilhante para os descendentes de Abraão. Jesus, o salvador do povo judeu, nasce em meio a este conflito social, cultural e étnico entre essas duas nacionalidades operantes na Judeia, com o objetivo de libertar seu povo e conduzi-lo para um lugar de paz e descanso, não seria esse o sonho de todos os oprimidos? Segundo Cavalcanti:

Jesus foi confrontado pelos poderes políticos desde o seu nascimento. O episódio de adoração dos magos (que não eram reis, mas astrólogos) resultou na chacina de todas

⁵⁵ Dunaway, s.d. p.1.

as crianças menores de 2 anos. Herodes não podia admitir pretendentes que representassem ameaça a seu trono e apelou para a força. [...] O anjo do Senhor ordenou uma retirada tática realista: José, Maria e Jesus fugiram para o Egito e ali permaneceram até a morte de seus perseguidores. Desse modo, Jesus e seus pais terrenos foram, por um tempo, exilados políticos⁵⁶.

A passagem escrita pelo autor, aproxima a experiência de vida de Jesus em seu nascimento com a realidade dos povos semitas do oriente médio, que constantemente se veem obrigados a deixar sua terra por conflitos políticos e militares. Logo, o menino Jesus, e até mesmo sua vida na fase adulta é constantemente bombardeada por experiências que se assemelham a vivências de grupos marginalizados na sociedade. Posto isto, podemos destacar as similitudes existentes entre o Deus encarnado “Jesus” e a realidade dos povos negros nas américas assim como aspectos de perseguição política por identidade étnica.

4.5 Teologia Feminista

A questão da mulher hoje é uma questão de toda a humanidade. Não que esta afirmação busque reduzir todas as grandes questões da humanidade a somente uma peça de todo um jogo de relações sociais. No entanto, à medida que aprofundamos numa consciência histórica do que é ser mulher, percebe-se certas recorrências de acontecimentos que operam como impeditivos de um exercício pleno do que se entende como mulher. A sociedade patriarcal, cuja raízes dificilmente pode-se detectar, produziu ao longo da história uma antropologia binária, dentro dela o modelo de homem e mulher e a partir dele, organizou a sociedade. Ainda hoje, as bases dessa antropologia patriarcal regem as relações sociais, estabelecendo entre homens e mulheres posições de hierarquia e muitas das vezes excludentes. Não que essa antropologia se define totalmente por essas características, mas são elas que aparecem no primeiro contato quando se busca entender as relações entre homens e mulheres na nossa sociedade. Segundo Gebara

O modelo antropológico patriarcal se desdobrou na história do ocidente em muitas formas e foi responsável pela “produção” de uma série de comportamentos ideológicos que justificaram múltiplas explorações desde o colonialismo, o racismo e a dominação na relação homem e mulher⁵⁷.

Logo, dentro dessa perspectiva de dominação exercida por ferramentas históricas do patriarcado que a teologia feminista se apresenta como uma saída para essas condições. Desde os séculos XIX e XX as filosofias já estavam desalojando Deus do seu caráter transcendente, decretando a morte da metafísica. Tal movimento de desalojamento do Ser divino para uma noção além do Ser evitou, que a “essência” dessa divindade continuasse a ser aprisionada em

⁵⁶ Cavalcanti, 2009.p, 52-53.

⁵⁷ Gebara, 1987. p, 154.

estereótipos que contribuíssem com ferramentas de domínio. Dessa maneira, inaugurou-se uma visão diferente do ser humano que serviu de forma particular ao feminismo assim como a uma crítica sobre o uso político das imagens de Deus. As feministas não apenas continuaram a desalojar Deus dos céus e das essências e existências perfeitas, mas revelaram sua cara histórica masculina, assim como suas preferências históricas.

Falar sobre a teologia feminista requer analisar um paradoxo que endossa as reivindicações de mulheres que habitam a religiosidade cristã, mas também evocam suas existências na luta pelos direitos das mulheres. A contradição religiosa que encontra crítica dentro do contexto da teologia feminista são as posições destinadas a uma representação - em termos absolutos - expressiva dentro das comunidades religiosas. Apesar de serem a base da membresia, as mulheres são historicamente sub-representadas nos cargos de liderança e poder dentro da maioria das denominações protestantes. Este tem sido um ponto de grande discussão acadêmica no campo do gênero dentro da religião. Segundo o censo do IBGE⁵⁸ de 2022 as mulheres representam participação majoritária em quase todas as religiões, sendo suas principais concentrações em religiões de matrizes africanas candomblé/umbanda 57%, seguida pela espírita 61% e por última evangélicas 55%.

A segunda metade do século XX foi marcada pela inserção do feminismo na teologia. As teólogas perceberam o quanto a teologia estava impregnada por pressupostos patriarcais que contribuem para o bloqueio masculino de suas reivindicações sociais, políticas e religiosas, assim como as múltiplas formas de opressão e dominação sexual que viviam. Na percepção das teólogas, o Deus ao qual é anunciado na cultura e cultuado nas instituições religiosas, era contrário a emancipação feminina e a luta pela seus direitos. Ao contrário, era usado como um entrave para as conquistas das mulheres. A opressão feminina e a manutenção dos privilégios masculinos eram legitimadas por uma ideologia religiosa que naturalizou certos papéis sociais e funções biológicas e as elevou às expressões da vontade divina para a humanidade.

Diante desse cenário, as teólogas feministas, ao perceberem a crescente dominação do ídolo divino masculino sobre suas vidas, começaram a acrescentar à análise teológica uma visão crítica e desconstrutiva de conceitos teológicos estabelecidos pela dominação masculina (Pai, Filho e Espírito Santo, Encarnação, Bem e Mal). A investigação das teólogas se estendeu para o material base da teologia - A Bíblia - de onde todo arcabouço de legitimação utilizado pelos homens é adquirido. Ao analisarem o material, constatou-se que o mau uso das escrituras com objetivo de manter as estruturas que privilegiam uns e desfavorecem outros. Percebeu-se

⁵⁸ IBGE, 2022.

também o quanto a chamada transcendência era regionalista, masculina e sexista e aliada dos poderes de manutenção dos povos na ignorância e na alienação. A grande massa, salvo exceções, aprendeu doutrinas cristãs universais renunciando a sua capacidade de pensar.

A autora Maria José Rosado Nunes, estabelece uma lógica múltipla para a condição relegada às mulheres dentro das igrejas. Segundo Nunes:

A visão cristã negativa da corporeidade, devida à compreensão dualista tradicional que prioriza ‘o espírito’, acaba por atribuir às mulheres, responsáveis pela reprodução da espécie, um lugar não apenas secundário, mas de periculosidade. Daí, a necessidade de controlá-las. Essa compreensão reduz as mulheres à especificidade de sua condição biológica, em que a maternidade, física ou espiritual, torna-se um destino obrigatório. A rejeição do recurso à biologia para explicar o ordenamento social – e religioso – dos sexos leva a uma crítica radical da organização das instituições religiosas, apontadas como androcêntricas, hierárquicas e excludentes das mulheres⁵⁹.

Constatado a existência de múltiplas ferramentas de controle, dominação e opressão do corpo feminino dentro das comunidades religiosas, principalmente protestantes, é que se faz necessária a intervenção de uma forma de pensar Deus e a própria religião a partir de uma visão da “margem”, fazendo jus a sua participação dentro do espectro de teologia do terceiro mundo. Como fatores que contribuem para a manutenção da teologia como ferramenta de controle dos corpos femininos, gostaria de elencar três fatores que não contemplam por completo a problemática, mas são os que se materializam com frequência em entrevistas e pesquisas. O primeiro fator é a dificuldade que os homens possuem em sair do esquema idealista que estão habituados. A teologia é uma espécie de repetição de ideias pré-estabelecidas que existem por si só. O segundo fator é a crença basilar de que a teologia é uma criação divina, marcada pela imutabilidade. Os homens esquecem-se que ela é produção humana, e logo, está sujeita a erros e conseqüentemente evolui no espaço e no tempo, juntamente com a sociedade. Ao confundirem o sagrado com o jeito masculino de fazer teologia, a ferramenta de dominação é sacralizada. Por último, como fator de ruptura, a teologia feminista obriga aos homens que se beneficiam dessa estrutura a repensarem sua teologia, e ao fazerem isso, tocar na hierarquia das igrejas.

Por fim, é importante compreender como aponta Gebara que:

A teologia feminista é profundamente Teologia da Libertação, pois não só parte dos oprimidos e da mulher oprimida da América Latina, mas propõe uma nova maneira de fazer teologia como expressão da vivência e compreensão diferentes da relação entre os seres humanos e Deus, relação que é novidade e sinal do Reino em nossa história de hoje⁶⁰.

⁵⁹ Nunes, 2066, p. 296.

⁶⁰ Gebara. 1987, p. 159.

Desse modo, é possível compreender a teologia feminista como um grito de emancipação do corpo feminino sobre os múltiplos fatores impostos pela religião sobre sua existência, tanto em ambientes eclesiais quanto nos ambientes sociais, uma vez que a religião se enraíza nas relações cotidianas da sociedade. Logo, a teologia feminista pode ser interpretada como o movimento de mulheres evangélicas ou não, engajadas nas pautas religiosas e sociais que: buscam fazer uma releitura da Bíblia a partir de uma hermenêutica feminista que restaure a verdade da história, restaurando o apagamento de milhares de mulheres que entregaram suas vidas ao exercício de servir o Reino de Deus e por último a investida corajosa e desafiadora de adentrar no campo da elaboração teológica com criatividade, sem receio de dizer sua palavra sobre Deus e o mundo.

4.6 Teologia Queer

No filme *Orações para Bobby* (Russell Mulcahy, 2009) baseado no livro *Prayers for Bobby: A Mother's Coming to Terms with the Suicide of Her Gay Son*, de Leroy F Aarons, acompanhamos a história de um jovem de família evangélica que abalado pelo fanatismo religioso e homofobia empregado pela sua mãe, se suicida em 1983. O filme, retrata a história real de Bobby Griffith. O docudrama, busca mostrar através da experiência de vida e legado de Bobby, como a aceitação familiar por parte de pais, mães e parentes mais próximos é essencial na aceitação da própria pessoa homossexual e como isso é capaz de influenciar sua saúde mental. A mãe de Bobby se viu incapaz de aceitar a orientação sexual do filho, realizando inúmeras intervenções preconceituosas, certa de que, Deus não queria uma vida de “pecados” para seu filho. Cansado de buscar a aceitação de sua mãe para construir com ela uma relação de respeito, o jovem enxerga como única saída ao seu extenso sofrimento familiar, sexual e religioso, o suicídio. Após esse acontecimento, a mãe de Bobby se arrepende profundamente por todas as vezes que colocou o fundamentalismo religioso entre sua relação com seu filho, se tornando militante pelos direitos das pessoas homossexuais. Mary, a mãe de Bobby, também reconhece como ela percebeu que a orientação sexual de Bobby era bastante natural à imagem de Deus e que seu suicídio foi consequência da má educação que deu aos filhos. Ela conclui seu discurso pedindo às pessoas que pensem antes de dizer, falar ou apoiar a homofobia porque "uma criança está ouvindo".

A relação eclesial das igrejas católicas e evangélicas com a sexualidade, é uma história que perdura por muitos anos. O tabu constituído sobre a sexualidade humana por meio dessas instituições religiosas, muitas vezes, resulta no adoecimento psíquico, físico e emocional da pessoa LGBTQIAPN+. A existência LGBT é por si só um ato político na sociedade, afirmar-se enquanto pessoa dissidente da sexualidade heteronormativa, impõe sobre

o corpo/sujeito LGBT uma realidade nociva a sua existência. Ao nascer dentro de uma cultura social, religiosa e política que concebe a heteronormatividade como o padrão a ser exercido pelos indivíduos, a mera contraposição a esse modelo, posiciona tudo que é diferente, aos espaços marginais. A religião, como ferramenta de controle, dominação e criação de discursos, corpos e subjetividades, desempenha papel crucial na repressão da sexualidade dissidente.

Um relatório produzido pela GPAHE⁶¹ (Projeto global contra ódio e extremismo) identificou grupos e organizações que promovem “terapias” de conversão sexual no Brasil. A prática é proibida no Brasil desde o final da década de 90, pelo conselho nacional de Psicologia. No entanto, o relatório produzido pela GPAHE, apresentou que as organizações possuem uma forte rede de compartilhamento de seus conteúdos “terapêuticos” por meio da internet e não possuem nenhuma intervenção das plataformas. De acordo com a pesquisa, ficou evidente que as instituições que promovem terapias de conversão, possuem vínculo com instituições religiosas que impulsionam o conteúdo midiático. Essas entidades religiosas, realizam cursos, palestras, aulas e aconselhamentos - alguns pagos - sobre a sexualidade, com foco na homossexualidade, abordando a experiência sexual como um “pecado” que precisa ser combatido e curado. Um exemplo de prática de conversão pode ser visto com a entidade evangélica missionária internacional Jocum (Jovens Com Uma Missão) chamado “SOS Sexualidade”. O seminário conta com três módulos de ensino, que visam na descrição do projeto “propor uma reflexão desafiadora para o enfrentamento de uma sexualidade adoecida, com intuito de possibilitar soluções práticas e eficazes para estabelecer uma orientação sexual saudável”.

A contextualização da homossexualidade dentro de um cenário religioso, serve para constituir dois fins: o primeiro é apresentar ao leitor que, embora possa concordar ou não, a religião interfere diretamente na saúde, sociabilidade e existência de pessoas LGBT, pois, constituem um padrão de existência que é incondizente com a realidade dessas pessoas. O segundo ponto é a necessidade emergente de uma desterritorialização⁶² - em sentido deleuziano - da religião como ferramenta de dominação sobre a sexualidade e opressão da homossexualidade, abrindo caminho para novas formas de compreender a existência harmônica entre religião e sexualidade.

⁶¹ GPAHE, 2024.

⁶² Conceito desenvolvido por Deleuze e Guattari nas Obras “O anti-édipo” e “mil platôs”, que descreve um processo dinâmico de mudanças, fluxos e reorganização de sistemas sociais. A desterritorialização opera como movimento de romper com territórios estabelecidos, seja ele físico, social, cultural ou psicológico, ou seja, sair de estruturas fixas, códigos rígidos e estáveis.

Nascida no século XX, a teologia homossexual-gay-queer, é uma abordagem teórica, conceitual, afetiva, espiritual e social que consolida uma discussão favorável as experiências afetivas, sexuais e religiosas de pessoas não heteronormativas, nesse sentido, a teologia adota uma atitude de contar as histórias de pessoas LGBT com deus e tentar fazer sentido delas. Segundo Musskopf, nesta teologia:

Repetidamente se reflete sobre os 6 textos que “supostamente” condenam a homossexualidade – os chamados “textos de terror”. Aí se busca esclarecer o contexto no qual são desenvolvidas as leis do levítico que falam sobre abominação refletindo sobre o código de pureza que rege tais leis, afirmar que a narrativa de Sodoma e Gomorra em Gênesis 19 não se refere a questões de sexualidade, mas à falta de hospitalidade e solidariedade do povo dessas cidades e apontar para os termos imprecisos e até confusos utilizados pelo Apóstolo Paulo em Romanos 1 e para o fato de que as situações mencionadas por ele não se referem a pecados mas a atos moral (e culturalmente) reprováveis, entre vários outros argumentos e explicações. A ideia é que, uma vez explicados esses textos em seu contexto, a homossexualidade deixará de ser vista como algo contrário à vontade de Deus pelas Igrejas⁶³.

Pensar na teologia homossexual-gay-queer é se aproximar do fundamento basilar do cristianismo: que Deus criou todos os seres, e nessa criação estão inclusas as pessoas não heteronormativas, para viverem de forma plena, sem opressão e medo. A teologia desenvolvida no Brasil, tem como referência teórica na pedagogia do oprimido, na teologia da libertação e na teologia feminista. Musskopf, argumenta que:

Nesta teologia, a sexualidade e corporeidade mostram-se como expressões de existência e parâmetro de um fazer teológico inclusivo ao público LGBT. Tal reflexão teológica se dá, assim, a partir da interpolação entre experiência homossexual e vivência religiosa. Visto que a homossexualidade costuma ser entendida como o ato sexual genital entre indivíduos do mesmo sexo, a teologia gay procura estabelecer um novo sujeito, no qual a identidade gay não esteja resumida à genitalidade, tendo sua centralidade na intimidade e entrega ao outro e no prazer recíproco⁶⁴.

De modo que, o objetivo da teologia homossexual-gay-queer, estabelece como ponto de “chegada” a institucionalização de valores que outrora eram usados como dispositivos de exclusão do sujeito crente homossexual. Esse movimento, vai de encontro aos ambientes que exercem opressão à comunidade LGBT - família, escola, trabalho, medicina, academia - por encontrarem respaldo e reforço nas interpretações de textos bíblicos, de modo que, a teologia homossexual-gay-queer, centraliza a relativização e contextualização desses textos como caminho para desconstruir os pré-conceitos estabelecidos.

Importante destacar que dentro da teologia homossexual-gay-queer, uma vertente destaca-se pelo empenho de transformação que busca implementar dentro dessa realidade religiosa. A teologia queer, amparada nos movimentos e na teoria queer, buscam distanciar-se

⁶³ Musskopf, 2010. p, 259-260.

⁶⁴ Musskopf, André. 2010. apud Meinberg, Eduardo. 2016. p, 152.

de qualquer modelo heterocêntrico ou ciscêntricos na elaboração de sua teologia, de modo que, não há, nessa experiência teologia, qualquer busca na validação da experiência homossexual-queer, mas um resgate à interseccionalidade de raça, gênero, etnia etc., na tentativa de assumir a interpretação desses grupos acerca da bíblia, a partir de onde se lê.

O cristianismo entende e organiza o mundo a partir de uma ideologia heterossexual: a família, a subordinação, a dualidade. Minha proposta é pensar uma fé e uma teologia a partir de experiências sexuais diferentes. Não a dos gays, ou a das lésbicas, ou a dos travestis, mas a partir da Teoria Queer, uma espécie de guarda-chuva que abriga toda a diversidade sexual. Quero saber, por exemplo, como um travesti se relaciona com o sagrado, como é o Deus do transexual. Minha teologia não é sobre igualdade, é sobre diferença⁶⁵.

Em suma, a teologia queer busca reinterpretar deus a partir de uma visão inacabada da própria divindade. Marcela Althaus-Reid, esclarece que essa forma inovadora de pensar deus, estabelecida pela teologia queer, é uma forma de se relacionar com o ser divino, descortinando as noções estabelecidas pela era pré-moderna - o deus perfeito, terminado e de sabedoria suprema. Esse deus da teologia queer é um deus pós-moderno. Inacabado, em constante mudança, ambíguo, de múltiplas identidades, que não é possível contemplar sua totalidade porque, quando o abarca, escapa, produzindo mais. (Reid, 2004). Juntamente com a teologia homossexual-gay-queer, ambas discussões teológicas realizam um processo teórico, metodológico, epistemológico, teológico e social de analisar a realidade da comunidade LGBT junto à religião pela visão das margens, dos excluídos, dos “pecadores” para que sua experiência de fé e relação com o divino seja tão valorizada quanto a norma estabelecida.

Capítulo 5 - No Mundo, mas não do Mundo? Engajamento ou fuga

5.1 Campos de batalha: onde a fé encontra a vida

Como já apresentado até aqui, o cenário religioso brasileiro se caracteriza para além de suas manifestações simbólicas e religiosas, como um espaço de fragmentação denominacional, e nos últimos anos, polarizada, em virtude de disputas políticas estabelecidas dentro dos segmentos evangélicos. Essa dualidade, explorada neste trabalho, desde a formação do pentecostalismo e protestantismo no Brasil, a junção dos conceitos em virtude das particularidades do cenário brasileiro, as múltiplas formas de contrahegemonia evangélica encabeçada pelas CEBs e a formação ética e moral da identidade religiosa que distingue duas visões opostos, coloca em evidência a antagonização de dois grupos construídos ao longo da história, culminados em: conservadores e os progressistas. Essas vertentes, embora compartilhem uma base cristã comum, distinguem-se radicalmente em sua interpretação dos

⁶⁵ Reid, Marcella. 2004, apud Meinberg, Eduardo. 2016. p, 160.

ensinamentos bíblicos e, conseqüentemente, em seu posicionamento frente aos complexos temas sociais que desafiam a sociedade contemporânea.

Enquanto os conservadores tendem a adotar uma hermenêutica literal das Escrituras, enfatizando a moralidade sexual tradicional, a defesa da família heteronormativa e a rejeição ao aborto sob qualquer circunstância, os progressistas abraçam uma leitura contextual e histórico-crítica da Bíblia, alinhando-se a causas como a equidade de gênero, a inclusão LGBTQIAP+, a justiça racial e a autonomia corporal. Essa divisão não é meramente doutrinária, mas reflete-se na atuação política e social de cada grupo, influenciando desde a formação de políticas públicas até o discurso midiático e eclesiástico.

Segundo pesquisa do DataFolha⁶⁶ - agrupando conservadores no espectro da Direita e progressistas no da esquerda - os evangélicos apresentam distribuição equivalente entre os polos. De acordo com os dados, 41% do público evangélico possuem inclinação mais à esquerda, enquanto 37% se inclinam mais à direita. Mediante esta exposição, este capítulo tem como objetivo, por meio de fontes bibliográficas, analisar discursos e dados sociorreligiosos para contrastar as estratégias discursivas e práticas de ambos os grupos, evidenciando como suas posturas reverberam no espaço público e na configuração de um projeto de sociedade. Por fim, refletiremos sobre os impactos simbólicos e materiais dessas disputas, questionando até que ponto é possível uma coexistência respeitosa entre visões tão antagônicas dentro do mesmo campo religioso. Para isso, serão abordadas as temáticas de: gênero, aborto, sexualidade, racismo e escatologia, em formato descritivo e sintetizados em uma tabela.

5.2 Gênero: Além de Adão e Eva

Analisando por uma perspectiva religiosa, o relato da criação, assim como outras histórias bíblicas, fornecem base teórica e histórica para a constituição do gênero e sua interpretação pelos leitores bíblicos. Dito isso, vejamos como é desenvolvido a relação de gênero no evangelho. Gênesis 2;7 descreve a formação do homem após Deus criar toda a humanidade em sete dias. O versículo 7 diz: Então criou Deus o homem, do pó da terra e soprou em suas narinas o fôlego de vida, e o homem se tornou um ser vivente. (Sagrada, 2018). Até o momento, Deus havia criado somente a figura masculina para existir no jardim do éden, no entanto, percebe que o homem precisava de uma companhia, e somente no versículo vinte e um é relatado a criação da mulher. Após o homem dar nome aos animais, as plantas e tudo mais criado por Deus, a divindade faz cair sobre ele um sono profundo, e de uma de suas

⁶⁶ DataFolha, 2022.

costelas, Deus cria a mulher, onde posteriormente seriam chamados de Adão e Eva, os primeiros seres humanos criados.

Um dos primeiros pontos de destaque sobre a relação de gênero levantada pelos estudiosos do campo religioso é: a bíblia é um documento histórico criado e perpetuado pelos homens que ao longo da história foi traduzida, modificada e ampliada, para atender as necessidades históricas e sociais daqueles que mantinham o domínio do texto sagrado. Logo, boa parte dos seus textos possuem caráter humano no sentido de atribuir a Deus uma essência masculina, onde, deus pai e deus filho, são representados unicamente na figura masculina, que por sua vez contribuem com a naturalização da dominação patriarcal e machista. Por sua vez, ao observar que: o homem foi criado do barro e a mulher de uma de suas costelas, a posição na qual o gênero feminino é colocado se resume em: submissão, apoio, subserviência, respeito e obediência ao homem, essas posições podem ser confirmadas extraindo outros textos do livro sagrado como nas passagens de: Gênesis 3:16, Êxodo 20:17, Efésios 5: 22-24, Colossenses 3:18, e por fim, 1 Timóteo 2:11-14, usada recorrentemente para restringir o papel da mulher por anunciar que: "A mulher deve aprender em silêncio, com toda a sujeição. Não permito que a mulher ensine nem que tenha autoridade sobre o homem. Esteja, porém, em silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, e depois Eva. E Adão não foi enganado, mas a mulher, sendo enganada, tornou-se transgressora."⁶⁷

Apresentado a relação entre gênero e cristianismo, os dois atores em análise deste projeto expressam suas noções sobre a construção do feminino e masculino a partir da religião. Os conservadores, adotam as passagens bíblicas como fundamentos e mandamentos atemporais que estabelecem uma ordem divina sobre a família e a igreja. Construindo uma hierarquia onde a liderança é designada ao homem e a submissão à mulher. A submissão é framada como uma vocação divina e uma forma de glorificar a Deus, não como inferioridade. Homens e mulheres são vistos como iguais em valor perante Deus, mas com papéis diferentes e complementares. Segundo Maria das Dores Campos Machado, uma das estratégias de manutenção dessa hierarquia pode ser expressa no exercício do ministério religioso:

As mais importantes estratégias já identificadas nas igrejas que abandonaram a interdição das mulheres nos espaços de poder foram: a revisão na forma de conceber o ministério, que passou a ser um compromisso do casal, e a adoção nos rituais da "pregação de sermões em parcerias". Atrelar a consagração das mulheres à concepção do ministério do casal foi a fórmula encontrada pelas lideranças de várias denominações para preservar a dependência feminina em relação aos homens⁶⁸.

⁶⁷ Ibid., 2018.

⁶⁸ Machado, 2005. p, 391-392.

Por outro lado, por meio do exercício de uma leitura bíblica com interpretação histórico crítica, os progressistas pontuam que essas passagens devem ser lidas dentro de seu contexto histórico e cultural específico. Elas refletem a necessidade da igreja primitiva se organizar em uma sociedade profundamente patriarcal sem causar escândalo desnecessário. O engessamento das hierarquias de gênero não faz sentido, pois, o princípio teológico central argumentado no Novo Testamento, é a mútua submissão e igualdade em Cristo (Gálatas 3:28 - "Não há judeu nem grego, escravo nem livre, homem nem mulher; pois todos são um em Cristo Jesus"). Portanto, as exortações específicas de submissão são aplicações culturais temporárias desse princípio, não mandamentos permanentes. De acordo com Lidiane Souza, no artigo "O ministério feminino na igreja à luz do Novo Testamento: Uma análise bíblica a partir de Jesus e Paulo, observa-se o movimento contrário estabelecido por Jesus em relação às hierarquias entre homens e mulheres, bastante defendidas por evangélicos progressistas:

[..]"Somente uma cristologia baseada na prática de Jesus a respeito da mulher poderá ajudar a superar atitudes discriminatórias da igreja e levar a uma comunidade de igualdade e reciprocidade"³ Daí a necessidade de observarmos a postura de Jesus frente a mulher e os preconceitos de seu tempo. A postura da sociedade grega e judaica sobre a mulher era, na maioria das vezes, de rebaixamento; a mulher era considerada inferior ao homem, e por isto era tida como uma propriedade do marido. Jesus, porém, a vê e a trata de forma completamente diferente. Ele as inclui em sua lista de amigos e discípulos, enquanto que para os judeus mais ortodoxos, as mulheres não poderiam participar ativamente do culto. Ele ensinava a elas verdades espirituais profundas⁶⁹.

Logo, observa-se que progressistas e conservadores, embora tenham acesso ao mesmo material teórico - bíblia sagrada - divergem em suas concepções sobre o gênero, de forma que: uma reitera por meio da literalidade e desejo pela permanência da dominação masculina o discurso hierarquizante descrito nas escrituras, enquanto outra coloca-se na posição de criticar essas noções opressivas e pontua a necessidade de reinterpretar dentro de um contexto social e geoespacial do gênero e as relações produzidas por essa classificação.

5.3 Aborto: vozes proféticas ou julgamento alheio?

Dentre os temas que polarizam a sociedade brasileira, o aborto se configura como um dos mais sensíveis e complexos, catalisando visões antagônicas sobre ética, direitos humanos, o papel do Estado e, fundamentalmente, o próprio significado e início da vida. No espectro evangélico, a questão transcende o debate jurídico-sanitário e assume contornos teológicos profundos, tornando-se um marcador decisivo que distingue conservadores e progressistas. Enquanto para os primeiros a interrupção da gravidez representa uma violação absoluta de um princípio divino – a santidade da vida desde a concepção –, para os segundos, a discussão deve

⁶⁹ Souza, 2020. p. 4.

incorporar dimensões sociais, de saúde pública e de justiça reprodutiva, ponderando a vida e a dignidade da mulher.

Diante disso, abordaremos a questão do aborto por meio da perspectiva político-religiosa, pois, ao analisar sob esta ótica, é possível contemplar a questão de saúde pública defendida pelos progressistas e a questão moral religiosa defendida pelos conservadores. Para isso, é crucial adotar o conceito literário “ativismo político comandado por atores religiosos” que consiste na participação ativa de entidades religiosas conservadoras, alinhadas ou não a igrejas, na disputa pelo judiciário e legislativo, utilizando-se de métodos como criação de partidos religiosos e bancadas evangélicas no congresso nacional, visando pautar o direito e a política em crenças e valores da fé.

O primeiro ponto é compreender que a “guerra cultural” travada pelos dois agentes religiosos analisados neste trabalho, é extensa, podendo adotar medidas mais reacionárias e as vezes mais brandas a depender do contexto social. O engajamento social dos evangélicos, de modo ativo, só pode começar a ser compreendido na virada do século XX para o XXI, quando a máxima “crente não se mete na política” foi ressignificada para “irmão vota em irmão”. Daí em diante, não é preciso exercer grande pesquisa histórica para observar as inúmeras interferências religiosas na laicidade do estado e na promoção de políticas públicas. Segundo Brito; Reis; Rosa e Amaral:

Atualmente, a oposição a direitos sexuais e reprodutivos une grupos evangélicos e católicos. No Congresso, a Frente Parlamentar Católica Apostólica Romana faz coro à FPE⁷⁰ na resistência a projeto que buscam resguardar o direito ao aborto legal, ou descriminalizar a prática. Parlamentares de ambas as frentes defendem o direito à vida desde a concepção e procuram combater o que compreendem como “ideologia de gênero”, interditando iniciativas das agendas de igualdade de gênero e diversidade sexual⁷¹.

O ativismo cristão contra os direitos sexuais, reprodutivos e demandas por igualdade de gênero, consolidou-se nas últimas duas décadas, ganhando contornos internacionais. Movimentos conservadores e reacionários do campo moral e religioso contra os direitos das mulheres e da comunidade LGBTQIA + podem ser avistados por toda América Latina, onde, as entidades propagadoras dessas agendas utilizam repertórios dos direitos fundamentais para defender suas posições políticas e sociais. Para isso, são utilizados dois eixos: o primeiro eixo busca expandir os direitos e prerrogativas das igrejas e seus fiéis por meio da multiplicação de discursos como: ensino religioso nas escolas, *homeschooling*, liberdade religiosa, liberdade de culto e redução de impostos para entidades religiosas. O segundo eixo, o que nos interessa, busca restringir

⁷⁰ Frente Parlamentar Evangélica

⁷¹ Brito; Reis; Rosa e Amaral, 2024.

determinados direitos e liberdades, com intuito de regular condutas, para isso, podemos destacar a movimentação interna dos políticos conservadores religiosos e progressistas, frente a Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) nº 54, de 2004 que debatia sobre a antecipação terapêutica do parto em caso de feto anencéfalo e habeas corpus nº 124.306, de 2014, sobre casos de interrupção voluntária da gravidez até o terceiro mês de gestação. A realização da audiência pública para debater sobre a interrupção voluntária da gestação até o terceiro mês de gestação contou com dois blocos de grupos, significativamente distintos entre si. Ao lado dos conservadores - que se posicionavam contrários à ação - os partidos, institutos e associações possuíam forte ligação com sentimentos religiosos, dando assim, ênfase ao discurso conservador religioso, entidades como: PSC (Partido social cristão), Ujucasp (União dos juristas católicos de São Paulo), IDVF (Instituto de defesa a vida e a família) e Cervi (Associação Nacional Pró-vida e pró-família, centro de reestruturação para a vida), fizeram parte do bloco. Já ao lado progressista - a favor da ação - as entidades que compunham este bloco possuíam entre si a diversidade, social, acadêmica e intelectual necessária para ampliar o debate para esferas maiores que a moral. O IBCCRIM (Conselho regional de psicologia do estado de São Paulo, instituto brasileiro de ciências criminais), Cladem-brasil (Católicas pelo direito de decidir, comitê latino-americano e do caribe para a defesa dos direitos das mulheres), ABA (Associação brasileira de antropologia) e CFEMEA (Centro feminista de estudos e assessoria) eram umas das entidades que fizeram parte do bloco que se posicionavam a favor dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres.

Percebe-se que a forte influência religiosa dentro de espaço público político, interfere fortemente na tomada de decisões que desrespeitam a sociedade civil como um todo. A importância de resgatar o debate sobre aborto das noções morais religiosas e trazê-lo para a compreensão de saúde pública, encontra sua necessidade na compreensão de que, sendo legalmente aceito ou não, inúmeras mulheres realizam aborto diariamente, seja de forma clandestina ou não. Segundo o sistema de informações sobre mortalidade do Ministério da Saúde e a Organização Mundial da Saúde, ocorrem cerca de 800 mil abortos anuais no Brasil. De acordo com pesquisas nacionais, uma em cada dez mulheres já realizou aborto no Brasil, e grande parte desses procedimentos foram realizados antes dos 19 anos. Embora amplamente ilegal no país, onde até casos previstos em lei encontram dificuldades de acessibilidade, a proibição não exclui a prática do aborto, colocando em risco a vida de crianças e mulheres adultas. O procedimento realizado de forma segura apresenta uma taxa de mortalidade baixa, 1 em 100.000 procedimentos, já nos casos clandestinos de procedimento, a taxa de mortalidade aumenta substancialmente, sendo: 220 por 100.000 procedimentos. Logo, por entenderem que

a negação ao aborto é negar o direito à vida de mulheres, países como: Reino Unido, França, Uruguai, Argentina e Colômbia, compreendem o aborto como uma questão de saúde pública e por isso, aprovaram o acesso ao procedimento. Os dados apontam que a ilegalidade em si já confere risco para a mulher que habita um país como o Brasil, se continuar como está. Apesar disso, a taxa de abortos tem diminuído no Brasil, devido a políticas públicas como o Bolsa Família e de educação sexual, que fornecem métodos preventivos a uma gestação indesejada.

A inflexibilidade religiosa sobre o aborto, está intimamente ligada a relação hierárquica e de dominação estabelecida sobre o corpo feminino pelas igrejas evangélicas. Subjugado dentro de um sistema patriarcal dominado e mantido para homens, o corpo feminino é estritamente condicionado a formas de comportamento estabelecidos por uma noção bíblica. Essas noções bíblicas destacam-se em versículos recorrentemente utilizados por conservadores para corroborar com seus posicionamentos sobre a prática: Salmos 127:3, Gálatas 1:15, Isaías 44:24, Salmos 22:10-11 e inúmeros outros são a referência bibliográfica deste grupo ao discutirem sobre aborto. No entanto, assim como os conservadores utilizam da Bíblia para fomentar o discurso de dominação sobre o direito de escolha do corpo feminino, os evangélicos progressistas posicionam-se nas trincheiras contra o monopólio teórico da escritura sagrada, fazendo releituras e interpretações contextualizadas que antagonizam com as escolhas desumanizantes defendidas pelos conservadores. Desse modo, os progressistas utilizam-se de lacunas para estabelecer sua defesa sobre a descriminalização do aborto. Logo, o silêncio e ausência na Bíblia sobre o estatuto do feto, princípios teológicos como: compaixão, justiça, autonomia e a primazia ética do cuidado com a mulher viva, são algumas das “lacunas” utilizadas para reinterpretar as noções sobre o aborto. A exemplo disso podemos analisar a passagem bíblica de Números 5:11-31. A história acima descreve um ritual para uma mulher suspeita de adultério. Nesse cenário de suspeita, o sacerdote induz a mulher a beber “água amarga” com pó do santuário. Os versículos 21-23 dizem:

[...] E esta água amaldiçoante entre nas tuas entranhas, para te fazer inchar o ventre, e te fazer consumir a coxa. Então a mulher dirá: Amém, Amém. Depois o sacerdote escreverá estas mesmas maldições num livro, e com a água amarga as apagará. E a água amarga, amaldiçoante, dará a beber à mulher, e a água amaldiçoante entrará nela para amargurar⁷².

As múltiplas interpretações exegéticas entendem as afirmações “inchar o ventre” e “consumir a coxa” como eufemismos para uma espécie de aborto ou esterilização. O ponto crucial é que o próprio Deus, através de um ritual sancionado pela lei mosaica, é descrito como

⁷² Sagrada, 2022.

causador do fim de uma gravidez como punição. Isso, para os progressistas, demonstra que a Bíblia não trata o feto com a mesma absoluta santidade atribuída a uma pessoa nascida. Se Deus pode ordenar algo que resulta na perda da gravidez, a questão é mais complexa do que um simples "a vida começa na concepção". Desse modo, um mesmo referencial teórico que ocasiona a negação aos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, é usado como forma de entendimento e emancipação do pensamento, com finalidade de libertação.

5.4 Sexualidade: entre a pureza e pluralidade

Se o debate sobre o aborto expõe fissuras profundas no campo religioso evangélico, a discussão em torno da sexualidade revela um abismo ainda mais intransponível entre as cosmovisões conservadora e progressista. Este subtópico analisa como essas duas vertentes concebem, regulam e disputam o significado da sexualidade humana, um domínio que, para o cristianismo, sempre foi central na definição de moralidade, identidade e santidade. De um lado, ergue-se um edifício doutrinário que enaltece o ideal da "pureza sexual", ancorado na heteronormatividade compulsória e no casamento monogâmico como únicos espaços legítimos para a expressão da sexualidade. Do outro, desponta uma teologia corajosa que abraça a "pluralidade", buscando ressignificar a sexualidade a partir de uma leitura inclusiva das escrituras, acolhendo as experiências LGBTQIAP+ e questionando os fundamentos da moral sexual tradicional.

A sexualidade é parte essencial da psique humana, diversos autores como: Michel Foucault, Sigmund Freud, Judith Butler, Paul B Preciado, Gayle Rubin, Joan Scott e Guacira Lopes Louros, são alguns dos intelectuais que, postulam a sexualidade como característica fundante do ser humano, ou seja, todo ser humano é um ser sexual. Mesmo sendo uma característica indispensável do desenvolvimento humano, vide a explicação de Freud sobre a sexualidade da criança em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, a sexualidade humana é alvo de um cerceamento histórico por muitas instituições de controle e poder, tais como: a religião, o Estado, a medicina e a psiquiatria são algumas dessas instituições que produziram inúmeras ferramentas de controle da sexualidade e desejo humano. Por meio dos discursos médicos e higienistas do século XIX, a sexualidade humana é dividida em duas classificações: Homossexual e Heterossexual. O termo Hétero surge a partir da necessidade de classificar uma prática sexual diferente da “norma” estabelecida. Sendo assim, homossexual, surge em resposta a essa prática anormal. O primeiro intelectual a cunhar o termo, Karl-Maria Kertbeny, faz seu uso em apelo à descriminalização do ato sexual e também como medida de ressignificação dos atos sexuais, uma vez que a prática era descrita pelos termos de “sodomia” ou “pecado nefando”, intimamente ligados a moral religiosa. Algumas décadas depois, o termo foi

popularizado dentro das ciências médicas e psiquiátricas, que passaram a classificar a homossexualidade como “degeneração” ou “doença mental hereditária”, essa patologização da condição sexual humana, foi instrumental nas justificativas de intervenção médica e do controle social.

Esta breve contextualização sobre a sexualidade humana, e principalmente da homossexualidade, serve para apontar onde é como o corpo homossexual foi e é visto pela sociedade, seja qual for seu período histórico. Embora sujeitos de direitos, amparados pela constituição, pela declaração universal dos direitos humanos, ainda hoje é perceptível os múltiplos processos de desumanização de identidades não heteronormativas. Juntamente a estas instituições de opressão, a igreja conservadora, posiciona-se neste tribunal sexual, como juiz e como advogado de acusação, veremos a seguir.

São ferramentas de controle utilizadas pelas instituições religiosas para condenar a homossexualidade: A dogmatização do pecado: essa ferramenta consiste na análise literal de passagens bíblicas recorrentemente utilizadas para condenar a prática homossexual, os chamados “textos de terror” (ex: Levítico 18:22, Romanos 1:26-27) são alguns desses textos que, manobrados por evangélicos conservadores, conseguem construir um discurso “aceitável” sobre a abominação divina da prática homossexual. Outra ferramenta utilizada pelas instituições religiosas é o Pânico moral e a demonização da prática homossexual. Constantemente a homossexualidade é condicionada ao papel de antagonista da família, civilidade, da moral e de qualquer conceito de humanidade socialmente concebido como “normal”. A visão religiosa difundida por meio dessas ferramentas, constrói no imaginário social a noção de que uniões homoafetivas são disfuncionais por não operarem dentro da lógica heteronormativa, e que seus filhos serão incentivados à prática homossexual, o que, cientificamente não encontra qualquer fundamento. Outra mentira disseminada sobre a homossexualidade é a de que pessoas homossexuais são promíscuas. Essa contestação encontra fundamentalidade na oposição das estruturas que consolidam as práticas heterossexuais religiosas. Dentro de um contexto religioso, de uma vida sexual saudável, a prática sexual só pode ocorrer entre um homem e uma mulher que constituíram matrimônio, ou seja, após o casamento. Essa lógica, não rege as relações homoafetivas, podendo uma única pessoa possuir mais de um parceiro sexual, e não necessariamente estar em um casamento, dando um contorno de multiplicidade ao exercício da sexualidade humana.

É possível compreender as atuais formas de controle da sexualidade exercidas por instituições religiosas como sintomáticas de uma laicidade frágil do Estado brasileiro. Apesar de formalmente secularizado, o Estado ainda opera com base em narrativas e valores de matriz

religiosa, as quais permeiam suas estruturas legais e políticas públicas. Um dos exemplos mais emblemáticos dessa imbricação é o princípio constitucional de que "a família é a base da sociedade" (Art. 226 da CF/88). Esta noção, embora aparentemente universal, está intrinsecamente conectada a um imaginário religioso que consolida um modelo específico de família: o modelo mononuclear heteronormativo. Tal modelo foi historicamente sacramentado como o único legítimo, ignorando a diversidade de arranjos familiares existentes na sociedade. Ao elevar essa configuração particular ao status de base do Estado, a ferramenta religiosa é acionada para endossar a ideia de um "plano divino" para a família, no qual a única forma aceitável é composta estritamente por um homem, uma mulher e sua prole. Dessa forma, o Estado, mesmo secular, torna-se um vetor de controle social e moral, legitimando e reproduzindo visões religiosas que marginalizam e excluem outras formas de afeto, parentalidade e existência.

Em contraponto a essa perspectiva, a atuação dos evangélicos progressistas em relação à homossexualidade caracteriza-se por uma abordagem que conjuga acolhimento pastoral e advocacia por direitos. Baseando-se em uma hermenêutica bíblica contextual e nos princípios de justiça social, esse segmento denuncia os danos concretos gerados pela homofobia religiosa e social. Como bem ilustra Helminiak (1988), em sua experiência no ministério católico em Boston, constatou-se que entre 30% a 40% dos adolescentes em situação de rua ali encontravam-se nessa condição precária em razão do não acolhimento familiar e social devido à sua orientação sexual. Somava-se a isso a trágica estatística de que aproximadamente 30% dos suicídios juvenis eram cometidos por jovens que se identificavam como homossexuais – um indicador alarmante do sofrimento mental induzido pelo preconceito.

Tais dados não são meros números, mas expressões de uma violência estrutural que nega direitos fundamentais – como liberdade, moradia, saúde e segurança – a indivíduos cuja sexualidade diverge da norma. Como analisado anteriormente, esta norma é sustentada por uma simbiose perversa entre Igreja e Estado, que coopera na manutenção de um regime de controle sexual orientado a padronizar todas as experiências sob a heteronormatividade.

No cerne dessa disputa está a interpretação das escrituras. As religiões cristãs majoritárias, de fato, tradicionalmente condenam a homossexualidade com base em um conjunto específico de passagens bíblicas. Os evangélicos progressistas, no entanto, contestam essa leitura. Eles argumentam que tais textos devem ser compreendidos como produtos de uma cultura e um período histórico determinados, refletindo preocupações antigas com pureza ritual, práticas idolátricas ou dinâmicas de poder específicas, e não podendo ser transpostos literalmente como um veredito eterno sobre relações homoafetivas consensuais e

contemporâneas. Dessa forma, a teologia progressista busca desconstruir o alicerce interpretativo que sustenta a discriminação, propondo uma releitura das escrituras à luz da ética cristã primordial: o amor incondicional e a defesa intransigente da dignidade humana.

Para exemplificar a atuação progressista, iremos analisar a interpretação contextualizada das passagens bíblica contida em Levítico 18:22 que diz: “Não te deitarás com um homem, como se fosse mulher: isso é uma abominação.” E na passagem de Levítico 20:13 que diz: “Se um homem dormir com outro homem, como se fosse mulher, ambos cometeram uma coisa abominável. Serão punidos de morte e levarão a sua culpa.”. Indiscutivelmente, as passagens acima relatam uma relação sexual entre dois homens, não fazendo nenhuma referência ao ato sexual entre duas mulheres. No entanto, qual o significado real desta passagem dentro do seu contexto sócio-histórico? Pois, é nisso que os progressistas se diferenciam dos conservadores, eles realizam uma análise histórica e crítica da passagem, renunciando à leitura simplista e literal dos textos bíblicos.

As passagens acima são encontradas na seção bíblica chamada de “Código Sagrado”, ou seja, uma série de leis e restrições estabelecidas para que a comunidade de Israel permanecesse “sagrada” aos olhos de Deus. Isso significa que, por ser um povo “escolhido” por Deus, Israel, por meio de um contrato com essa entidade divina, deveria permanecer distante de outras práticas religiosas, consideradas impuras. Helminiak descreve:

Portanto, uma preocupação básica do Código Sagrado era manter os judeus diferentes dos gentios. Assim, o capítulo 18 do Levítico começa: “Não procedereis conforme os costumes do Egito onde habitastes, ou de Canaã onde vos conduzi: não seguireis seus costumes. Praticareis meus preceitos e observareis minhas leis, e a elas obedecereis. Eu sou o Senhor, vosso Deus.”⁷³

Tal ordenação, encontrava sua fundamentalidade ao observar as práticas ritualísticas realizadas pelos povos canaanitas. O antigo testamento Hebreu descreve práticas ritualísticas dos cananeus que envolviam práticas sexuais onde famílias inteiras e grupos de famílias se envolviam no ritual em busca de fertilidade, fartura nas colheitas e rebanhos.

Fazer sexo com uma mulher menstruada e oferecer crianças em sacrifício ao deus canaanita, Moloc, são outras supostas práticas de Canaã listadas nesta seção do Código Sagrado, que proibia todos estes atos. Considerava-os todos como “abominações” e determinava que “todos aqueles, com efeito, que cometerem qualquer dessas abominações, serão cortados do meio de seu povo” (Levítico 18:29). Esta mesma seção do Código Sagrado contém a proibição dos atos homogenitais entre homens⁷⁴.

A interpretação feita por Helminiak, e por autores como: (Habowski 2017) e (Santos 2017) atestam que cabe a esta passagem demonstrar que as proibições estabelecidas por meio

⁷³ Helminiak. 1988, p. 50.

⁷⁴ Ibid., 1988, p. 51.

do acordo entre Israel e Deus, não são de caráter moral, mas religioso. Ou seja, por meio do Código Sagrado, o povo de Israel deveria se manter puro perante outras práticas religiosas. Desse modo, o ato sexual entre dois homens descrito com punição em Levíticos, é diretamente condicionado a práticas religiosas pagãs e não ao sexo consentido entre dois homens adultos. Tal afirmação encontra credibilidade na análise de Habowski e Santos:

[...] O texto de Levítico dedica o capítulo dezoito a tratar especificamente das proibições sexuais ao povo de Israel. Ao analisar o discurso do texto, e levando em consideração seu contexto histórico e cultural, é inevitável perceber a incontestável possibilidade de o povo hebreu ter experimentado práticas homossexuais durante o período no Egito. Pela ênfase que o autor dá à temática, percebe-se que tais práticas provavelmente continuariam a existir na terra de Canaã, a ponto de o sacerdócio ter de deixar claramente expostas normas para proibição desses atos. [...] Portanto, a relação sexual entre os homens era considerada abominável porque ofendia os preceitos religiosos e tornaria Israel semelhante aos canaanitas. “‘Abominação’ é uma tradução da palavra *toevah*. Este termo também pode ser traduzido por ‘impureza’, ‘falta de limpeza’ ou ‘sujeira’. ‘Tabu’, aquilo que é cultural ou ritualmente proibido, seria uma outra tradução correta.” (HELMINIAK, 1998, p. 56). Logo, o livro de Levítico não afirma que se deitar com outro homem seja um erro, mas que se trata de uma violação do ritual religioso, fazendo com que algo se torne sujo, impuro⁷⁵.

5.5 Racismo: o pecado que não confessamos

Enquanto o debate sobre sexualidade e aborto ocupa a linha de frente nas chamadas "guerras culturais", o racismo estrutura a sociedade brasileira de forma tão profunda e silenciosa que, frequentemente, escapa ao diagnóstico teológico das próprias igrejas. Este subtópico propõe uma reflexão incômoda: o racismo, como o "pecado não confessado" do cristianismo brasileiro. Diferente de transgressões morais individuais amplamente reconhecidas pelo discurso eclesiástico, o racismo opera como um mal social enraizado, muitas vezes negligenciado, justificado ou invisibilizado no seio das comunidades de fé. A despeito do princípio bíblico da igualdade fundamental de todos os seres humanos perante Deus (Gálatas 3:28), a prática histórica das instituições cristãs – desde sua cumplicidade com a escravidão até a contemporânea indiferença para com a violência racial – revela uma falha confessional e prática de consequências devastadoras.

A narrativa da "democracia racial", um mito fundador da nacionalidade, encontrou eco em um protestantismo que, por décadas, pregou uma "igualdade espiritual" abstrata, ao mesmo tempo que se furtava a confrontar as desigualdades materiais e o genocídio da população negra. Enquanto isso, a teologia hegemônica, de matriz eurocêntrica, consolidou um imaginário religioso que santificou figuras, símbolos e padrões estéticos brancos, alienando corpos e subjetividades negras de sua plena pertença à comunidade de fé. Este epistemicídio teológico,

⁷⁵ Habowski; Santos. 2017. p. 1518-1519.

como aponta o pastor e teólogo GOMES (2017), silenciou vozes e apagou histórias, tornando as igrejas espaços de reprodução, e não de superação, do racismo.

Ronilson Pacheco, em seu livro “Teologia Negra: o sopro antirracista do espírito” descreve as múltiplas camadas do racismo no Brasil e suas interconexões com o colonialismo e a mentalidade moderna da sociedade. No prefácio do livro, escrito pelo intelectual Silvio Almeida, encontra-se a seguinte passagem:

O colonialismo foi um projeto político e econômico que está na base da constituição da sociedade contemporânea. Portanto, a destruição e as mortes que caracterizam o colonialismo não podem ser creditadas à irracionalidade, à ilegalidade e muito menos à ausência de uma visão cristã de mundo. O colonialismo é parte da racionalidade moderna e foi ideologicamente sustentado por discursos teológicos que identificam o colonizador branco europeu com a figura de Cristo, com o salvador. O colonizador seria — segundo tais visões, que permanentemente se renovam — um emissário de Deus, o responsável por carregar o fardo do atraso dos povos não europeus, tal como o Cristo que carregou a cruz para que a humanidade pudesse se salvar. Entretanto, o fardo do homem branco que se considerava “imagem e semelhança de Deus” não envolveria o amor ou a caridade — ao menos não para com os povos não brancos —, mas a dominação dos povos tidos como primitivos. O colonialismo e todos os seus horrores são tanto mais e cazes ao se mostrarem “terrivelmente evangélicos” e intransigentemente cristãos⁷⁶.

Paralelamente a isso, as intelectuais Regina Reyes Novaes e Maria da Graça Floreano, por meio do caderno de comunicações do ISER (Instituto de estudos religiosos) na edição de 1985, descreve sistematicamente a existência do negro dentro das comunidades protestantes. Durante a realização da pesquisa de campo que originou o documento “Relações raciais no protestantismo brasileiro” as autoras realizaram entrevistas com protestantes de diversas denominações. Durante as entrevistas, as autoras, buscavam estabelecer as hierarquias presentes naquela instituição, após isso, pediam que os informantes fornecessem os nomes e endereços dos líderes e pastores da congregação e que o fiel classificasse a “cor” dos pastores. A segunda etapa da pesquisa, segundo as autoras:

O momento desta classificação era extremamente constrangedor para nossos informantes e para nós, pesquisadoras. Nossos informantes diziam que “não ficava a bem-estar indicando a cor de alguém”, ou que “não conheciam todos”, ou ainda davam respostas vagas: “são muitos os negros”; mas apontavam dois ou três em uma lista de cem. Quando se dispunham a classificar, surgiam dificuldades, dúvidas, indecisões, que só não apareciam nos casos extremos: “preto retinto, pretinho mesmo” ou “para saber se são pretos ou brancos tenho que raciocinar”⁷⁷.

Outro fator apresentado na pesquisa, que se conecta ao pensamento de Ronilson, é a negação do racismo enquanto ferramenta de discriminação social e especialmente religiosa. Segundo as autoras, alguns informantes ao receberem a pergunta sobre a quantidade de lideranças negras

⁷⁶ Pacheco. 2019, p. 5.

⁷⁷ Regina; Maria. 1985, p. 6.

em suas igrejas, rapidamente citaram pessoas que ocuparam o cargo por pouco tempo, como forma de exemplificar a inexistência do racismo dentro do protestantismo.

É preciso compreender duas máximas que caracterizam o racismo como um pecado não confessado pela Teologia hegemônica e concomitantemente pelos conservadores que fazem uso dessa teologia como ferramenta de manutenção das hierarquias. A primeira delas é a conclusão de que, tanto a teologia quanto a religião são criações humanas, terrenas, que podem e são, imbuídas de experiências socioespaciais e culturais. Logo, por serem criações humanas geolocalizadas, estão sujeitas aos pensamentos de um determinado tempo e sociedade, ou seja, a teologia hegemônica, da qual os conservadores constituem suas noções de mundo, foi construída juntamente ao pensamento racial e colonial, sendo ela, utilizada para legitimar os 388 anos de escravidão do povo negro. A segunda máxima é a construção e manutenção de símbolos nitidamente preconceituosos. O Jesus Branco, europeu, mantido no imaginário das igrejas protestantes, é a consolidação de uma múltipla agência entre teologia e igreja na permanência dos estereótipos evangélicos europeus, e a constante negação e apagamento de um Jesus racializado. Um Jesus negro, racializado, é constantemente visto como uma afronta ao “padrão” historicamente estabelecido, fazendo com que até fiéis negros, recusem a existência de um Deus melanodérmico.

Dessa experiência de opressão e apagamento da identidade negra evangélica é que surge a teologia negra, base teórica na qual os evangélicos progressistas desempenham forte movimento de denúncia ao silêncio das igrejas hegemônicas que constituem em seus seios religiosos a ideia de “democracia racial”, esquecendo que seus membros, negros ou brancos, vivem em uma sociedade profundamente marcada pelo racismo. Diferentemente do discurso teológico hegemônico, os progressistas denunciam em suas instituições religiosas o racismo enquanto pecado, tão condenável aos olhos de Deus quanto aqueles popularmente condenados. O coletivo *esperançar*, é um exemplo de comunidade evangélica que, unidos pela fé e esperança na construção de um mundo melhor por meio de um cristianismo ativo socialmente, tem por convicção que o Espírito Santo não permite aos cristãos a indiferença às mazelas sociais da sociedade. O grupo é autor de vários livros que constituem debates sobre temáticas sociais a partir de uma visão não hegemônica. O livro “Caderno de Teologia Negra” é um exemplo de documento escrito por evangélicos progressistas que ressignificam a experiência e vivência negra dentro do cristianismo europeu.

O racismo é uma ferida aberta, violência cotidiana, fonte de sofrimento e até mesmo morte. Como discípulos e discípulas de Jesus não nos cabe o silêncio. Precisamos afirmar de maneira direta e corajosa que o racismo é contra a dignidade humana e que, justamente por isso, fere a vontade de Deus. Racismo é pecado. O racismo se

manifesta em ações de indivíduos e grupos, mas está entranhado na estrutura de nossa sociedade. A Igreja, se não refletir sobre este tema, pode naturalizar e reproduzir o racismo. Infelizmente assim acontece! A caracterização de tudo aquilo que é negro como algo relacionado ao pecado é fruto do racismo. O olhar de medo e repulsa para as religiões de matriz africana é manifestação do racismo. O estranhamento diante da imagem de um Jesus negro é expressão do racismo. O silêncio diante da violência histórica contra o povo negro é o racismo se manifestando. Sim, numa sociedade racista, silêncio e suposta neutralidade só reproduzem o racismo⁷⁸.

No mesmo ano, o coletivo elaborou um manifesto com o título “A responsabilidade da igreja de cristo mediante ao racismo”, onde utilizando-se de passagens bíblicas, apontaram a urgência do reconhecimento do racismo como pecado a ser combatido pelas igrejas, visto que, o Deus que libertou seu povo da escravidão no Egito, não poderia, nem seria conivente com a opressão do povo negro.

5.6 Escatologia: esperança ou alienação?

Se os debates sobre sexualidade, aborto e racismo expõem as fissuras no presente da atuação evangélica, é na escatologia – o estudo das “últimas coisas” – que se projeta o desfecho final dessa disputa de cosmovisões. Este subtópico investiga como as diferentes interpretações sobre o fim dos tempos funcionam como um poderoso mecanismo que pode, simultaneamente, alimentar a esperança mais resiliente ou engendrar a alienação mais profunda. A visão sobre o futuro, longe de ser uma mera especulação doutrinária, orienta posturas políticas, éticas e sociais decisivas no presente, servindo como um termômetro da relação do fiel com o mundo.

De um lado, a escatologia conservadora hegemônica, de matriz pré-milenista e dispensacionalista – popularizada por obras como o filme *Deixados Para Trás* –, frequentemente promove uma narrativa de fuga. Ao enfatizar um arrebatamento iminente que resgatará os crentes de um mundo condenado, esta visão pode operar como um potente ópio alienante. Ela desincentiva o investimento em transformações sociais de longo prazo, interpretando guerras, crises ambientais e injustiças não como problemas a serem combatidos, mas como meros “sinais dos tempos” que anunciam a inevitável e desejada catástrofe final. Nesta lógica, o engajamento com a esfera pública é esvaziado de seu sentido último, e a busca por justiça social é substituída por uma vigilância passiva pelo “fim do mundo”.

Em contrapartida, a escatologia progressista, ancorada em vertentes pós-milenistas ou em uma releitura do amilenismo, constrói uma narrativa de engajamento. Ela compreende o “Reino de Deus” não como uma fuga futura, mas como uma realidade em processo de implantação histórica, da qual a comunidade de fé é agente ativa. A esperança escatológica, aqui, não é uma desculpa para a inação, mas o combustível para a transformação do *agora*. A

⁷⁸ Esperançar. 2022, p. 6

visão do *novo céu e nova terra* (Apocalipse 21:1-5) é lida como um convite para lutar contra toda forma de opressão, degradação ambiental e injustiça, antecipando no presente os valores do futuro reino de paz, justiça e reconciliação.

A Fim de compreender a construção discursiva realizada pelas visões escatológicas apresentadas, é necessário apreender os significados dos conceitos de amilenismo, pós-milenismo, pré-milenismo clássico, pré-milenismo dispensacionalista e a escatologia realizada, pois elas oferecem parte da explicação do porquê conservadores e progressistas realizam suas ações de maneira coordenada à visão escatológica, autores como: (Brechani 2024), (Kunz 2024) e (Modes 2024) oferecem ampla discussão para compreender como a visão de fim do mundo é a bússola comportamental das religiões cristãs, por isso, se torna imprescindível analisar o que cada uma representa a fim de entender a posição adotada pelos fiéis frente aos acontecimentos pré-fim do mundo. O ponto de partida da análise deriva da passagem Bíblica de Apocalipse 20. 1-15, onde é descrito o “período dos mil anos”⁷⁹.

O amilenismo é a corrente que defende a inexistência de um milênio literal, diferenciando-se das visões do pós-milenismo e pré-milenismo que concebem enquanto realidade futura o reinado físico e literal de Jesus na terra por mil anos. Logo, o milênio, nessa perspectiva, representa o estado espiritual atual da igreja, onde Cristo reina fielmente em seus corações por meio da ação divina do Espírito Santo, demonstrando que seu reinado é perpétuo e que será consolidado no momento da sua Segunda Vinda. Após esse acontecimento o que se sucederá é a transformação de céus e terra, passando para um estágio divino de existência.

Essa visão escatológica é central para o amilenismo, pois demonstra que o objetivo final da história não é um reinado terreno, mas a renovação de toda a criação (POYTHRESS, 1987). O amilenismo oferece uma interpretação simbólica do milênio de Apocalipse 20, entendendo-o como a era presente, em que Cristo reina espiritualmente através da igreja. Nessa perspectiva, a volta de Cristo marca o fim da história e a inauguração definitiva do novo céu e da nova terra. O amilenismo encontra suporte em várias passagens bíblicas, especialmente aquelas que enfatizam o caráter espiritual do Reino de Deus e a vitória progressiva de Cristo sobre as forças do mal. Essa visão rejeita um milênio literal e físico, focando-se na esperança do retorno de Cristo para trazer a consumação final⁸⁰.

O pós-milenismo é a corrente que se destaca pelo seu otimismo em relação aos acontecimentos futuros. Segundo a visão pós-milenarista, o período de mil anos não irá iniciar-se após a segunda vinda de Cristo, mas antes. Esse período de mil anos seria identificado por um boom exponencial na obra missionária da igreja e na conversão dos fiéis, transformando as

⁷⁹ O período de mil anos ou milênio, é o momento bíblico descrito em apocalipse 20, que descreve os acontecimentos futuros após a segunda vinda de Jesus Cristo, o arrebatamento dos fiéis, a ressurreição dos mortos e a prisão de satanás.

⁸⁰ Modes. 2024, p. 105.

sociedades culturalmente e socialmente, preparando o terreno para o reinado de Cristo. Nessa visão, os mil anos servem como campo de transformação progressiva até culminar em seu último ato.

A visão pós-milenista sustenta que, ao contrário de um futuro pessimista, o plano de Deus é restaurar e renovar todas as coisas progressivamente, com a plenitude sendo alcançada na parusia (segunda vinda). Dessa forma, o pós-milenismo oferece uma perspectiva esperançosa para o futuro da humanidade e da criação (POYTHRESS, 1987, p. 128). Com seu entendimento de um milênio de paz e justiça precedendo o retorno de Cristo, oferece uma alternativa otimista às demais correntes escatológicas. Seu foco na influência transformadora do Evangelho na sociedade encoraja uma visão ativa do papel da igreja no mundo. Embora não seja a visão escatológica mais popular atualmente, o pós-milenismo ainda encontra espaço no pensamento cristão contemporâneo, especialmente entre aqueles que creem na relevância da missão cristã para o desenvolvimento humano e espiritual⁸¹.

O pré-milenismo clássico é a corrente teológica que defende a literalidade das escrituras presentes nas passagens de apocalipse 20. Os pré-milenaristas clássicos sustentam que a volta de Jesus Cristo ocorrerá antes do milênio e será um momento glorioso e visível, pois ele derrotará satanás e irá inaugurar um período de paz de mil anos. A visão pré-milenar pode ser compreendida também pelo seu posicionamento ferrenho e literal das profecias bíblicas, destacando acontecimentos como: o arrebatamento, o juízo final e a ressurreição dos justos. Desse modo, os defensores dessa visão escatológica apontam que o período de mil anos é uma fase intermediária entre o governo futuro e eterno de Cristo na terra com o atual momento. Após o término do milênio, satanás supostamente será solto e encabeçará uma rebelião contra Deus, sendo derrotado novamente e então enfrentará seu julgamento definitivo. Sucessivamente a esses acontecimentos, terá início a consumação do novo céu e nova terra.

O Pré-Milenismo Clássico exerce grande influência no pensamento teológico cristão, especialmente em movimentos que buscam um entendimento literal das Escrituras. Sua ênfase na segunda vinda de Cristo e no governo milenar serve como uma esperança escatológica para os fiéis, oferecendo uma perspectiva de restauração completa da criação. Além disso, essa corrente escatológica tem sido relevante em debates contemporâneos sobre a relação entre Israel e a Igreja, uma vez que considera o reino milenar como o cumprimento de promessas feitas a Israel no Antigo Testamento (WALVOORD, 1974, p. 92-98). [...] O Pré-Milenismo Clássico oferece uma compreensão escatológica sólida e coerente com uma leitura literal das Escrituras. Sua proposta de um milênio literal sob o governo de Cristo proporciona uma esperança concreta aos cristãos, à medida que aponta para um futuro de paz e justiça na Terra. No entanto, as divergências entre as diferentes correntes escatológicas mostram que o estudo do fim dos tempos continua a ser um dos temas mais complexos e fascinantes da teologia cristã⁸².

O pré-milenismo dispensacionalista é a corrente escatológica que surgiu no século XIX e conseguiu solidificar uma visão detalhada sobre o milênio e a história do fim do mundo. Para

⁸¹ Ibid. 2024, p. 106.

⁸² Ibid. 2024, p. 107.

os adeptos dessa escatologia, a Igreja e Israel são dois agentes importantes no desenrolar da história final da humanidade e que possuem papéis específicos na consolidação dos eventos futuros. Além disso, os dispensacionalistas apostam no arrebatamento secreto da igreja que pode ocorrer pré, durante, ou depois da grande tribulação, que durará sete anos. Após esse acontecimento, Cristo retorna de forma visível com seus santos, derrotando as hostes malignas e estabelecendo seu reinado de mil anos.

O pré-milenismo dispensacionalista teve grande impacto no evangelicalismo contemporâneo, influenciando movimentos eclesiais, a literatura cristã e até a política, especialmente nos Estados Unidos. Obras como a série de ficção “Left Behind” (Deixados para Trás) popularizaram a visão do arrebatamento e da tribulação para um público mais amplo. Por outro lado, críticos apontam que essa abordagem fragmenta excessivamente o plano redentivo e faz uma leitura literalista de textos que podem ser simbólicos. Além disso, a separação entre a Igreja e Israel é questionada por outras tradições cristãs, como o amilenismo e o pós-milenismo (GRENZ, 1992, p. 70-73). O pré-milenismo dispensacionalista oferece uma estrutura detalhada para entender os eventos finais da história humana sob uma perspectiva cristã. Sua ênfase na literalidade das profecias bíblicas e na distinção entre a Igreja e Israel influencia muitos setores do cristianismo contemporâneo. No entanto, essa corrente não é isenta de controvérsias, especialmente em relação à sua interpretação profética e ao impacto prático que pode ter na espiritualidade e na ação social dos crentes⁸³.

Por último, temos a escatologia realizada. Os adeptos dessa visão compreendem o fim do mundo a partir de dois conceitos que dialogam simultaneamente, sendo elas o já e ainda não. O “já” refere-se a obra redentora de Cristo que foi iniciado com sua primeira vinda, onde a história do fim segue progressivamente por meio dos acontecimentos mundiais. A ressurreição de Cristo foi um start aos eventos de consumação do primeiro estágio escatológico. Assim como a guerra judaico-romano no século um depois de Cristo, desencadeou uma mudança espiritual fundamental, transicionando do sistema sacrificial do templo para uma relação estabelecida por meio da nova aliança. O “ainda não” refere-se aos eventos que ainda não se cumpriram no decorrer da história humana, como a ressurreição final e o juízo universal.

A escatologia realizada enfrenta críticas por parecer minimizar a esperança de um evento futuro definitivo e visível, como a segunda vinda de Cristo (MCGRATH, 2011, p. 426). Alguns teólogos argumentam que, ao enfatizar o cumprimento passado, essa abordagem corre o risco de esvaziar a expectativa escatológica, que é um elemento central da fé cristã. Além disso, há debates sobre se todas as profecias, particularmente as relacionadas à segunda vinda de Cristo, podem ser interpretadas em termos já realizados (MOO, 1996, p. 910). A escatologia realizada oferece uma leitura interessante e teologicamente rica das profecias apocalípticas, destacando que o “fim dos tempos” já começou com a obra de Cristo. Ela apresenta um desafio para a visão futurista, propondo que a consumação está em andamento na história humana e na vida da Igreja. Embora essa perspectiva traga contribuições valiosas, especialmente no que diz respeito ao impacto da ressurreição e à destruição de

⁸³ Ibid. 2024, p. 108.

Jerusalém, a tensão entre o “já” e o “ainda não” continua a exigir reflexão e equilíbrio teológico⁸⁴.

Dessa forma, é possível estabelecer uma correlação direta entre as visões escatológicas e os comportamentos sociopolíticos de conservadores e progressistas evangélicos. Como demonstrado ao longo deste capítulo, a cisão basilar entre esses agentes – que se manifesta em suas posições sobre gênero, sexualidade, raça e justiça social – reflete-se, de modo consequente, em suas concepções sobre o fim dos tempos. Os conservadores posicionam-se de forma intransigente na defesa de padrões sexuais, de gênero e de políticas públicas que foram consolidados em um contexto histórico anterior às complexidades da sociedade contemporânea. Esta postura está visceralmente ligada à sua escatologia. A visão de uma história linear – com um início, meio e fim claros –, amplamente difundida e alimentada por correntes como o pré-milenismo clássico e o dispensacionalismo, promove um imaginário religioso centrado em um futuro vindouro de paz e alegria. Esse discurso, ao enfatizar a esperança em uma "pátria celestial", acaba por alienar o fiel das urgências terrenas. O efeito prático dessa cosmovisão é um quietismo político e social: as energias coletivas são canalizadas para a expectativa passiva de um evento escatológico, esvaziando-se o imperativo de atuação transformadora no presente. Enquanto se projeta no futuro um êxtase de prazer e alegria espiritual, o "próximo" que clama por cuidado, justiça e amor concreto permanece à espera de uma manifestação dos filhos de Deus que nunca chega – porque sua força foi deslocada para um amanhã transcendente. A escatologia, neste caso, não opera como fonte de esperança engajada, mas como instrumento de fuga das responsabilidades históricas e alienação.

Em contrapartida, os progressistas, que vinculam a teologia diretamente a uma ação prática na realidade, como o combate à pobreza, racismo, opressão e justiça social, possuem forte influência da escatologia realizada, principalmente por compreenderem a profundidade do Já e ainda não. Os progressistas interpretam o reino de Deus não como uma realidade futura, mas como uma realidade que se manifesta no agora, por meio da justiça social e cuidado com a criação. O livro do apocalipse, utilizado de forma literal pelos conservadores adota características historicizadas e simbólicas, vendo inúmeras passagens de guerra entre o bem e o mal como conflitos espirituais e políticos do primeiro século, tendo como objetivo central a luta contra as manifestações imperialistas e opressoras da sociedade. O livro “A meretriz conservadora: estudando o apocalipse” de Erlon Rodrigues, aproxima-se fortemente da escatologia progressista. O autor aborda as inúmeras passagens do apocalipse sob uma ótica

⁸⁴ Ibid. 2024.p, 109.

histórica, política e religiosa, renunciando à simplicidade literal de interpretação. Na introdução do livro, o autor estabelece sua posição escatológica nos seguintes versos:

O Apocalipse é, portanto, tanto uma mensagem de advertência quanto de esperança. Para os cristãos que enfrentavam perseguições e incertezas, ele oferecia uma visão de consolo, reafirmando que o mal, e o Reino de Deus prevaleceria. Além disso, o texto tem uma dimensão política sutil: ele retrata o Império Romano como uma entidade perversa, simbolizada pela “Besta” e pela “Grande Meretriz”, figuras que representam o poder opressor e a corrupção moral do império. [...] O Apocalipse, portanto, vai além de um simples aviso para o futuro; ele é um chamado à fidelidade e à perseverança para os cristãos em qualquer época, que são lembrados de que, por mais sombrios que seja os tempos, a esperança cristã repousa na soberania e justiça de Deus, que prevalecerá. Em um contexto de tirania e sofrimento, essa mensagem ecoa profundamente e atravessa os séculos, oferecendo-se como uma fonte de fé e resistência frente às adversidades e injustiças do mundo⁸⁵.

O caráter otimista da escatologia progressista encontra no apocalipse a redenção universal de toda a criação, ou seja, o poder da graça divina redimirá toda a criação, rejeitando a ideia de um inferno eterno e literal para aqueles que supostamente não estavam salvos. Isso reflete a essência da visão progressista sobre o papel da religião, a reconciliação do homem com Deus, não sua condenação.

Capítulo 6 - Um corpo, muitos membros: União ou Fragmentação?

6.1 Amar o próximo ou só o meu próximo? A parábola do bom samaritano revisitada

No relato fundacional do Gênesis, a humanidade emerge em um estado de harmonia perfeita com a criação divina. Isentos de dor, solidão, conflito ou enfermidade, Adão e Eva desfrutavam de uma existência intocada pelo sofrimento, na qual a ordem natural refletia plenamente a essência sagrada. Este equilíbrio primordial, no entanto, é radicalmente quebrado pela transgressão humana à única interdição divina. O episódio conhecido como "Queda" (Gênesis 3:1-24) narra não apenas a expulsão do Éden, mas a instauração de uma nova condição histórica: a partir dali a humanidade estaria condicionada a uma existência marcada pela fadiga, pelo conflito e pela mortalidade. Esta narrativa da Queda constitui, para a cosmovisão evangélica, a premissa explicativa fundamental para as mazelas que assolam a história humana. Guerras, doenças, fome e miséria são compreendidos não como falhas circunstanciais, mas como consequências diretas dessa ruptura relacional com o divino.

O desdobramento trágico dessa condição decaída manifesta-se de forma crua na geração seguinte. A primeira família, fruto do Éden perdido, torna-se palco do primeiro homicídio. Caim, o filho agricultor, vê sua oferta rejeitada por Deus, enquanto a de seu irmão Abel, pastor de ovelhas, é aceita. Consumido pela inveja e pela raiva – frutos amargos da nova ordem pós-Queda – Caim assassina o próprio irmão (Gênesis 4:1-8). Este episódio não relata

⁸⁵ Rodrigues. 2024, p. 8-9.

apenas um crime passional, mas sela a institucionalização do pecado na sociedade humana, demonstrando como a desobediência original se desdobra em violência fraticida, ecoando através dos séculos como um paradigma da ruptura da aliança primordial.

A descrição deste acontecimento serve de comparação à relação entre conservadores e progressistas. Assim como Caim e Abel, ambos são filhos - se podemos empregar assim - de uma mesma linhagem paterna. Conservadores e progressistas, são filhos do cristianismo protestante, são frutos da fragmentação denominacional provocada pela ruptura com o catolicismo e a popularização das escrituras, bebem da mesma fonte teórica e histórica, porém, ao apresentarem seus “sacrifícios” perante Deus, entregam ofertas diferentes, assim como os irmãos do Gênesis. Essa “oferta” pode ser compreendida como as características e modos de agir no mundo, apresentadas neste trabalho. Não ironicamente, é possível alocar os agentes conservadores e progressistas dentro dos personagens Caim e Abel, no entanto, realizar tal trabalho, demandaria um esforço homérico e delicado, além de profunda análise semiótica, teológica e sociológica dos conceitos e características. Logo, o que se busca compreender aqui é o conflito existente entre irmãos, que ultrapassa as histórias bíblicas. Ainda que, muitas das histórias do livro sagrado tenham terminado em reconciliação, a realidade de conservadores e progressistas encontra-se longe desse desfecho. Por defenderem e compreenderem a “essência” material daquilo que acreditam como Deus, ou seja, o evangelho, de formas diferentes, parece impossível que os irmãos estabeleçam qualquer acordo na tentativa de restaurar a união entre os dois segmentos religiosos.

Tal situação pode ser compreendida também por meio da parábola do bom samaritano, descrita na passagem do livro de Lucas 10: 25-37, vejamos:

[...] E, respondendo Jesus, disse: Descia um homem de Jerusalém para Jericó, e caiu nas mãos dos salteadores, os quais o despojaram, e espancando-o, se retiraram, deixando-o meio morto. E, ocasionalmente descia pelo mesmo caminho certo sacerdote; e, vendo-o, passou de largo. E de igual modo também um levita, chegando àquele lugar, e, vendo-o, passou de largo. Mas certo samaritano, viajando, veio até ele e, vendo-o, foi movido de íntima compaixão; E, aproximando-se, atou-lhe as feridas, deitando-lhes azeite e vinho; e, pondo-o sobre o seu animal, levou-o para uma estalagem, e cuidou dele; E, partindo no outro dia, tirou dois dinheiros, e deu-os ao hospedeiro, e disse-lhe: Cuida dele; e tudo o que de mais gastares eu to pagarei quando voltar⁸⁶.

A relação entre a parábola e a disputa fraterna entre irmãos é estabelecida na relação de parentalidade entre os personagens da história. Embora judeus e samaritanos possuíssem uma relação de conflito em virtude de suas formas de contato com o sagrado, ambos cultuavam a mesma entidade, assim como Caim e Abel e os conservadores e progressistas. No entanto, no

⁸⁶ Sagrada, 2024.

decorrer da história vemos que: O Judeu que vinha de Jerusalém - e aqui podemos abrir a licença poética para compreendê-lo como um indivíduo alvo de opressão - é ignorado por seus pares, mesmo estando em situação de vulnerabilidade. Primeiro passa-se o sacerdote, representante da lei judaica, que não oferece-lhe ajuda, ignorando completamente os ensinamentos de amor ao próximo. Mais adiante, vem o levita, encarregado biblicamente pela ritualística dos cultos a Deus e sua preservação entre o povo, no entanto, assim como o sacerdote, ignora seu irmão em situação de sofrimento. É então que surge a figura do samaritano – historicamente visto como herege e desprezível pelos judeus –, que, movido por compaixão prática, restaura a dignidade daquele homem à beira da morte. A inversão é paradigmática: a alteridade rejeitada torna-se agente de salvação, enquanto a ortodoxia familiar revela-se estéril em sua fé

A reflexão proposta por esta passagem, em diálogo com o escopo deste trabalho, é que existe um padrão histórico de conflito fraterno no contexto bíblico – seja por consanguinidade, afiliação religiosa ou identidade étnica – que transcende o texto sagrado. Conservadores e progressistas reproduzem hoje esse cenário recorrente desde Gênesis: irmãos que, por interpretarem diferentemente o exercício da fé, o culto e a presença no mundo, protagonizam um drama de desencontros, onde o desafio permanente é reconhecer no "outro" teológico o rosto do próximo a ser amado.

Considerações Finais

Oh! Quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união. É como o óleo precioso sobre a cabeça, que desce sobre a barba, a barba de Arão, e que desce à orla das suas vestes. Como o orvalho de Hermom, e como o que desce sobre os montes de Sião, porque ali o Senhor ordena a bênção e a vida para sempre.

Bíblia Sagrada

A partir das análises realizadas neste trabalho, foi possível identificar dois problemas. O primeiro foi notar uma insistente relação de conflito estrutural dentro do segmento evangélico - O conflito é uma manifestação contemporânea de um padrão histórico de "guerra fraterna" que no contexto bíblico pode ser compreendido por (Caim e Abel, Judeu e Samaritano), onde a linhagem compartilhada (o cristianismo protestante) não garante a união - No primeiro capítulo deste trabalho esse conflito apresenta-se na figura de Lutero com a igreja

católica, resultando numa ruptura congregacional que originou o protestantismo e posteriormente no pentecostalismo que deu gás aos avanços cristocêntricos dos séculos seguintes.

Já no capítulo seguinte, vemos a formação de um evangelho com características brasileiras. Seu crescimento acentuado dentre as outras religiões foi alvo de grandes análises nas décadas de 2000 a 2010, assim como suas três diferentes ondas que consolidaram o cristianismo brasileiro enquanto movimento de transformação. Esse conflito tão presente no cristianismo também se mostrou na hora escolher uma nomenclatura que abrangesse toda a multiplicidade de evangélicos que surgiam diariamente, provocando uma nova fragmentação, conhecida como “congregacional”, onde cada evangélico escolhia sua igreja conforme credos, doutrinas e crenças. Seguindo no objetivo de traçar uma linha histórica para identificar esse conflito entre conservadores e progressistas, os capítulos 3 e 4, busca-se compreender a construção ética e moral das bases ideológicas que servem para sustentar esse conflito contemporâneo, ou seja, a interpretação discursiva que cada segmento realiza das escrituras para manter sua posição frente a sociedade. Desse modo, ao compreender as bases teóricas de onde é extraído o molde da “ação” no mundo, o trabalho analisou as diferentes teologias produzidas pelos evangélicos, ressaltando mais uma vez seu caráter múltiplo e de conflito, onde, a diferença é usada como ferramenta para designar o “nós” e “eles” dentro de uma mesma religião.

A fim de exemplificar todo o arcabouço teórico descrito durante os quatro primeiros capítulos, o trabalho consolida no capítulo cinco, as divergências e convergências do evangelho conservador e progressista por meio da análise do social, colocando cristianismo conservador e progressistas frente a categorias representativas. Desse modo, gênero, aborto, sexualidade, racismo e escatologia, foram as categorias escolhidas para identificar, dentro do segmento religioso brasileiro - com base na sua trajetória histórica, social, cultural e religiosa identificada no trabalho - as diferenças que alimentam esse conflito persistente. O segundo problema identificado nesta análise é o desafio do segmento evangélico brasileiro identificar no “outro” teológico, a face do próximo a ser amado. Essa dificuldade pode ser compreendida através do afastamento de alguns segmentos religiosos em relação à realidade social na qual a igreja está inserida, ausentando-se da responsabilidade material e focando exclusivamente na espiritual, assim como visto na passagem do bom samaritano.

Logo, com base nas considerações realizadas ao longo do trabalho e na provocação de coexistências entre os conservadores e progressistas, podem-se extrair duas principais resoluções para mitigar esse conflito estrutural dentro do segmento evangélico. A princípio, a

redefinição da ética e prática da fé, mostra-se essencial pois disponibiliza ferramentas para superar essa “guerra fraterna”, colocando no centro da ideologia cristã e principalmente da conservadora, a ética da compaixão, renunciando à rígida ortodoxia dogmática. Assim como o Samaritano inverteu a lógica da fé estéril, o foco deve ser deslocado da pureza doutrinária para a ação prática de cuidado com o vulnerável, reconhecendo a dignidade do oprimido como o verdadeiro teste de fidelidade ao evangelho. Outra resolução para esse impasse, é a promoção ativa pelas entidades evangélicas do pluralismo religioso, tanto interno quanto externo. O protestantismo, enquanto elo que une conservadores e progressistas, precisa abraçar conscientemente o pluralismo religioso, não só denominacional, de forma que isso facilite a aproximação entre as entidades religiosas. Isso implica a aceitação de que diferentes interpretações bíblicas e atuações sociais podem coexistir, desde que não resultem em opressão ou cerceamento de direitos.

Referências Bibliográficas

- Almeida, Fábio Py. **Pandemia cristofascista**. Rio de Janeiro. 2020. 54p.
- Barros, Edileuza. Normas éticas do antigo e novo testamento: Jesus é fonte de ética cristã. **Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa**. Revista Terra & Cultura. v. 1. n.1, p. 115-137, s.d. 2022.
- Brechani, Carlos Eduardo; Kunz, Claiton André. Escatologia, heterogeneidade interpretativa e cisma na igreja: onde habita o âmago da controvérsia? **Revista via teológica**. Revista via teológica. v. 25. n. 49, p. 32-54, s.d. 2024.
- Brito, Adriane Sanctis et al. **A lei da bala, do boi e da bíblia**: cultura democrática em crise na disputa por direitos. São Paulo: tinta-da-china Brasil, 2024.
- Burke, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982, 239p.
- Campos, Giovanna. Por dia, 17 igrejas evangélicas são abertas no País; Goiás tem 60 para cada 100 mil habitantes. **Opção**, 17 Ago. 2023. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/brasil/por-dia-17-igrejas-evangelicas-sao-abertas-no-pais-goias-tem-60-igrejas-para-cada-100-mil-habitantes-520968/#:~:text=Por%20dia%2C%20cerca%20de%2017,109%2C5%20mil%20no%20total.> Acesso em: 30 de Jan. 2024.
- Campos, Pedro. **Capital simbólico, representações sociais, grupos e o campo do reconhecimento**. Rio de Janeiro, Scielo, 2018. <https://doi.org/10.1590/198053144283>
- Cavalcanti, Robinson. **Cristianismo & Política**: teoria bíblica e prática histórica. Viçosa, Ultimato, 2002. 288p.
- Cf. Gibellini, Rosino. **A Teologia do Século XX**. São Paulo: Loyola, 1998. p. 447-448.
- Cunha, Magali. A hegemonia pentecostal no Brasil. **Cult**, 2 Dez. 2019. Disponível em: [A hegemonia pentecostal no Brasil](#). Acesso em: 09 Jul. 2025.
- DataFolha: número de evangélicos de direita é equivalente aos de esquerda. DataFolha, São Paulo, 07 Jul. 2022. Disponível em: [Datafolha: número de evangélicos de direita é equivalente aos de esquerda](#) acesso em: 18 Set. 2025.
- Dumard, Graziela. **Entre a fé e a política**: Explorando as intersecções das crenças cristãs entre grupos de evangélicos e seu impacto no cenário político brasileiro. 2024. 234 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.
- Erlon, Rodrigues. **A meretriz conservadora**: estudando o apocalipse. Nova Hamburgo - RS: Ed. do Autor, 2024.
- Galeano, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, RS:L&PM, 2020.400p.
- Gebara, Ivone. **Desafios que o movimento feminista e a teologia feminista lançam à sociedade e às igrejas**. Rio Grande do Sul. 1987
- Gómez, Salustiano. **A teologia da libertação na América Latina**. Cadernos de História, Belo Horizonte, v.10, n. 13, 1º sem. 2008.
- Helminiak, Daniel. **O que a Bíblia realmente diz sobre a homossexualidade**. São Paulo, Summus, 1998. 143p.
- Hobsbawm, Eric J. **A era das revoluções**. São Paulo: Paz e terra, 1789-1848. p. 315.
- IBGE. Censo de 2022. Rio de Janeiro. IBGE, 2022. Disponível em: [Censo 2022 | IBGE](#)
- Lima, Diana Nogueira de Oliveira. “Trabalho”, “mudança de vida” e “prosperidade” entre fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus. Rio de Janeiro, 2007. p. 132-155. <https://doi.org/10.1590/S0100-85872007000100007>

Machado, Maria das Dores Campos. *Representações e relações de gênero nos grupos pentecostais*. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: Universidade Federal do Rio de Janeiro: 2005, v.13, p. 387- 396. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000200012>

Mariano, Ricardo. **Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. Edições Loyola, São Paulo, Brasil. 1999. 246p.

Mendonça, Antônio Gouveia. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*: 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo. 2008

Modes, Josemar. *Teorias escatológicas: explicações parciais de um futuro desconhecido*. **Via teológica**. Paraná: Faculdade Batista do Paraná: 2024, v.25, n. 50, p. 102-115.

Novaes, Regina; Floriano, Maria. **O negro evangélico**. Comunicações do ISER. Rio de Janeiro, v.4, 1985.

Nunes. Maria, J. R. **Teologia feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara**. Revista Ponto de vista: Estudos Feministas. Florianópolis, 2006.

Pacheco, Ronilso. **Teologia negra: o sopro antirracista do espírito**. Brasília: Zahar, 2019.

Religiões no Brasil. SECOM, 2010. disponível em: <https://secom.ufg.br/n/37804-religioes-no-brasil>. Acesso em: 20 de julho de 2024.

Souza, Jamerson. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. 2016. 304f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2016.

Souza, Lidiane. **O ministério feminino na igreja à luz do novo testamento: uma análise bíblica a partir de Jesus e Paulo**. Paraná, 2020. p, 4-19.

Terapia de conversão online: o ecossistema em 2023. GPAHE, Projeto global contra ódio e extremismo. 2024. Disponível em: [Conversion-Therapy-The-Ecosysyem-In-2023-Final.pdf](#) acesso em: 15 de set. 2025.